

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	20
DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	39
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	103
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	104

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	106
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	108

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	109
Motivos de Reapresentação	110

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	476.415
Preferenciais	0
Total	476.415
Em Tesouraria	
Ordinárias	841
Preferenciais	0
Total	841

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2015	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,28029
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	10/04/2015	Dividendo		Ordinária		0,13305

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	7.935.788	6.168.583
1.01	Ativo Circulante	982.083	586.837
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	370.477	27.082
1.01.03	Contas a Receber	395.629	323.479
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	395.629	323.479
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	394.970	320.509
1.01.03.02.02	Títulos a receber	659	2.970
1.01.06	Tributos a Recuperar	95.169	117.328
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	95.169	117.328
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	120.808	118.948
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	107.054	107.054
1.01.08.03	Outros	13.754	11.894
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	3.576	3.436
1.01.08.03.03	Empréstimos a receber	0	72
1.01.08.03.04	Outros créditos	10.178	8.386
1.02	Ativo Não Circulante	6.953.705	5.581.746
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	367.019	327.597
1.02.01.03	Contas a Receber	22.307	22.040
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.307	22.040
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	344.712	305.557
1.02.01.09.03	Adiantamento para futuros aumentos de capital	27.500	3.909
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	10.213	9.841
1.02.01.09.05	Empréstimos a receber	290.178	273.152
1.02.01.09.06	Outros créditos	16.821	18.655
1.02.02	Investimentos	6.558.607	5.227.120
1.02.02.01	Participações Societárias	6.553.607	5.222.120
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.000	5.000
1.02.03	Imobilizado	23.224	23.114
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.624	17.041
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.600	6.073
1.02.04	Intangível	4.855	3.915
1.02.04.01	Intangíveis	4.855	3.915
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	3.544	2.362
1.02.04.01.03	Intangível em operação	1.311	1.553

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	7.935.788	6.168.583
2.01	Passivo Circulante	1.637.888	880.009
2.01.02	Fornecedores	12.195	14.010
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.195	14.010
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.682	40.816
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.339	39.446
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.339	39.446
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.343	1.370
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.294.852	592.698
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	775.199	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	775.199	0
2.01.04.02	Debêntures	519.653	592.698
2.01.05	Outras Obrigações	307.656	221.630
2.01.05.02	Outros	307.656	221.630
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	180.662	180.668
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	126.994	40.962
2.01.06	Provisões	10.503	10.855
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.503	10.855
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	112	84
2.01.06.01.05	Outras provisões	10.391	10.771
2.02	Passivo Não Circulante	556.861	397.561
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	293.252	249.839
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	293.252	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	293.252	0
2.02.01.02	Debêntures	0	249.839
2.02.02	Outras Obrigações	41.596	42.187
2.02.02.02	Outros	41.596	42.187
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	40.919	41.509
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	677	678
2.02.03	Tributos Diferidos	188.104	69.151
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	188.104	69.151
2.02.04	Provisões	33.909	36.384
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.732	35.061
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.633	6.221
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.112	674
2.02.04.01.05	Outros	25.987	28.166
2.02.04.02	Outras Provisões	177	1.323
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	177	1.323
2.03	Patrimônio Líquido	5.741.039	4.891.013
2.03.01	Capital Social Realizado	3.182.716	3.182.716
2.03.02	Reservas de Capital	133.911	134.713
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-6.614	-6.614
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.247	60.247
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	44.927	45.729
2.03.04	Reservas de Lucros	1.766.171	1.766.171

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.01	Reserva Legal	231.020	231.020
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.535.151	1.025.401
2.03.04.10	Lucros retidos a deliberar	0	509.750
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	827.558	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-169.317	-192.587
2.03.08.01	Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	-171.135	-155.726
2.03.08.03	Hedge de fluxos de caixa	1.818	-36.861

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	903	1.188	345	583
3.03	Resultado Bruto	903	1.188	345	583
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	894.827	993.577	291.641	406.224
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.667	-68.461	-24.500	-51.163
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-36.412	-63.934	-22.764	-47.716
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-2.255	-4.527	-1.736	-3.447
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	884.697	884.697	408.011	408.011
3.04.04.01	Ganho na aquisição/alienação de investimento	884.697	884.697	408.011	408.011
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	1.659	2.036	-373	-1.132
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	47.138	175.305	-91.497	50.508
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	895.730	994.765	291.986	406.807
3.06	Resultado Financeiro	-32.808	-48.691	-6.879	-22.115
3.06.01	Receitas Financeiras	23.314	37.666	16.501	31.323
3.06.02	Despesas Financeiras	-56.122	-86.357	-23.380	-53.438
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	862.922	946.074	285.107	384.692
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-118.963	-118.516	-101.485	-101.485
3.08.01	Corrente	-10	437	-31.763	-31.763
3.08.02	Diferido	-118.953	-118.953	-69.722	-69.722
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	743.959	827.558	183.622	283.207
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	743.959	827.558	183.622	283.207
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,56434	1,74012	0,38611	0,59550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,56434	1,74012	0,38611	0,59550

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	743.959	827.558	183.622	283.207
4.02	Outros Resultados Abrangentes	21.333	23.270	-16.681	-21.765
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	-857	-4.093
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	292	1.392
4.02.04	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	21.333	23.270	-16.116	-19.064
4.03	Resultado Abrangente do Período	765.292	850.828	166.941	261.442

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	24.292	-59.333
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-51.707	-20.815
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	946.074	384.692
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	4.527	3.447
6.01.01.04	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	0	195
6.01.01.05	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	-16.925	0
6.01.01.06	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	75.540	45.133
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	10	3.292
6.01.01.08	Ajuste a valor presente	-926	-906
6.01.01.09	Participações societárias	-175.305	-50.508
6.01.01.10	Ganhos com investimentos	-884.697	-406.160
6.01.01.11	Outros	-5	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	75.999	-38.518
6.01.02.01	Cauções e depósitos vinculados	-512	-1.805
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	22.159	7.008
6.01.02.03	Outros ativos operacionais	114	-497
6.01.02.04	Fornecedores	-1.815	-7.455
6.01.02.05	Outros tributos e contribuições sociais	-28.287	-20.289
6.01.02.07	Provisões	-1.719	-2.419
6.01.02.08	Outros passivos operacionais	86.059	-13.061
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-347.794	523.523
6.02.01	Alienação (adição) de investimento	-300.000	420.645
6.02.02	Dividendos recebidos	91.423	124.999
6.02.03	Títulos recebidos	6.094	0
6.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	-2.713	-2.888
6.02.05	Aumento de capital em subsidiárias	-142.500	0
6.02.06	Empréstimos a receber	-101	-19.233
6.02.07	Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda	3	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	666.897	-258.527
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.034.615	298.633
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-288.556	-534.490
6.03.04	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-79.156	0
6.03.05	Aumento (redução) de capital	0	-22.670
6.03.06	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-6	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	343.395	205.663
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.082	244.111
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	370.477	449.774

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.182.716	134.713	1.766.171	0	-192.587	4.891.013
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.182.716	134.713	1.766.171	0	-192.587	4.891.013
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-802	0	0	0	-802
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-802	0	0	0	-802
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	827.558	23.270	850.828
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	827.558	0	827.558
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.270	23.270
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	23.270	23.270
5.07	Saldos Finais	3.182.716	133.911	1.766.171	827.558	-169.317	5.741.039

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.182.716	136.318	1.500.066	0	-245.883	4.573.217
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.182.716	136.318	1.500.066	0	-245.883	4.573.217
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-803	-280.821	0	0	-281.624
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-803	0	0	0	-803
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-250.775	0	0	-250.775
5.04.10	Distribuição de Reserva de Lucros	0	0	-30.046	0	0	-30.046
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	283.207	-21.765	261.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	283.207	0	283.207
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.765	-21.765
5.05.02.06	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-4.093	-4.093
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	1.392	1.392
5.05.02.08	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	-19.064	-19.064
5.07	Saldos Finais	3.182.716	135.515	1.219.245	283.207	-267.648	4.553.035

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	892.774	409.269
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.304	610
7.01.02	Outras Receitas	884.697	408.063
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.713	2.888
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	4.060	-2.292
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-41.458	-27.462
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.261	-20.779
7.02.04	Outros	-14.197	-6.683
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-14.197	-6.683
7.03	Valor Adicionado Bruto	851.316	381.807
7.04	Retenções	-4.527	-3.447
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.527	-3.447
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	846.789	378.360
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	212.971	78.035
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	175.305	50.508
7.06.02	Receitas Financeiras	37.666	27.527
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.059.760	456.395
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.059.760	456.395
7.08.01	Pessoal	17.687	14.544
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.647	11.068
7.08.01.02	Benefícios	2.006	2.248
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.034	1.228
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	122.017	101.745
7.08.02.01	Federais	121.048	100.510
7.08.02.02	Estaduais	333	626
7.08.02.03	Municipais	636	609
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.498	56.899
7.08.03.01	Juros	86.357	53.438
7.08.03.02	Aluguéis	6.141	3.461
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	827.558	283.207
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	827.558	283.207

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	18.302.291	13.171.799
1.01	Ativo Circulante	4.847.626	3.123.619
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.635.023	826.971
1.01.03	Contas a Receber	1.772.769	1.362.741
1.01.03.01	Clientes	1.767.303	1.352.161
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.466	10.580
1.01.03.02.01	Títulos a receber	106	5.606
1.01.03.02.03	Rendas a receber	5.188	4.974
1.01.03.02.04	Dividendos a receber	172	0
1.01.04	Estoques	112.982	23.136
1.01.06	Tributos a Recuperar	226.441	235.154
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	226.441	235.154
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.100.411	675.617
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	107.054	107.054
1.01.08.03	Outros	993.357	568.563
1.01.08.03.01	Cauções e depósitos vinculados	120.584	12.277
1.01.08.03.04	Ativos financeiros setoriais	586.104	383.378
1.01.08.03.05	Outros créditos	286.669	172.908
1.02	Ativo Não Circulante	13.454.665	10.048.180
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.178.187	2.328.899
1.02.01.03	Contas a Receber	57.793	289.796
1.02.01.03.01	Clientes	51.727	284.759
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.066	5.037
1.02.01.06	Tributos Diferidos	627.200	347.770
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	627.200	347.770
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.493.194	1.691.333
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais	78.418	70.719
1.02.01.09.04	Adiantamento para futuros aumentos de capital	27.500	0
1.02.01.09.05	Cauções e depósitos vinculados	207.005	232.210
1.02.01.09.06	Ativo financeiro indenizável	956.374	940.160
1.02.01.09.07	Ativos financeiros setoriais	176.840	218.164
1.02.01.09.08	Empréstimo a receber	14.946	200.149
1.02.01.09.09	Outros créditos	32.111	29.931
1.02.02	Investimentos	743.524	1.125.128
1.02.02.01	Participações Societárias	730.672	1.111.675
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	12.852	13.453
1.02.03	Imobilizado	7.790.383	3.941.235
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.529.606	3.738.522
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	260.777	202.713
1.02.04	Intangível	2.742.571	2.652.918
1.02.04.01	Intangíveis	2.700.278	2.610.625
1.02.04.01.02	Intangível em Andamento	133.532	70.904
1.02.04.01.03	Intangível em Operação	2.566.746	2.539.721
1.02.04.02	Goodwill	42.293	42.293

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	18.302.291	13.171.799
2.01	Passivo Circulante	5.000.416	3.556.358
2.01.02	Fornecedores	1.262.367	1.098.703
2.01.03	Obrigações Fiscais	314.134	304.173
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.821	140.961
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	25.761	19.779
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	83.060	121.182
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	202.708	160.197
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.605	3.015
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.172.195	1.465.693
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.397.127	675.539
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.358.883	675.539
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	38.244	0
2.01.04.02	Debêntures	775.068	790.154
2.01.05	Outras Obrigações	1.173.799	622.119
2.01.05.02	Outros	1.173.799	622.119
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	274.730	305.922
2.01.05.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	289.374	86.695
2.01.05.02.05	Uso do bem público	26.853	25.835
2.01.05.02.06	Tributos diferidos	53.267	32.114
2.01.05.02.07	Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	210.053	0
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	319.522	171.553
2.01.06	Provisões	77.921	65.670
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.608	63.150
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	43.143	42.998
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	549	401
2.01.06.01.05	Outras	19.916	19.751
2.01.06.02	Outras Provisões	14.313	2.520
2.01.06.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	14.313	2.520
2.02	Passivo Não Circulante	5.863.508	3.048.638
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.340.250	1.892.772
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.279.804	445.408
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.452.028	445.408
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	827.776	0
2.02.01.02	Debêntures	1.060.446	1.447.364
2.02.02	Outras Obrigações	580.497	367.815
2.02.02.02	Outros	580.497	367.815
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	3.065
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais	71.997	71.446
2.02.02.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	13.743	7.019
2.02.02.02.06	Uso do bem público	267.359	258.344
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	64.000	0
2.02.02.02.08	Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	133.862	0
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	29.536	27.941
2.02.03	Tributos Diferidos	364.019	254.992
2.02.04	Provisões	578.742	533.059

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	566.771	525.207
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.522	4.518
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	71.684	70.949
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	348.424	336.574
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	80.006	70.950
2.02.04.01.05	Outras	62.135	42.216
2.02.04.02	Outras Provisões	11.971	7.852
2.02.04.02.04	Provisões para Licenças Ambientais	4.131	6.940
2.02.04.02.06	Provisão para passivo a descoberto	177	912
2.02.04.02.08	Provisão para desmantelamento	7.663	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.438.367	6.566.803
2.03.01	Capital Social Realizado	3.182.716	3.182.716
2.03.02	Reservas de Capital	133.911	134.713
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-6.614	-6.614
2.03.02.07	Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
2.03.02.08	Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.247	60.247
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	44.927	45.729
2.03.04	Reservas de Lucros	1.766.171	1.766.171
2.03.04.01	Reserva Legal	231.020	231.020
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.535.151	1.025.401
2.03.04.10	Lucros retidos à deliberar	0	509.750
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	827.558	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-169.317	-192.587
2.03.08.01	Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	-171.135	-155.726
2.03.08.03	Hedge de fluxos de caixa	1.818	-36.861
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.697.328	1.675.790

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.594.225	4.738.927	1.837.844	4.007.884
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.215.039	-3.891.683	-1.750.580	-3.460.727
3.02.01	Custo do serviço de energia elétrica	-1.862.461	-3.285.606	-1.482.370	-2.932.685
3.02.02	Custo da produção da energia elétrica	-63.920	-63.920	0	0
3.02.03	Custo de operação	-224.264	-421.335	-195.579	-385.129
3.02.04	Custo do serviço prestado a terceiros	-64.394	-120.822	-72.631	-142.913
3.03	Resultado Bruto	379.186	847.244	87.264	547.157
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	661.933	476.518	234.889	82.795
3.04.01	Despesas com Vendas	-17.504	-39.138	-13.147	-28.554
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-117.624	-227.876	-103.338	-207.793
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-95.926	-188.651	-86.715	-175.076
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-21.698	-39.225	-16.623	-32.717
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	884.697	884.697	408.011	408.011
3.04.04.01	Ganho na aquisição/alienação de investimento	884.697	884.697	408.011	408.011
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.167	-31.455	-35.552	-53.815
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-71.469	-109.710	-21.085	-35.054
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.041.119	1.323.762	322.153	629.952
3.06	Resultado Financeiro	-113.452	-207.897	-48.824	-136.071
3.06.01	Receitas Financeiras	112.161	185.607	85.228	143.511
3.06.02	Despesas Financeiras	-225.613	-393.504	-134.052	-279.582
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	927.667	1.115.865	273.329	493.881
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-175.131	-253.920	-64.634	-148.772
3.08.01	Corrente	-13.934	-81.263	-59.644	-125.130
3.08.02	Diferido	-161.197	-172.657	-4.990	-23.642
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	752.536	861.945	208.695	345.109
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	752.536	861.945	208.695	345.109
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	743.959	827.558	183.622	283.207
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.577	34.387	25.073	61.902

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,56434	1,74012	0,38611	0,59550
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,56434	1,74012	0,38611	0,59550

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	752.536	861.945	208.695	345.109
4.02	Outros Resultados Abrangentes	21.333	23.270	-16.681	-21.765
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	-857	-4.093
4.02.02	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	21.333	23.270	-16.116	-19.064
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	292	1.392
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	773.869	885.215	192.014	323.344
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	765.292	850.828	166.941	261.442
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	8.577	34.387	25.073	61.902

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	682.306	239.866
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	549.231	627.052
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.115.865	493.881
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	39.138	28.554
6.01.01.03	Valor justo do ativo financeiro indenizável	-27.887	-6.311
6.01.01.04	PIS e COFINS diferidos	12.236	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	197.859	171.510
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	22.041	3.284
6.01.01.07	Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	19.932	18.001
6.01.01.08	Fornecedores - atualização monetária - Energia livre	4.553	3.470
6.01.01.09	Juros, var. monetárias e cambiais de Mútuos, Empréstimos, fin., debêntures e encargos de dívidas	262.111	208.818
6.01.01.10	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	22.383	14.331
6.01.01.11	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	22.623	27.700
6.01.01.12	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	40.975	26.180
6.01.01.13	Ativos e passivos financeiros setoriais	-432.879	0
6.01.01.14	Ajuste a valor presente	-233	7.954
6.01.01.15	Participações societárias	109.710	35.054
6.01.01.16	Ganhos com investimentos	-884.697	-406.160
6.01.01.17	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	37.823	26.122
6.01.01.18	Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	-5.414	-4.799
6.01.01.19	Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	-62	-17.639
6.01.01.20	Outros	-6.846	-2.898
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	133.075	-387.186
6.01.02.01	Consumidores e concessionárias	-262.785	-152.024
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	45.130	13.238
6.01.02.03	Ativos financeiros setoriais	335.477	0
6.01.02.04	Estoques	-23.626	-6.395
6.01.02.05	Cauções e depósitos vinculados	23.357	-5.988
6.01.02.06	Títulos a Receber	-489	2.388
6.01.02.07	Rendas a receber	-790	-801
6.01.02.09	Outros ativos operacionais	37.952	-51.066
6.01.02.10	Fornecedores	-104.477	137.730
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	1.210	-87.561
6.01.02.12	Benefícios pós-emprego	-34.003	-21.093
6.01.02.14	Encargos regulamentares e setoriais	161.978	-25.851
6.01.02.16	Provisões	-34.329	-27.208
6.01.02.17	Ressarcimento por Indisponibilidade - Adomp	-21.861	0
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-113.892	-126.512
6.01.02.19	Uso do bem público	-12.350	-10.335
6.01.02.20	Outros passivos operacionais	136.573	-25.708
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-570.454	239.462
6.02.01	Alienação de investimento	-300.418	420.575

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.02.02	Adições ao imobilizado, intangível e ativo financeiro indenizável	-135.612	-167.015
6.02.03	Alienação de bens e direitos	1.903	2.845
6.02.04	Aumento de capital em subsidiárias	-142.500	-9.189
6.02.05	Empréstimo a receber	-101	-7.754
6.02.06	Caixa e equivalentes de caixa incorporados	6.274	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	696.200	158.664
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-44.845	-3.641
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.676.199	1.001.287
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-652.274	-737.688
6.03.06	Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-291.595	-100.998
6.03.07	Cauções e depósitos vinculados	-37	-296
6.03.08	Títulos recebidos	8.752	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	808.052	637.992
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	826.971	924.146
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.635.023	1.562.138

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.182.716	134.713	1.766.171	0	-192.587	4.891.013	1.675.790	6.566.803
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.182.716	134.713	1.766.171	0	-192.587	4.891.013	1.675.790	6.566.803
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-802	0	0	0	-802	-12.849	-13.651
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-802	0	0	0	-802	802	0
5.04.09	Dividendos Distribuídos a Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-13.651	-13.651
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	827.558	23.270	850.828	34.387	885.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	827.558	0	827.558	34.387	861.945
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23.270	23.270	0	23.270
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	23.270	23.270	0	23.270
5.07	Saldos Finais	3.182.716	133.911	1.766.171	827.558	-169.317	5.741.039	1.697.328	7.438.367

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.182.716	136.318	1.500.066	0	-245.883	4.573.217	1.679.956	6.253.173
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.182.716	136.318	1.500.066	0	-245.883	4.573.217	1.679.956	6.253.173
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-803	-280.821	0	0	-281.624	-59.978	-341.602
5.04.08	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	-803	0	0	0	-803	803	0
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-250.775	0	0	-250.775	-60.781	-311.556
5.04.10	Distribuição de Reserva de Lucros	0	0	-30.046	0	0	-30.046	0	-30.046
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	283.207	-21.765	261.442	61.902	323.344
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	283.207	0	283.207	61.902	345.109
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-21.765	-21.765	0	-21.765
5.05.02.06	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	0	0	0	0	-19.064	-19.064	0	-19.064
5.05.02.07	Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-4.093	-4.093	0	-4.093
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	1.392	1.392	0	1.392
5.07	Saldos Finais	3.182.716	135.515	1.219.245	283.207	-267.648	4.553.035	1.681.880	6.234.915

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	8.544.262	6.076.831
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.518.833	5.240.454
7.01.02	Outras Receitas	1.035.685	598.414
7.01.02.01	Receita de construção	118.920	139.873
7.01.02.02	Outras Receitas	916.765	458.541
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	24.992	268.809
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-35.248	-30.846
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.156.910	-3.893.634
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.353.117	-3.017.677
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-303.672	-419.532
7.02.04	Outros	-500.121	-456.425
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-254.041	-186.523
7.02.04.03	Custo com construção da infraestrutura	-118.920	-139.435
7.02.04.04	Outros custos operacionais	-127.160	-130.467
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.387.352	2.183.197
7.04	Retenções	-201.998	-175.827
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-201.998	-175.827
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.185.354	2.007.370
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.897	125.655
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-109.710	-35.054
7.06.02	Receitas Financeiras	185.607	160.709
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.261.251	2.133.025
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.261.251	2.133.025
7.08.01	Pessoal	167.102	164.613
7.08.01.01	Remuneração Direta	125.322	117.388
7.08.01.02	Benefícios	29.522	34.776
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.258	12.449
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.826.275	1.271.912
7.08.02.01	Federais	1.629.674	466.855
7.08.02.02	Estaduais	1.191.948	798.922
7.08.02.03	Municipais	4.653	6.135
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	405.929	351.391
7.08.03.01	Juros	394.724	341.508
7.08.03.02	Aluguéis	11.205	9.883
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	861.314	340.961
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	827.558	283.207
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	33.756	57.754
7.08.05	Outros	631	4.148
7.08.05.01	Partes Beneficiárias	631	4.148

Comentário do Desempenho

1. Eventos do Período

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – AGOE

Em 10 de abril de 2015 foi aprovada em AGOE, a destinação do Lucro Líquido referente ao exercício de 2014 com distribuição de: (i) dividendos no valor de R\$63,3 milhões; (ii) JSCP no valor de R\$133,3 milhões; e (iii) Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$509,7 milhões. Os dividendos e JSCP serão pagos, até o final do ano de 2015, sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias.

EDP Energias do Brasil assina contrato de venda de sua participação na EDP Renováveis Brasil

Em 27 de abril, a Companhia assinou um acordo de compra e venda de ações com a EDP Renováveis S.A (EDPR) para vender os 45% da sua participação do capital total e votante da EDP Renováveis Brasil. O valor a ser recebido pela transação é de até R\$ 190 milhões, sendo R\$ 176 milhões até a sua conclusão e até R\$ 14 milhões em pagamentos de earn-out. Adicionalmente, em 30 de junho de 2015, a Companhia recebeu da EDPR R\$ 88 milhões, a título de adiantamento. O saldo remanescente será recebido na conclusão da transação prevista para ocorrer no segundo semestre de 2015.

2º Desembolso do Contrato das Distribuidoras da EDP Energias do Brasil junto ao BNDES

Em 27 de abril, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES desembolsou R\$ 108,0 e R\$ 113,5 milhões para EDP Bandeirante e EDP Escelsa, respectivamente, referente aos contratos de financiamento firmados em 29 de dezembro de 2014, nos valores de R\$298,8 milhões para EDP Bandeirante e R\$ 270,9 milhões para EDP Escelsa. Com esses valores, os desembolsos totalizam 66% do contrato da EDP Bandeirante e 72% da EDP Escelsa.

Incidente UHE Cachoeira Caldeirão

Em 07 de maio, a Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão (EECC) realizou a abertura controlada na enseadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio Araguari, devido a cheia. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, ocorreu alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem. A Equipe de Cachoeira Caldeirão deu todo o suporte à população afetada e colaborou nos trabalhos de recuperação. Não houve registro de vítimas fatais. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do estado do Amapá (SEMA) decretou a suspensão da obra e da licença de instalação por um período de 10 dias para averiguações. Em 18 de maio, a EECC e CESBE (Epecista contratada) firmaram Termo de Ajustamento de Conduta com Ministério Público, sem reconhecimento de culpa e com direito de regresso para antecipar indenizações à comunidade afetada pela enchente; na mesma data, foi firmado com o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial (IMAP) Termo de Compromisso Ambiental para suspensão dos trabalhos apenas na área da enseadeira de segunda fase até a realização da perícia; Em 25 de maio, foi ajuizada Ação Cautelar pelo Ministério Público com pedido de liminar para paralisação das obras com deferimento do pedido de liminar em 26 de maio. Em 27 de maio a Companhia requereu reconsideração da liminar, tendo sido deferida parcialmente, mantendo-se interditada somente a área da enseadeira de segunda fase, até a realização de perícia no local. A EECC recorreu da decisão, pleiteando da área interditada e permanece aguardando julgamento. O incidente em referência não afetou a evolução do cronograma físico-financeiro da obra.

Conclusão da aquisição dos 50% remanescente da UTE Pecém I

Em 15 de maio, a Companhia comunicou a conclusão da aquisição dos 50,0% do capital total e votante de Porto do Pecém Geração de Energia S.A. detido pela Eneva, uma vez tendo sido atendidas todas as condições precedentes desta transação. A EDP Brasil realizou o pagamento no valor de R\$ 300,0 milhões pela referida transação. Com a conclusão da transação, a Companhia passou a deter 100% do capital total e votante de Porto do Pecém I.

Emissão de CCB de R\$ 300 milhões da EDP Energias do Brasil

Em 21 de maio, a Companhia realizou a captação de R\$ 300,0 milhões por meio de uma Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) junto ao Banco do Brasil, ao custo de 118,70% do CDI a.a. O pagamento de juros será semestral, e a amortização será em duas parcelas anuais de mesmo valor, sendo uma em maio de 2017 e a outra em maio de 2018. Os recursos foram destinados para o pagamento da aquisição dos 50% remanescente da UTE Pecém I.

Emissão de Cédula de Câmbio da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa

Em 29 de maio, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa captaram R\$ 150,0 milhões e R\$ 100,0 milhões, respectivamente, por meio da emissão de Cédula de Câmbio (Lei nº 4131 do Banco Central do Brasil) junto ao Citibank, ao custo de 85% do CDI + 1,19% a.a. O pagamento de juros será trimestral, e a amortização será em duas parcelas anuais de mesmo valor, sendo uma em maio de 2018 e a outra em maio de 2019. Os recursos são destinados ao alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.

1º Desembolso do Contrato de São Manoel junto ao BNDES

Em 15 e 16 de junho, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, desembolsou o total de R\$ 265,0 milhões para a construção da UHE São Manoel, referente ao contrato de financiamento firmado em 15 de maio de 2015, no valor total de

Comentário do Desempenho

R\$ 450,0 milhões. A operação possui garantia de fianças bancárias da EDP Energias do Brasil, da CWE Investment Corporation Brasil (CWEI Brasil) e de Furnas, proporcionais à participação de cada sócio no projeto. Os recursos serão utilizados para a construção da UHE São Manoel, e terão incidência de juros que variam entre TJLP + 2,4% a.a. e SELIC + 1,7% a.a., dependendo do subcrédito. O principal e os encargos do financiamento serão exigidos integralmente na data do vencimento, que será em 15 de junho de 2016.

Aquisição da APS Soluções em Energia

Em 29 de junho, a Companhia assinou, através de sua subsidiária EDP Grid, um Acordo de Compra e Venda de Ações com os acionistas da APS Soluções em Energia S.A., com objetivo de adquirir 100% de suas ações. O preço de aquisição é de R\$ 27,2 milhões que serão pagos ao longo de cinco anos, podendo haver pagamentos adicionais (earnouts) em função do cumprimento de metas de performance definidas no Acordo de Compra e Venda. A conclusão da transação está prevista para ocorrer até o final do ano e está sujeita à obtenção de anuência dos credores da APS e à aprovação pelo Conselho Administrativo e Defesa Econômica (CADE), além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a eficácia da transferência do capital social acima mencionado. A transação está alinhada com a estratégia da EDP Energias do Brasil de investir em serviços de energia de valor agregado através da EDP Grid e reafirma o compromisso da Companhia de investir em negócios sustentáveis.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Todas as explicações abaixo referem-se ao segundo trimestre de 2015 (2T15) em comparação ao período homólogo de 2014 (2T14). O mesmo ocorre para o acumulado do ano.

2.1. Receita Operacional Líquida

A **receita operacional líquida**, excluindo a receita de construção subiu 43,1%. No acumulado do ano, a receita operacional líquida cresceu 19,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	2T15	2T14	Var.	6M15	6M14	Var.
Clientes Cativos	2.369.830	1.335.027	77,5%	4.420.336	2.781.662	58,9%
Residencial	956.362	553.572	72,8%	1.830.756	1.184.547	54,6%
Industrial	518.021	300.835	72,2%	917.252	593.869	54,5%
Comercial	593.348	326.111	81,9%	1.121.743	690.898	62,4%
Rural	88.685	42.816	107,1%	165.840	84.485	96,3%
Outros	213.414	111.693	91,1%	384.745	227.863	68,8%
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos ⁽¹⁾	(871.637)	(522.924)	66,7%	(1.641.704)	(1.101.563)	49,0%
Fornecimento não Faturado	(62.178)	4.461	n.d.	46.442	16.091	188,6%
Total Fornecimento	1.436.015	816.564	75,9%	2.825.074	1.696.190	66,6%
Suprimento de Energia elétrica	336.019	175.313	91,7%	546.644	383.721	42,5%
Energia de curto prazo	227.164	23.359	872,5%	311.185	54.542	470,5%
Comercialização	533.116	582.831	-8,5%	1.035.384	1.247.859	-17,0%
Total Suprimento	1.096.299	781.503	40,3%	1.893.213	1.686.122	12,3%
Fornecimento e suprimento	2.532.314	1.598.067	58,5%	4.718.287	3.382.312	39,5%
Disponibilização do Sistema de Distribuição (TUSD)	1.215.686	708.122	71,7%	2.249.857	1.470.759	53,0%
Ativos/Passivos Regulatórios OCPC 08	291.967	-	n.d.	235.493	-	n.d.
Receitas sobre ativos financeiros setoriais	-	-	n.d.	-	-	n.d.
CVA	657.438	-	n.d.	773.383	-	n.d.
Itens financeiros - RTE	(362.058)	-	n.d.	(497.520)	-	n.d.
Itens financeiros - Outros	(3.845)	-	n.d.	(31.492)	-	n.d.
PIS/COFINS	432	-	n.d.	(8.878)	-	n.d.
Subvenções	76.283	68.391	11,5%	146.068	116.790	25,1%
Ressarcimento por insuficiência de geração	-	(13.343)	-100,0%	-	91.616	-100,0%
Arrendamentos e aluguéis	28.202	27.067	4,2%	56.041	54.353	3,1%
Receita de construção	64.270	70.293	-8,6%	118.920	139.435	-14,7%
Outras receitas operacionais	63.882	37.885	68,6%	113.087	124.623	-9,3%
Sub-total	4.272.604	2.496.482	71,1%	7.637.753	5.379.888	42,0%
(-) Deduções à receita operacional	(1.678.379)	(658.638)	154,8%	(2.898.826)	(1.372.004)	111,3%
Receita operacional líquida	2.594.225	1.837.844	41,2%	4.738.927	4.007.884	18,2%
Receita operacional sem construção	2.529.955	1.767.551	43,1%	4.620.007	3.868.449	19,4%

(1) Em atendimento às determinações da ANEEL, esta rubrica se refere à parcela faturada dos clientes cativos correspondente à tarifa de uso do sistema de distribuição, anteriormente apresentada integralmente em Fornecimento de Energia Elétrica e passou a ser apresentada em Disponibilização do Sistema de Distribuição.

Comentário do Desempenho

O aumento do volume de energia vendida e do preço médio da geração contribuíram para o crescimento da receita consolidada, além do aumento das tarifas das distribuidoras, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Itens em R\$ mil ou %	Geração ¹			EDP Bandeirante			EDP Escelsa			Comercialização		
	2T15	2T14	Variação	2T15	2T14	Variação	2T15	2T14	Variação	2T15	2T14	Variação
Volume (MW)	2.014.087	1.912.398	5,3%	3.633.822	3.783.102	-3,9%	2.744.461	2.696.301	1,8%	2.694.675	2.871.589	-6,2%
Tarifa de venda (R\$/MWh)	183,72	173,04	6,2%	447,1	268,8	66,4%	450,4	259,3	73,7%	236,55	229,64	3,0%

⁽¹⁾ O Volume de Geração corresponde ao volume de energia das usinas hidrelétricas do grupo

Além dos fatores preço e volume, destacam-se:

Na Distribuição

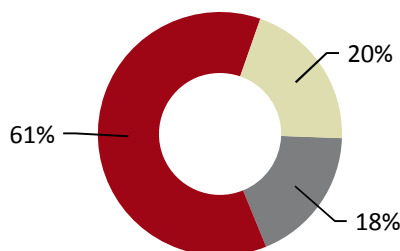
- O saldo de fornecimento não faturado (Mercado Cativo + TUSD) atingiu R\$ 73,9 milhões negativos (EDP Bandeirante -R\$ 46,9 milhões e EDP Escelsa -R\$ 26,9 milhões) resultante da variação negativa das cargas médias diárias, influenciado por uma retração econômica e pela redução do número de dias não faturados, que reduziram o volume do 2T15 em comparação com o 1T15. O saldo negativo do volume do não faturado, associado a uma tarifa maior em 2015 (com aplicação dos Reajustes Tarifários, Revisão Tarifária Extraordinária e as Bandeiras Tarifárias) contribuíram para o resultado negativo no trimestre.
- Contabilização dos Ativos Financeiros (Ativos e Passivos Regulatórios) no valor de R\$ 292,0 milhões (EDP Bandeirante: R\$ 169,2 milhões e EDP Escelsa: R\$ 122,8 milhões) conforme aditamento dos Contratos de Concessão, conforme OCPC 08;
- Aumento de 51,4% no suprimento de energia elétrica resultante do aumento médio (aproximadamente 54%) nas tarifas de suprimento na EDP Escelsa, reflexo dos Reajustes Tarifários, Revisão Tarifária Extraordinária e as Bandeiras Tarifárias, apesar da queda de 2,1% de consumo.
- Crescimento R\$ 172,0 milhões na receita de energia de curto prazo reflexo do aumento de energia disponível no 2T15, na EDP Bandeirante e na EDP Escelsa, para liquidação na CCEE (Nível de contratação: EDP Bandeirante 114,1% e EDP Escelsa 107,5%), comparado ao 2T14 (Nível de contratação: EDP Bandeirante 100,6% e EDP Escelsa 87,4%);
- Aumento de 32,3% nas outras receitas operacionais deve-se às subvenções em função do reembolso dos descontos concedidos por meio do Decreto nº 7.891/2013 - Regulamenta a Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária (aumento de 11,5% no 2T15 em relação ao 2T14). Adicionalmente, o ressarcimento pela insuficiência de geração foi reclassificado da rubrica "Outras receitas operacionais" para "Energia elétrica comprada para revenda" mediante Despacho ANEEL nº 4.786 de 11 de dezembro de 2014.

Na Geração

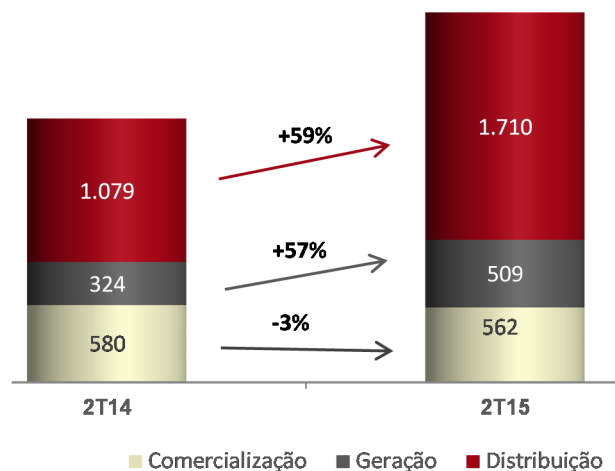
- Contabilização de R\$ 154,6 milhões de receita líquida decorrentes da consolidação dos 45 dias da UTE Pecém I;
- Aumento de R\$ 31,8 milhões na receita de energia de curto prazo, sendo R\$ 27,8 milhões referentes a energia de curto prazo da UTE Pecém I. Desconsiderando o efeito da UTE Pecém I, o aumento seria de apenas R\$ 4,0 milhões ocorrido na Energest.

Abaixo a composição da Receita Líquida por segmento de negócio

Composição da Receita Líquida* - 2T15



Receita Líquida (R\$ milhões)*



*Não considera as eliminações intragrupo de R\$ 250,7 milhões no 2T15 e de R\$ 215,1 milhões no 2T14

Comentário do Desempenho

2.1.1. Deduções da Receita Operacional

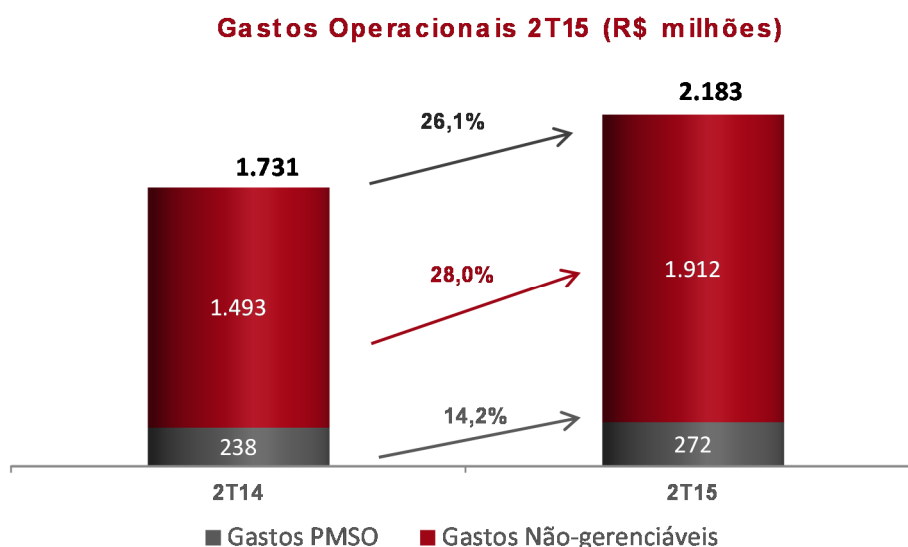
Deduções à receita operacional	2T15	2T14	Var.	6M15	6M14	Var.
P&D e PEE	(20.549)	(13.395)	53,4%	(39.066)	(29.484)	32,5%
Outros encargos	(12.976)	-	n.d.	(24.797)	-	n.d.
CDE	(402.872)	(28.874)	1295,3%	(569.940)	(49.274)	1056,7%
RGR	(2.134)	(2.419)	-11,8%	(4.267)	(4.838)	-11,8%
PIS/COFINS	(385.158)	(216.687)	77,7%	(689.729)	(470.002)	46,8%
ICMS	(642.103)	(385.022)	66,8%	(1.189.350)	(793.902)	49,8%
ISS	(276)	(209)	32,1%	(577)	(441)	30,8%
Bandeiras tarifárias	(200.512)	-	n.d.	(357.503)	-	n.d.
PROINFA - Consumidores Livres	(11.799)	(12.032)	-1,9%	(23.597)	(24.063)	-1,9%
Total	-1.678.379	-658.638	154,8%	-2.898.826	-1.372.004	111,3%

As deduções da receita ficaram 154,8% acima do 2T14. Já no acumulado do ano, as deduções da receita totalizaram R\$ 2.898,8 milhões, 111,3% acima do mesmo período do ano anterior.

- PIS/COFINS e ICMS: aumento de 77,7% e 66,8%, respectivamente, em consequência do crescimento da receita operacional bruta e da correspondente incidência de PIS/COFINS sobre o reconhecimento da receita sobre Ativos Financeiros Setoriais.
- CDE (Conta de Desenvolvimento Energético): aumento da quota anual para 2015, de acordo com a Resolução Homologatória definitiva nº 1.857 de fevereiro de 2015 em função do (i) encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia; (ii) devolução de parcela dos recursos recebidos pelas distribuidoras no período de janeiro de 2013 a fevereiro de 2014; e (iii) repactuação de dívida da CDE com os credores da CCC.
- Bandeiras Tarifárias: aumento de R\$ 200,5 milhões, devido a aplicação do sistema de Bandeira Tarifária a partir de 1º de janeiro de 2015. Os agentes de distribuição devem destinar os recursos provenientes da aplicação das Bandeiras Tarifárias para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os recursos são distribuídos nas classes de consumo, e deduzidos integralmente como uma dedução de encargo, sendo o impacto na receita líquida nulo.
- Outros Encargos: aumento de R\$ 13,0 milhões em consequência da reclassificação da "Taxa de Fiscalização" e "Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH" do segmento de geração da rubrica Gastos não gerenciáveis para Deduções à receita operacional, mediante Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014.

2.2. Gastos Operacionais

Os **gastos operacionais**, desconsiderando o custo de construção, depreciação e amortização, valor justo do ativo indenizável e os ganhos/perdas na desativação/alienação de bens, totalizaram R\$ 2.183,4 milhões, aumento de 26,1%, devido ao acréscimo de 28,0% nos gastos não gerenciáveis e de 14,2% no PMSO. No acumulado do ano, os **gastos operacionais** totalizaram R\$ 3.857,9 milhões, 12,5% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.



Comentário do Desempenho

2.2.1. Gastos Não Gerenciáveis

Os **gastos não gerenciáveis** referentes aos custos com compra de energia e encargos do uso da rede elétrica cresceram 28,0%. Já no acumulado do ano, os **gastos não gerenciáveis** foram 12,7% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gastos Não Gerenciáveis (R\$ mil)	2T15	2T14	Var.	6M15	6M14	Var.
Energia Comprada para Revenda	(1.738.990)	(1.391.895)	24,9%	(3.045.989)	(2.753.152)	10,6%
Moeda estrangeira - Itaipu	(243.493)	(118.871)	104,8%	(467.735)	(241.823)	93,4%
Moeda nacional	(1.499.193)	(1.462.255)	2,5%	(2.836.942)	(3.102.050)	-8,5%
Ressarcimento CDE / CCEE / CONER/ CCRBT	3.696	189.231	-98,0%	258.688	590.721	-56,2%
Encargos de uso e conexão	(119.745)	(86.212)	38,9%	(232.941)	(169.664)	37,3%
Outros	10.888	(15.338)	n.d.	7.938	(35.871)	n.d.
Taxa de Fiscalização	(9)	(2.572)	-99,7%	(19)	(5.149)	-99,6%
Compensações Financeiras	-	(8.503)	-100,0%	-	(20.853)	-100,0%
outras	10.897	(4.263)	n.d.	7.957	(9.869)	n.d.
Custo da matéria prima consumida	(63.920)	-	n.d.	-63.920	-	n.d.
Total dos Gastos Não-Gerenciáveis	(1.911.767)	(1.493.445)	28,0%	(3.334.912)	(2.958.687)	12,7%

Os **gastos com compra de energia de Itaipu** (moeda estrangeira) subiram 104,8% no trimestre e 93,4% no acumulado do ano, reflexo da desvalorização cambial, além do reajuste da tarifa, no valor de US\$ 38,07/KW, com vigência para o ano de 2015, representando uma variação de 46,14% em relação à tarifa de 2014 (US\$ 26,05/KW).

Em relação aos gastos com compra de energia em **moeda nacional**, destacam-se:

O aumento de 2,5% no consolidado devido ao avanço de 17,4% na EDP Bandeirante e de 66,4% na Geração, conforme explicado abaixo:

Na Distribuição: aumento de 1,9%, sendo:

- i) Na EDP Bandeirante, aumento de 17,4% devido principalmente ao aumento dos gastos com ESS – Encargo de Segurança Energética, Risco hidrológico e ajustes judiciais no âmbito da CCEE (R\$ 91,4 milhões);
- ii) Na EDP Escelsa, apesar de também ter sofrido os mesmos efeitos de ESS, Risco Hidrológico e ajustes judiciais, a queda de 13,7% deve-se à diminuição do gasto com compra de energia, uma vez que a EDP Escelsa ficou sobrecontratada no trimestre (Contratação de 107,5%), liquidando energia no curto prazo, comparada a uma subcontratação de 87,4% no 2T14, sendo, portanto, essa variável mais expressiva.

Na Geração: aumento de 66,4% referente:

- (i) Ao impacto do GSF no período de 80,8%, totalizando um impacto de R\$ 137,2 milhões. O impacto de GSF foi parcialmente mitigado pelo hedge de compra de energia no período no valor total de R\$ 14,2 milhões; e
- (ii) À contabilização da UTE Pecém I, que contribuiu com R\$ 8,2 milhões.

A rubrica de **Ressarcimento CDE/CCEE/CONER/CCRBT** apresentou uma queda de 98,0%, devido aos aportes da Conta-ACR contabilizados no 2T14.

O aumento de 38,9% nos **encargos de uso e conexão** ocorre devido ao aumento dos custos com TUST (Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão) nas distribuidoras, de acordo com a Resolução Aneel nº 1.758/2014.

A linha de **Outros** apresentou uma redução expressiva em consequência da reclassificação da "Taxa de Fiscalização" e "Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH" do segmento de geração da rubrica Gastos não gerenciáveis para Deduções à receita operacional, mediante Resolução Normativa ANEEL nº 605/2014. Adicionalmente, a contabilização da UTE Pecém I contribuiu com R\$ 14,4 milhões positivos referente ao ressarcimento por indisponibilidade e com R\$ 63,9 milhões de custo de matéria prima consumida, cujos detalhes estão explicados no capítulo da UTE Pecém I.

2.2.2. Gastos Gerenciáveis

Os **gastos gerenciáveis** totalizaram R\$ 454,6 milhões, aumento de 11,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Os gastos com PMSO totalizaram R\$ 271,7 milhões, aumento de 14,2%. Desconsiderando o efeito da contabilização da UTE Pecém I, que contribuiu com R\$ 12,6 milhões ao PMSO consolidado, o total do trimestre seria 8,9% acima do 2T14, em linha com a inflação acumulada até 30 de junho de 2015 (IPCA: 8,9% e IGP-M: 5,6%). No acumulado do ano os gastos gerenciáveis totalizaram R\$ 855,2 milhões, 8,0% acima do mesmo período do ano passado. Os gastos com PMSO totalizaram R\$ 523,0 milhões, 11,5% acima

Comentário do Desempenho

do mesmo período do ano anterior. Desconsiderando o efeito da contabilização da UTE Pecém I, o PMSO consolidado aumentou 8,8%.

Gastos Gerenciáveis (R\$ mil)	2T15	2T14	Var.	6M15	6M14	Var.
Pessoal	(98.641)	(94.853)	4,0%	(193.672)	(183.507)	5,5%
Material	(8.216)	(7.811)	5,2%	(14.332)	(14.680)	-2,4%
Serviços de terceiros	(105.791)	(89.809)	17,8%	(201.197)	(179.348)	12,2%
Provisões	(24.409)	(24.772)	-1,5%	(53.352)	(43.995)	21,3%
Outros	(34.616)	(20.680)	67,4%	(60.454)	(47.556)	27,1%
Total PMSO	(271.673)	(237.925)	14,2%	(523.007)	(469.086)	11,5%
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	(22.086)	(5.549)	298,0%	(44.417)	(18.482)	140,3%
Valor justo do ativo financeiro indenizável	12.578	(8.528)	n.d.	27.887	6.311	341,9%
Custo com construção da infraestrutura	(64.270)	(70.293)	-8,6%	(118.920)	(139.435)	-14,7%
Depreciação e amortização	(109.116)	(86.877)	25,6%	(196.783)	(171.510)	14,7%
Total dos gastos gerenciáveis	(454.567)	(409.172)	11,1%	(855.240)	(792.202)	8,0%
IGP-M (últimos 12 meses)*			5,6%			
IPC-A (últimos 12 meses)**			8,9%			

* Fonte: FGV

**Fonte: IBGE

Aumento de 4% em gastos com **Pessoal**:

- (i) Consolidação da UTE Pecém I (+ R\$ 3,4 milhões);
- (ii) Maior PLR/Bônus em 2015, referente a 2014, devido ao melhor resultado da Companhia em 2014 (+ R\$ 2,9 milhões);
- (iii) Menor Capitalização de Pessoal (+R\$ 2,9 milhões);
- (iv) **Efeito não recorrente ocorrido no 2T14** resultante dos custos com desligamentos de pessoal, principalmente nas Distribuidoras (-R\$ 3,8 milhões);
- (v) Reformulação do contrato de assistência médica, alterando o escopo para “pós-pagamento” desde o 3T14 (-R\$ 1,7 milhão);

Manutenção dos custos com Materiais (aumento de R\$ 0,4 milhão).

Aumento de 17,8% (R\$ 16,0 milhões) em **Serviços de Terceiros**:

- (i) Consolidação da UTE Pecém I (+ R\$ 6,5 milhões);
- (ii) **Efeito não recorrente no 2T15** referente a custos com assessorias nos processos recentes de compras e venda de Ativos (+ R\$ 4,6 milhões);
- (iii) Maiores gastos com atendimento ao cliente devido aumento no número de atendentes nas Agências e no Call Center além da linha 0800 para atender ao plano de contingência do cenário energético (+R\$ 3,2 milhões);
- (iv) Aumento nos gastos com Leitura e Faturamento (+ R\$ 2,4 milhões) devido a reajuste no contrato;
- (v) Aumento nos gastos com consultoria (+ R\$ 1,7 milhão);
- (vi) Desconsolidação das UHEs Jari e Cachoeira Caldeirão (-R\$ 2,0 milhões).

Manutenção dos custos com **Provisões** (queda de R\$ 0,4 milhão). Na distribuição, apesar da rubrica de Provisão de Devedores Duvidosos ter aumentado 7,9%, decorrente principalmente do crescimento na EDP Escelsa (+22,5%), a queda de 25,3% em Provisões para Contingências (especialmente trabalhista), gerou um efeito nulo entre trimestres.

Aumento de 67,4% (R\$ 13,9 milhões) em **Outros**:

- (i) Consolidação da UTE Pecém I (+ R\$ 2,5 milhões);
- (ii) Maiores gastos com indenizações referentes à Permuta Investco/Enersul (+R\$ 7,0 milhões);
- (iii) Reclassificação da rubrica de resultado financeiro para gastos gerenciáveis das contas de DIC (Duração de Interrupção por Unidade Consumidora) / FIC (Frequência de Interrupções por Unidade Consumidora) / DMIC (Duração Máxima de Interrupção Continua por Unidade Consumidora) / Corte de acordo com o novo Plano de Contas da ANEEL (+R\$ 1,9 milhão);
- (iv) Aumento no consumo próprio de energia elétrica (+ R\$ 1,0 milhão).

A conta de **Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens** aumentou R\$ 16,5 milhões resultante de:

- (i) Aumento de R\$ 12,5 milhões na Investco, referente à descontinuidade do projeto da UHE Tupiratins. O saldo de R\$ 12,5 milhões, de 31 de dezembro de 2014 referia-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE Tupirantins. O projeto da UHE Tupirantins é um ativo pertencente à EDP Energias do Brasil (Companhia) que consiste na construção de uma usina à jusante da UHE Lajeado. O processo ambiental da UHE está parado na ANEEL desde o ano de 2001, principalmente em função das dificuldades de negociação com as comunidades indígenas da região norte do Tocantins, além de resultar em 3.000 famílias impactadas, o que acabou por reduzir de forma significativa a atratividade do projeto. Nesse momento, como não há expectativa de utilização futura e interessados em adquirir o registro para o aproveitamento hidrelétrico na ANEEL, o que impossibilitaria sua alienação, a

Comentário do Desempenho

Administração da Companhia decidiu pela provisão de redução ao valor recuperável do projeto em seu valor total, de acordo com os requisitos do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

O **Valor justo do ativo financeiro** indenizável aumentou R\$ 21,1 milhões resultante do aumento do valor novo de reposição das distribuidoras (sendo + R\$ 9,7 milhões na EDP Bandeirante e + R\$ 11,4 milhões na EDP Escelsa).

A conta de **Depreciação e Amortização** totalizou R\$ 109,1 milhões no 2T15, aumento de 25,6% (R\$ 22,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrente da contabilização da UTE Pecém I que contribuiu negativamente com R\$ 19,8 milhões.

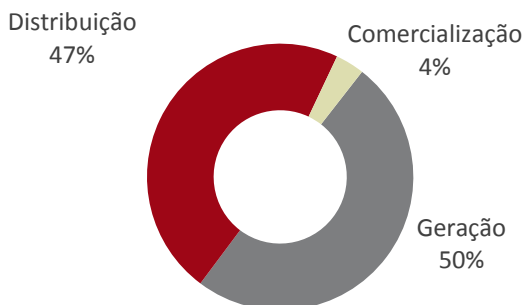
2.3. Ganho de Alienação/Aquisição de Investimento

Em 15 de maio de 2015, a Companhia comunicou a conclusão da aquisição dos 50,0% da UTE Pecém I detidos pela Eneva, uma vez tendo sido atendidas todas as condições precedentes desta transação. O valor total da aquisição foi de R\$ 300,0 milhões (efeito caixa), gerando um ganho contábil para a Companhia de R\$ 884,7 milhões, registrado na rubrica do Balanço Patrimonial de "Investimentos" em contrapartida na Demonstração do Resultado na rubrica "Ganho na alienação/aquisição de investimento". Este ganho foi calculado baseado em um laudo independente elaborado pela E&Y e validado pela PWC e KPMG. O ganho contábil refere-se ao (i) Ganho na Diluição de Participação, (ii) Ganho na Participação Remanescente e (iii) Ganho na Alienação do Valor Justo. Maiores detalhes sobre o cálculo do ganho na aquisição, verificar a nota explicativa 16.1 do ITR da EDP Energias do Brasil. A partir desta data, o empreendimento mencionado passou a ser controlado pela Companhia, impactando diretamente o EBITDA.

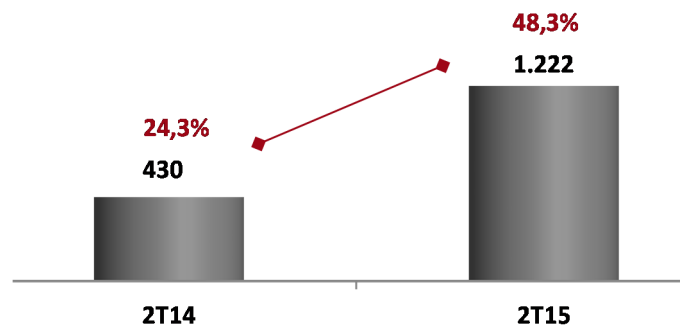
2.4. EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 1.221,7 milhões, aumento de R\$ 791,6 milhões, decorrente da contabilização da aquisição dos 50% remanescentes da UTE Pecém I, conforme explicado acima. Cabe lembrar que no 2T14, também houve a contabilização da alienação de 50% das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão, no valor total de R\$ 408,0 milhões. No consolidado do ano, o EBITDA atingiu R\$ 1.630,3 milhões, 94,9% superior ao mesmo período do ano anterior.

Composição do EBITDA - 2T15



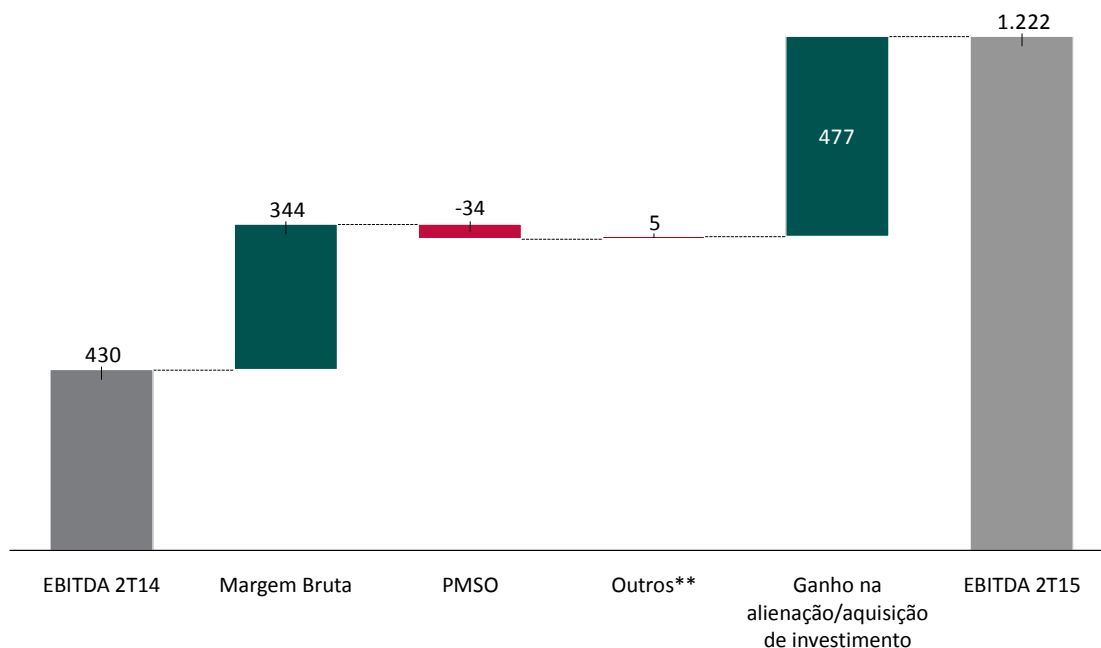
EBITDA (R\$ milhões) e Margem EBITDA* (%)



*Exclui receita de construção

Comentário do Desempenho

Formação do EBITDA (R\$ milhões)



** Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens e Valor justo do ativo financeiro indenizável.

2.4. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T15	2T14	Var.	6M15	6M14	Var.
Receita Financeira	83.770	82.831	1,1%	157.216	137.979	13,9%
Receitas de aplicações financeiras	28.037	26.726	4,9%	38.695	49.596	-22,0%
Variação monetária e acréscimo	34.971	30.490	14,7%	70.537	62.837	12,3%
Atualização sobre os ativos/ passivos financeiros setoriais	11.721	-	n.d.	27.841	-	n.d.
Juros e multa sobre impostos	2.384	23.303	-89,8%	5.426	27.896	-80,5%
Ajustes a valor presente	1.525	1.901	-19,8%	3.897	4.439	-12,2%
Remuneração das ações preferenciais	-	(1)	-100,0%	-	-	n.d.
(-) Juros capitalizados	-	(10.091)	-100,0%	-	(21.945)	-100,0%
Outras receitas financeiras	5.132	10.503	-51,1%	10.820	15.156	-28,6%
Despesa Financeira	(194.462)	(130.372)	49,2%	(360.635)	(272.660)	32,3%
Variação monetária e acréscimo moratório	(21.564)	(5.516)	290,9%	(64.240)	(23.044)	178,8%
Encargos de dívidas	(144.739)	(124.006)	16,7%	(244.103)	(243.442)	0,3%
Juros e multa sobre impostos	(1.648)	(1.792)	-8,0%	(3.112)	(3.743)	-16,9%
Selic - Energia Livre	(2.389)	(1.795)	33,1%	(4.553)	(3.470)	31,2%
Ajustes a valor presente	(844)	(6.181)	-86,3%	(4.153)	(14.445)	-71,2%
(-) Juros capitalizados	1.134	33.170	-96,6%	1.220	61.925	-98,0%
Outras Despesas	(24.412)	(24.252)	0,7%	(41.694)	(46.441)	-10,2%
Resultado Cambial Líquido	(2.760)	(1.284)	115,0%	(4.478)	(1.390)	222,2%
Total	(113.452)	(48.825)	132,4%	(207.897)	(136.071)	52,8%

Receita Financeira: aumento de 1,1% resultante de:

- (i) Aumento em atualização monetária sobre Ativos Financeiros Setoriais (Ativos e Passivos Regulatórios) (+R\$ 11,7 milhões);
- (ii) Redução de juros e multa sobre impostos (-R\$ 20,9 milhões) devido a um **efeito não recorrente no 2T14** referente à contabilização do reconhecimento de uma recuperação judicial de PIS/COFINS passado sobre receita financeira na EDP Escelsa (COSIT 27 – Decretos nº 2.445/88 e nº 2.779/88, que modificaram a metodologia de cálculo do PASEP).
- (iii) Aumento de variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida (R\$ 9,0 milhões) decorrente de juros e mora aplicados aos consumidores por atraso na conta de energia, especificamente na EDP Escelsa.

Despesa Financeira: aumento de 49,2% resultante de:

- (i) Aumento de R\$ 16,0 milhões em variação monetária devido ao aumento do custo com energia comprada de Itaipu (dólar);
- (ii) Aumento de encargos de dívidas devido à consolidação da UTE Pecém I (-R\$ 20,7 milhões);
- (iii) Redução dos juros capitalizados devido à desconsolidação dos juros das obras das UHEs Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão (-R\$ 32,0 milhões);

Comentário do Desempenho

Resultado Cambial

Resultado Cambial com variação negativa de R\$ 1,5 milhão frente ao 2T14.

2.5. Equivalência Patrimonial

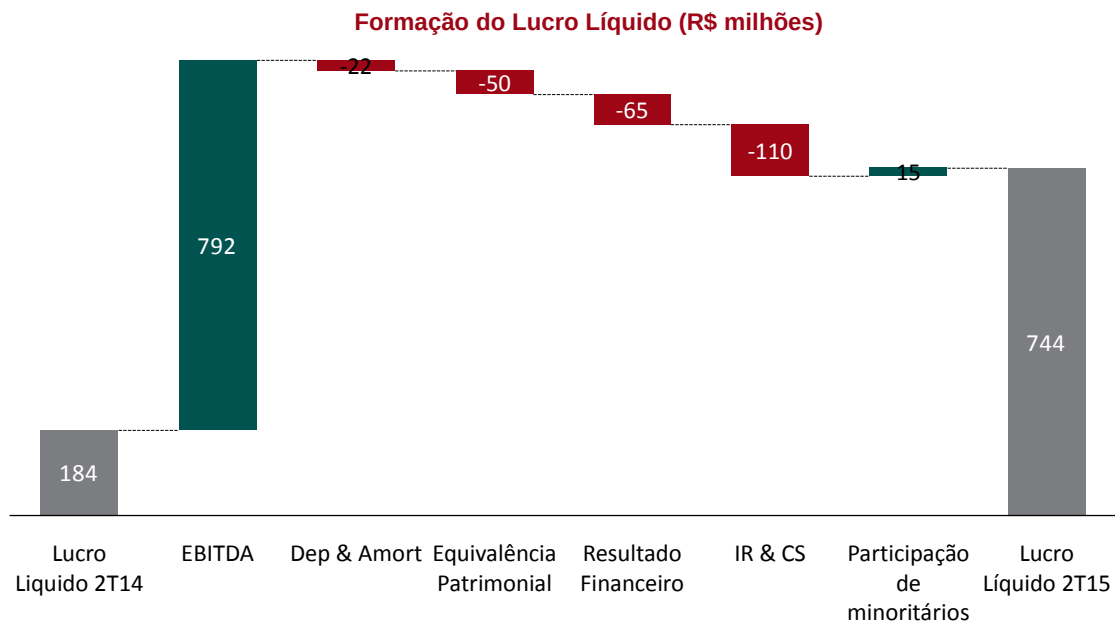
O Resultado de Participações Societárias atingiu -R\$ 71,5 milhões, aumento de R\$ 50,4 milhões, reflexo do resultado da UTE Pecém I no mês de abril e 15 dias no mês de maio. O resultado também foi impactado pela contabilização do lucro líquido da UHE Santo Antônio do Jari, de R\$ 0,9 milhão e pelo resultado da Ceja, negativo em R\$ 9,4 milhões (holding da Usina, que detém a despesa financeira referente a debêntures de R\$ 350 milhões).

Resultado das participações societárias (R\$ mil)	2T15	2T14	Var.	6M15	6M14	Var.
UTE Pecém I (Usina)	-58.206	-23.520	147,5%	-83.910	-38.542	0,0%
UHE Jari (Usina)	934	0	n.d.	-1.314	0	n.d.
Ceja	-9.390	0	n.d.	-19.053	0	n.d.
Demais empresas não controladas	-4.807	2.435	n.d.	-5.434	3.486	n.d.
Total	-71.469	-21.085	239,0%	-109.710	-35.056	213,0%

2.6. Lucro Líquido

O Lucro Líquido consolidado totalizou R\$ 744,0 milhões resultante dos efeitos acima mencionados, além do aumento do IR e Contribuição Social em R\$ 110,5 milhões, explicado no parágrafo abaixo, e da redução da participação de minoritários em 65,8%. No acumulado do ano, o Lucro Líquido consolidado totalizou R\$ 827,6 milhões, 192,2% superior ao mesmo período do ano anterior.

O Imposto de renda e contribuição social correntes apresentou redução de R\$ 45,7 milhões devido ao efeito fiscal do ganho da alienação das UHEs Jari e Cachoeira Caldeirão ocorrida no 2T14. Já o Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentou um crescimento de R\$ 156,2 milhões devido ao aumento na despesa com Impostos Diferidos sobre os Ativos e Passivos Setoriais e ao efeito contábil diferido do ganho da aquisição da UTE Pecém I.



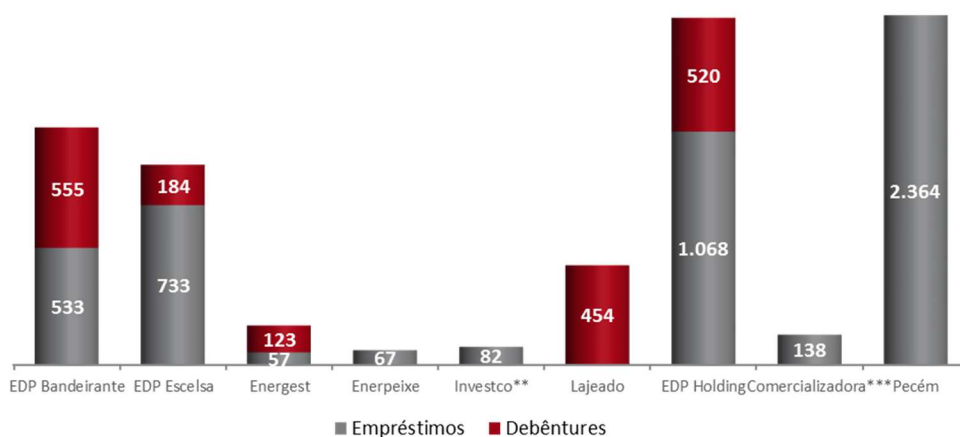
3. Endividamento

A **dívida bruta** consolidada totalizou R\$6.512,4 milhões em 30 de junho de 2015, aumento de R\$3.154,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Esse aumento é reflexo, principalmente, da consolidação da dívida da UTE Pecem I no montante de R\$ 2.364,2 milhões e da 1ª emissão de Notas Promissórias da Holding no 1T15 no montante de R\$750 milhões. Em 30 de junho de 2015, a Companhia possuía 13,3% de dívida em moeda estrangeira, referente ao financiamento da UTE Pecem I com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esse financiamento encontra-se protegido dos riscos de câmbio (USD) e taxa de juros

Comentário do Desempenho

Libor por meio de instrumentos de derivativos. A dívida bruta consolidada desconsidera a dívida das UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel.

Dívida Bruta por empresa (R\$ milhões)*



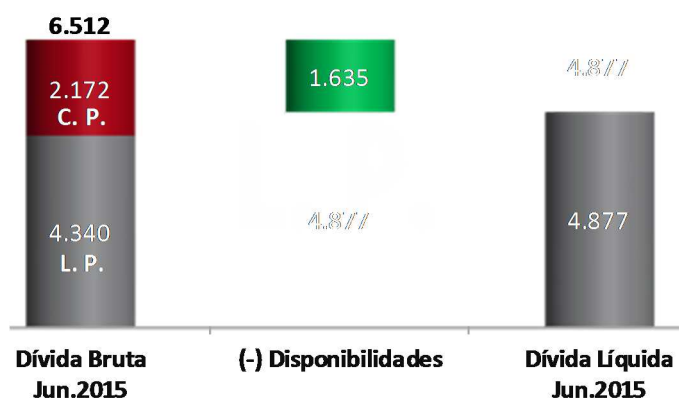
Nota: * não considera eliminações intragrupo de R\$ 365,0 milhões sendo que R\$ 197,9 milhões corresponde ao mutuo da UTE Pecém I

** ações preferenciais da Investco classificadas como dívida

*** A dívida da comercializadora deve-se a um mútuo intragrupo

A **dívida líquida** alcançou R\$ 4.877,4 milhões em junho de 2015, aumento de R\$ 2.345,9 milhões em relação a dezembro de 2014, considerando R\$ 1.635,0 milhões de disponibilidades. O montante de disponibilidades do período já considera o desembolso de R\$300 milhões para a aquisição dos 50% remanescentes da UTE Pecém I e o recebimento de R\$ 88 milhões referentes ao adiantamento de 50% do valor da venda da participação da Companhia na EDP Renováveis Brasil.

Composição da Dívida Líquida (R\$ milhões)



O **custo médio da dívida** em junho de 2015 era de 11,35% a.a., em comparação a 11,37% a.a. em dezembro de 2014, levando-se em consideração os juros capitalizados das dívidas e encargos incorridos nos últimos 12 meses. A redução do custo médio ocorreu, principalmente, em função da consolidação da dívida da UTE Pecém I, que possui um custo de endividamento menor que as demais empresas do grupo. No entanto, essa redução não foi mais evidente devido ao incremento do CDI acumulado em junho de 2015 (11,82% a.a.) frente a dezembro de 2014 (10,81% a.a.), e da TJLP de 5,38% a.a. em junho de 2015 na média dos últimos 12 meses e de 5,00% a.a. em dezembro, na mesma base de comparação.

O prazo médio da dívida consolidada em junho de 2015 atingiu 3,02 anos, superior ao de dezembro de 2014 (2,47 anos), em função da consolidação da dívida da UTE Pecém I que possui prazo médio superior às demais dívidas do grupo.

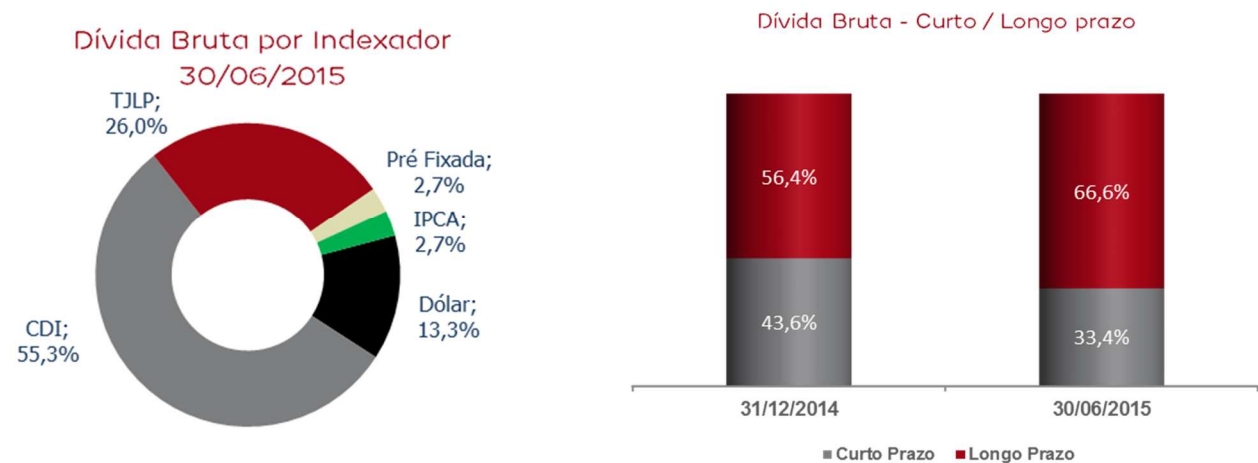
A dívida de curto prazo em 30 de junho de 2015 representava 33,4% do endividamento bruto, totalizando R\$ 2.172,2 milhões, 48,2% superior a 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.465,7 milhões). Essa variação deve-se, principalmente, à emissão das Notas Promissórias da Holding ocorrida em março de 2015, mas com um take-out já comprometido pelos bancos emissores.

Comentário do Desempenho

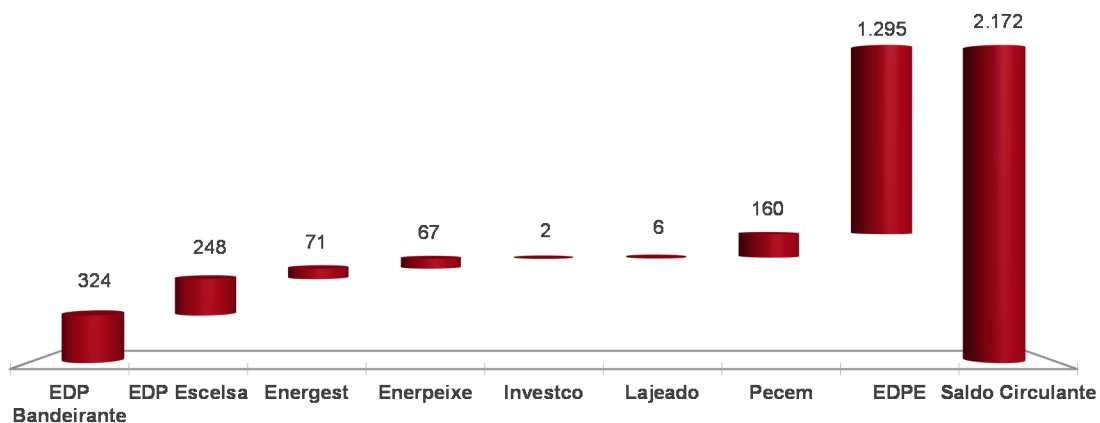
Principais eventos do trimestre:

Ao longo do 2T15, foram desembolsados um total de R\$ 771,5 milhões, sendo (i) R\$ 300 milhões na Holding referentes à emissão de Cédula de Crédito Bancário ("CCB") junto ao Banco do Brasil; (ii) R\$ 250,0 milhões nas Distribuidoras referentes a Cédula de Câmbio junto ao Citibank nos valores de R\$150 milhões e R\$100 milhões para a EDP Bandeirante e EDP Escelsa, respectivamente, e (iii) desembolso junto ao BNDES nos valores de R\$108,0 milhões e R\$113,5 milhões para a EDP Bandeirante e EDP Escelsa, respectivamente, referentes aos contratos firmados em 29 de dezembro de 2014. As emissões recentes tiveram o custo médio de CDI + 0,18% a.a.

Adicionalmente, a UHE São Manoel realizou o 1º desembolso junto ao BNDES no montante de R\$265,0 milhões referente ao empréstimo ponte firmado em 15 de maio de 2015. Essa emissão possui incidência de juros que variam entre TJLP + 2,4% a.a. e SELIC + 1,7% a.a., a depender do subcrédito (Vide anexo XI).

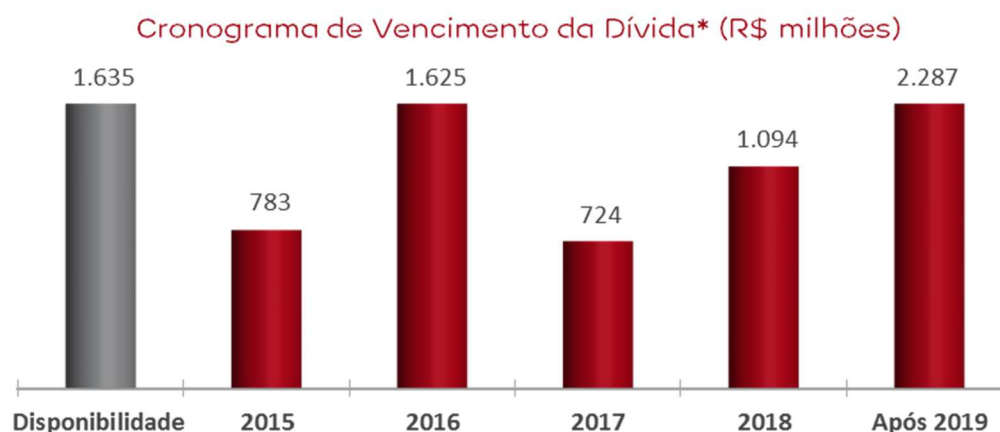


Composição da Dívida Circulante (R\$ milhões)*



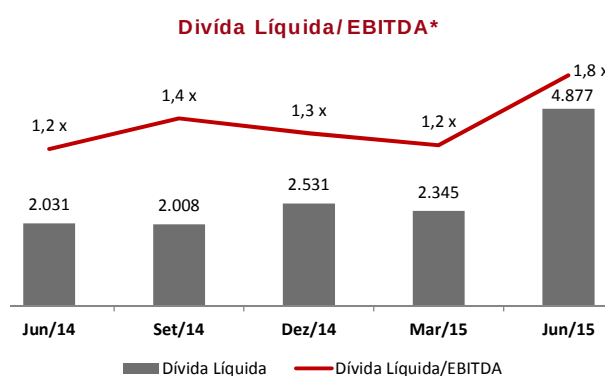
*Não considera eliminações intragrupo

Comentário do Desempenho



*Valores consideram principal + encargos + resultados de operações de hedge

A relação Dívida Líquida/EBITDA encerrou o 2T15 em 1,8X.



* Não considera os efeitos da participação nas UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel

Considerando a proporção da participação da EDP Energias do Brasil nas UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel, a relação dívida líquida/EBITDA seria de 2,08 vezes. O prazo médio da dívida seria de 3,33 anos e o custo médio da dívida 11,16% ao ano. A distribuição da dívida por indexador seria de 52,9% em CDI, 28,9% em TJLP, 4,6% em IPCA, 11,4% em dólar e 2,3% em pré-fixada.

30/06/2015 (R\$ milhões)	Dívida Bruta (DB)	Disponibilidade	Dívida Líquida (DL)	EBITDA	DL / EBITDA
Consolidado	6.512	1.635	4.877	2.708	1,80
UHE Santo Antonio do Jari (50%)	577	27	550	104	5,3
UHE Cachoeira Caldeirão (50%)	241	40	201	-	-
UHE São Manoel (33,34%)	287	79	208	-	-
Total	7.618	1.782	5.837	2.812	2,08

4. Variação do Imobilizado

A variação do imobilizado diminuiu 8,9% no trimestre, sendo em ambos os períodos desconsiderados os investimentos nas UHEs Santo Antônio do Jari, Cachoeira Caldeirão e São Manoel. O investimento da UTE Pecém I está sendo considerado de acordo com a contabilização do período (45 dias). O montante está distribuído entre os segmentos de distribuição (82%), geração (16%), e outros (2%).

Comentário do Desempenho

Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2T15	2T14	%	6M15	6M14	%
Distribuição	65.318	73.293	-10,9%	120.140	145.080	-17,2%
EDP Bandeirante	26.397	36.201	-27,1%	51.996	72.234	-28,0%
EDP Escelsa	38.921	37.092	4,9%	68.144	72.846	-6,5%
Geração	12.846	10.468	22,7%	23.413	17.133	36,7%
Enerpeixe	388	480	-19,2%	920	502	83,3%
Energest Consolidado	3.624	8.871	-59,1%	6.632	14.688	-54,8%
Lajeado / Investco	1.161	1.117	3,9%	8.188	1.943	321,4%
Pecém	7.673	-	n.d.	7.673	-	
Outros	1.307	3.493	-62,6%	2.741	10.435	-73,7%
Total	79.471	87.254	-8,9%	146.294	172.648	-15,3%
Variação do Imobilizado - Distribuição	2T15	2T14	%	6M15	6M14	%
EDP Bandeirante						
Valor Liquidado de Obrig. Especiais	26.397	36.201	-27,1%	51.996	72.234	-28,0%
(+) Obrigações Especiais	9.318	22.262	-58,1%	20.557	34.328	-40,1%
Valor Bruto	35.715	58.463	-38,9%	72.553	106.562	-31,9%
(-) Juros Capitalizados	(410)	2.552	n.d.	(617)	(3.276)	-81,2%
Valor Bruto sem Juros Capitalizados	35.305	61.015	-42,1%	71.936	103.286	-30,4%
EDP Escelsa						
Valor Liquidado de Obrig. Especiais	38.921	37.092	4,9%	68.144	72.846	-6,5%
(+) Obrigações Especiais	10.355	13.100	-21,0%	20.236	20.467	-1,1%
Valor Bruto	49.276	50.192	-1,8%	88.380	93.313	-5,3%
(-) Juros Capitalizados	(724)	731	n.d.	(603)	(2.369)	-74,5%
Valor Bruto sem Juros Capitalizados	48.552	50.923	-4,7%	87.777	90.944	-3,5%
Distribuição	83.857	111.938	-25,1%	159.713	194.230	-17,8%

No segmento de geração, os investimentos foram 22,7% superiores em decorrência da contabilização da UTE Pecém I. A queda de 59,1% na Energest deve-se à recomposição e melhoramento da UHE Mimoso e UHE Mascarenhas, ocorrida no 2T14.

Variação do Imobilizado (R\$ mil)	2T15	2T14	%	6M15	6M14	%
Distribuição	65.318	73.293	-10,9%	120.140	145.080	-17,2%
Geração	167.323	117.608	42,3%	382.068	213.348	79,1%
Geração outros	12.846	10.468	22,7%	23.413	17.133	36,7%
UHE Santo Antonio do Jari*	29.371	23.372	25,7%	49.370	48.397	2,0%
UHE Cachoeira Caldeirão*	63.121	41.706	51,3%	143.646	76.356	88,1%
UHE São Manoel*	60.635	14.357	n.d.	127.179	14.426	n.d.
UTE Pecém I (45 dias)	1.350	27.705	-95,1%	38.461	57.035	-32,6%
Outros	1.307	3.493	-62,6%	2.741	10.435	-73,7%
Total	233.948	194.394	20,3%	504.949	368.863	36,9%

* Critério de consolidação: participação da EDP

Considerando o investimento no trimestre de acordo com a participação da Companhia nos projetos de geração hídrica, 50% nas UHEs Santo Antônio do Jari (R\$ 29,4 milhões) e Cachoeira Caldeirão (R\$ 63,1 milhões), 33,34% na UHE São Manoel (R\$ 60,6 milhões) e em geração térmica, sendo 100% na UTE Pecém I (R\$ 1,3 milhão), os investimentos da Companhia alcançariam R\$ 234,0 milhões, 20,3% superior.

Comentário do Desempenho

Em relação à UHE Jari foram investidos R\$ 29,4 milhões sendo: (i) R\$ 29,0 milhões para a empresa de construção em função do cumprimento das atividades desenvolvidas no trimestre; e (ii) R\$ 0,4 milhões destinados ao pagamento de mão de obra própria (engenheiros e fiscais de obra) e mão de obra terceirizada (engenheiros terceirizados).

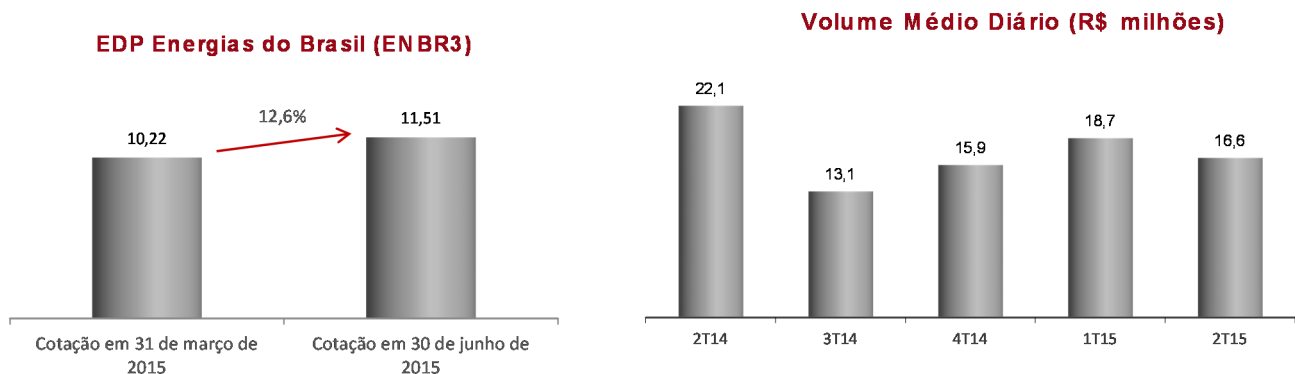
No segmento de distribuição, os investimentos atingiram R\$ 65,3 milhões (líquido de obrigações especiais e receitas de ultrapassagem), redução de 10,9%. Na EDP Bandeirante, foram investidos R\$ 26,4 milhões, redução de 27,1% e na EDP Escelsa R\$ 38,9 milhões, crescimento de 4,9%. Na EDP Bandeirante a redução deve-se em parte à retração de mercado na comparação entre trimestres, renegociação de contratos com fornecedores e postergação do início das obras da Linha de Transmissão Aérea Mogi-Suzano e Linha de Distribuição Aérea Barreiro. Na EDP Escelsa, houve atraso do início das obras de interligação da Rede Básica (Furnas) onde foram adequadas ao cronograma com conclusão para outubro de 2015, e remanejamento de equipes para atendimento emergencial às ocorrências com os transformadores de força da Estação Transformadora de Distribuição Fruteiras e João Neiva impactando em atraso no plano de obras.

Do total das distribuidoras no trimestre (R\$ 84,9 milhões), considerando as obrigações especiais, R\$ 52,6 milhões (62%) foram destinados à expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição; R\$ 23,6 milhões (28%) foram destinados ao melhoramento da rede e substituição de equipamentos, medidores obsoletos e depreciados e recondutoramento de redes em final de vida útil; R\$ 3,5 milhões (4%) foram destinados à universalização urbana, rural e ao Programa Luz para Todos, propiciando a ligação e o acesso de consumidores aos serviços de energia, e R\$ 5,2 milhões (6%) foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades, tais como infraestrutura, projetos comerciais e combate a perdas.

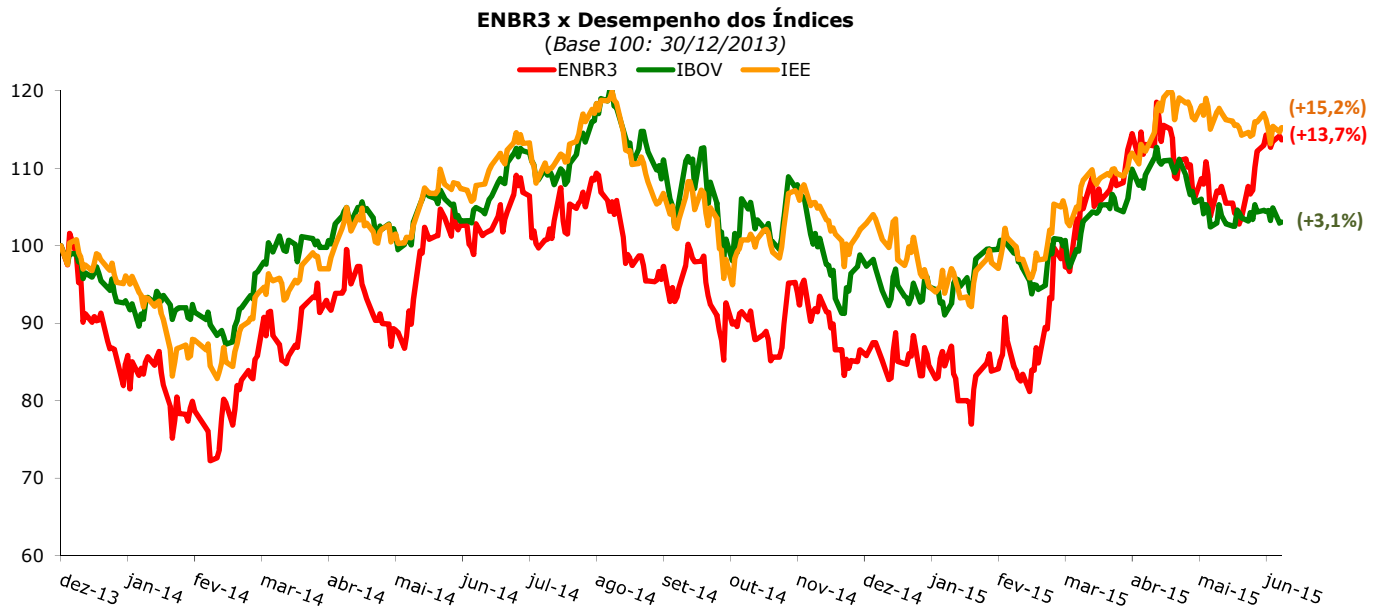
5. Mercado de Capitais

5.1. Desempenho das Ações

Em 30 de junho de 2015, a ação da EDP Energias do Brasil (ENBR3) encerrou cotada a R\$ 11,51 (com ajuste por proventos). A ENBR3 apresentou valorização de 12,6% no trimestre e de 29,9% no acumulado do ano, com desempenho superior ao Ibovespa (3,8%) e IEE (10,0%) no 2T15. O valor de mercado da Companhia em 30 de junho de 2015 era de R\$ 5,5 bilhões em comparação a R\$ 4,9 bilhões em 31 de março de 2015. As ações da Companhia foram negociadas em todos os pregões do 2T15, totalizando 91,2 milhões de ações negociadas no período, com uma média diária de 1,5 milhão de ações. O volume financeiro totalizou R\$ 1.014,8 milhões no período, com volume médio diário de R\$ 16,6 milhões.

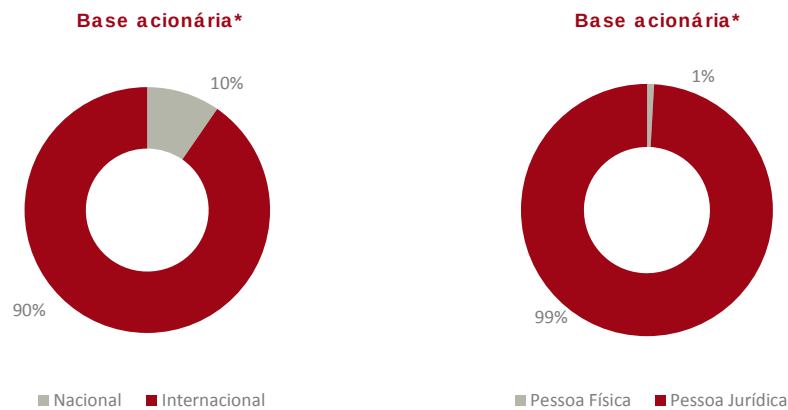


Comentário do Desempenho



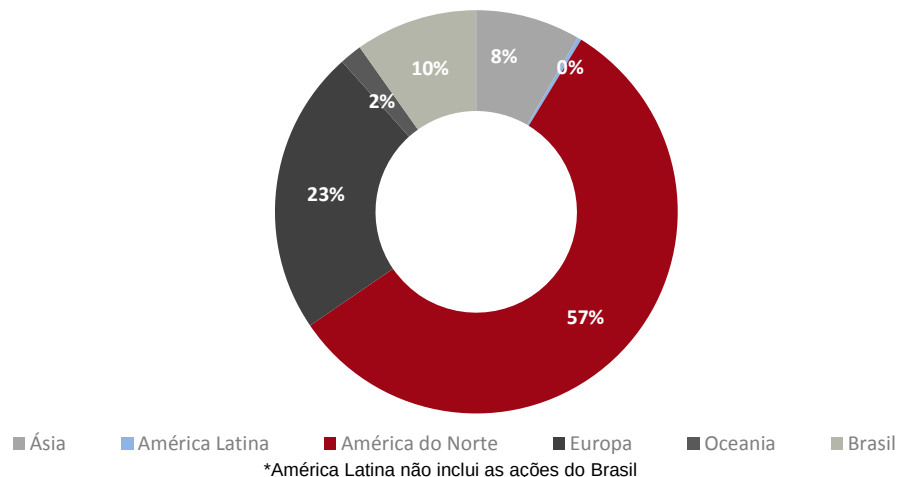
5.2. Capital Social

Em 30 de junho de 2015, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 476.415.612 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, 232.602.876 encontravam-se em circulação, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e 840.675 ações permaneciam em tesouraria.



*Referente às ações em circulação no dia 30/06/2015

O gráfico abaixo mostra a distribuição geográfica das ações que compunham o *free float* da EDP Energias do Brasil em 30 de junho de 2015:



Comentário do Desempenho

6. Eventos Subsequentes

Apine obtém liminar que impede aplicação do GSF às associadas

Em 1º de julho a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE assegurou uma liminar que impede a aplicação do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia para esse grupo de empresas até o trânsito em julgado da ação. A decisão proferida pela juíza federal da 20ª Vara Federal do Distrito Federal determinou multa diária de R\$ 50 mil à Agência Nacional de Energia Elétrica caso a decisão não seja cumprida.

A decisão tem o condão de estancar os danos sofridos em razão dos atuais baixos valores do Generation Scaling Factor - GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância de a geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

EDP Energias do Brasil assina contrato de venda de sua participação na Pantanal Energética

Em 15 de julho, a Companhia assinou um contrato de compra e venda de quotas com a Cachoeira Escura Energética S.A. para vender 51,1MW de capacidade Instalada referente a 100% do capital votante da Pantanal Energética. O total da Transação é de R\$ 390 milhões, sendo sua conclusão sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a eficácia da transferência do capital social acima mencionado, previsto para ocorrer até o primeiro trimestre de 2016.

“Este material pode incluir estimativas e declarações futuras. Essas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios. Muitos fatores importantes podem afetar adversamente os resultados da EDP Energias do Brasil tais como previstos em nossas estimativas e declarações futuras. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes: (i) conjuntura econômica, política, demográfica e de negócios no País; (ii) interrupções do fornecimento de energia elétrica; (iii) falha na geração energia elétrica em virtude de escassez de recursos hídricos e interrupções do sistema de transmissão, problemas operacionais e técnicos ou danos físicos nas nossas instalações; (iv) alterações das tarifas de energia elétrica; (v) interrupção ou perturbação potenciais nos serviços das controladas da EDP Energias do Brasil; (vi) inflação, valorização e desvalorização do real; (vii) a extinção antecipada das concessões das controladas da EDP Energias do Brasil pelo Poder Concedente; (viii) aumento da concorrência no setor elétrico brasileiro; (ix) habilidade da EDP Energias do Brasil em implementar seu plano de investimentos, incluindo sua capacidade de obter financiamento quando necessário e em condições razoáveis; (x) alterações na demanda de energia elétrica por consumidores; (xi) regulamentos governamentais atuais e futuros relativos ao setor elétrico. As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e projeções. As considerações sobre estimativas e declarações futuras incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e projeções referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações futuras constantes deste material podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os acionistas e investidores não devem tomar quaisquer decisões com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste material”.

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	370.477	27.082	1.635.023	826.971
Títulos a receber		659	2.970	106	5.606
Consumidores e concessionárias	7			1.767.303	1.352.161
Impostos e contribuições sociais	9	95.169	117.328	226.441	235.154
Empréstimos a receber	11		72		
Dividendos a receber	29	394.970	320.509	172	
Estoques	12			112.982	23.136
Cauções e depósitos vinculados	13	3.576	3.436	120.584	12.277
Rendas a receber				5.188	4.974
Ativos financeiros setoriais	8			586.104	383.378
Outros créditos	15			286.669	172.908
		10.178	8.386		
		875.029	479.783	4.740.572	3.016.565
Ativos não circulantes mantidos para venda	14	107.054	107.054	107.054	107.054
Total do Ativo Circulante		982.083	586.837	4.847.626	3.123.619
Não Circulante					
Títulos a receber		22.307	22.040	6.066	5.037
Ativo financeiro indenizável	18			956.374	940.160
Consumidores e concessionárias	7			51.727	284.759
Impostos e contribuições sociais	9			78.418	70.719
Tributos diferidos	10			627.200	347.770
Empréstimos a receber	11	290.178	273.152	14.946	200.149
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	27.500	3.909	27.500	
Cauções e depósitos vinculados	13	10.213	9.841	207.005	232.210
Ativos financeiros setoriais	8			176.840	218.164
Outros créditos	15	16.821	18.655	32.111	29.931
		367.019	327.597	2.178.187	2.328.899
Investimentos	16	6.553.607	5.222.120	730.672	1.111.675
Propriedades para investimentos		5.000	5.000	12.852	13.453
Imobilizado	19	23.224	23.114	7.790.383	3.941.235
Intangível	20	4.855	3.915	2.742.571	2.652.918
		6.586.686	5.254.149	11.276.478	7.719.281
Total do Ativo Não Circulante		6.953.705	5.581.746	13.454.665	10.048.180
TOTAL DO ATIVO		7.935.788	6.168.583	18.302.291	13.171.799

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	21	12.195	14.010	1.262.367	1.098.703
Impostos e contribuições sociais	9	12.682	40.816	314.134	304.173
Tributos diferidos	10			53.267	32.114
Dividendos	29	180.662	180.668	274.730	305.922
Debêntures	22	519.653	592.698	775.068	790.154
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23	775.199		1.397.127	675.539
Benefícios pós-emprego	24	112	84	43.143	42.998
Encargos regulamentares e setoriais	25			289.374	86.695
Uso do bem público				26.853	25.835
Provisões	26	10.391	10.771	34.778	22.672
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	27			210.053	
Outras contas a pagar	15	126.994	40.962	319.522	171.553
Total do Passivo Circulante		1.637.888	880.009	5.000.416	3.556.358
Não Circulante					
Fornecedores	21				3.065
Impostos e contribuições sociais	9	40.919	41.509	71.997	71.446
Tributos diferidos	10	188.104	69.151	364.019	254.992
Debêntures	22		249.839	1.060.446	1.447.364
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23	293.252		3.279.804	445.408
Benefícios pós-emprego	24			348.424	336.574
Encargos regulamentares e setoriais	25			13.743	7.019
Uso do bem público				267.359	258.344
Provisões	26	33.732	35.061	230.141	195.573
Provisão para passivo a descoberto	16.3	177	1.323	177	912
Passivos financeiros setoriais	8			64.000	
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	27			133.862	
Outras contas a pagar	15	677	678	29.536	27.941
Total do Passivo Não Circulante		556.861	397.561	5.863.508	3.048.638
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28.1	3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reservas de capital	28.3	140.525	141.327	140.525	141.327
Reservas de lucros	28.3	1.766.171	1.766.171	1.766.171	1.766.171
Outros resultados abrangentes	28.3.1	(169.317)	(192.587)	(169.317)	(192.587)
Ações em tesouraria		(6.614)	(6.614)	(6.614)	(6.614)
Lucros acumulados		827.558		827.558	
Total do Patrimônio Líquido		5.741.039	4.891.013	5.741.039	4.891.013
Participações não controladores				1.697.328	1.675.790
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		5.741.039	4.891.013	7.438.367	6.566.803
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.935.788	6.168.583	18.302.291	13.171.799

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Receitas	30	903	345	1.188	583	2.594.225	1.837.844	4.738.927	4.007.884
Custo da produção e do serviço de energia elétrica									
Custo do serviço de energia elétrica	31								
Energia elétrica comprada para revenda						(1.738.990)	(1.391.895)	(3.045.989)	(2.753.152)
Encargos de uso da rede elétrica						(119.745)	(86.212)	(232.941)	(169.664)
Outros custos do serviço de energia elétrica						(3.726)	(4.263)	(6.676)	(9.869)
		-	-	-	-	(1.862.461)	(1.482.370)	(3.285.606)	(2.932.685)
Custo da produção da energia elétrica	31								
Custo da matéria prima consumida						(63.920)		(63.920)	
		-	-	-	-	(63.920)	-	(63.920)	-
Custo de operação	31								
Pessoal						(63.204)	(56.594)	(122.112)	(108.928)
Materiais e serviços de terceiros						(67.354)	(54.544)	(122.051)	(110.423)
Depreciações e amortizações						(87.418)	(70.254)	(157.558)	(138.793)
Outros custos de operação						(6.288)	(14.187)	(19.614)	(26.985)
		-	-	-	-	(224.264)	(195.579)	(421.335)	(385.129)
		-	-	-	-	(2.150.645)	(1.677.949)	(3.770.861)	(3.317.814)
Custo do serviço prestado a terceiros	31								
Lucro bruto		903	345	1.188	583	379.186	87.264	847.244	547.157
Despesas e Receitas operacionais									
Despesas com vendas	31					(17.504)	(13.147)	(39.138)	(28.554)
Despesas gerais e administrativas	31	(36.412)	(22.764)	(63.934)	(47.716)	(95.926)	(86.715)	(188.651)	(175.076)
Depreciações e amortizações	31	(2.255)	(1.736)	(4.527)	(3.447)	(21.698)	(16.623)	(39.225)	(32.717)
Ganho na aquisição/alienação de investimento	32	884.697	408.011	884.697	408.011	884.697	408.011	884.697	408.011
Outras despesas e receitas operacionais	31	1.659	(373)	2.036	(1.132)	(16.167)	(35.552)	(31.455)	(53.815)
		847.689	383.138	818.272	355.716	733.402	255.974	586.228	117.849
Resultado das participações societárias									
Equivalência patrimonial	16	47.138	(91.497)	175.305	50.508	(71.469)	(21.085)	(109.710)	(35.054)
		47.138	(91.497)	175.305	50.508	(71.469)	(21.085)	(109.710)	(35.054)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		895.730	291.986	994.765	406.807	1.041.119	322.153	1.323.762	629.952
Resultado financeiro	33								
Receitas financeiras		23.314	16.501	37.666	31.323	112.161	85.228	185.607	143.511
Despesas financeiras		(56.122)	(23.380)	(86.357)	(53.438)	(225.613)	(134.052)	(393.504)	(279.582)
		(32.808)	(6.879)	(48.691)	(22.115)	(113.452)	(48.824)	(207.897)	(136.071)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		862.922	285.107	946.074	384.692	927.667	273.329	1.115.865	493.881
Imposto de renda e contribuição social correntes		(10)	(31.763)	437	(31.763)	(13.934)	(59.644)	(81.263)	(125.130)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(118.953)	(69.722)	(118.953)	(69.722)	(161.197)	(4.990)	(172.657)	(23.642)
	34	(118.963)	(101.485)	(118.516)	(101.485)	(175.131)	(64.634)	(253.920)	(148.772)
Resultado líquido do período		743.959	183.622	827.558	283.207	752.536	208.695	861.945	345.109
Atribuível aos acionistas controladores						743.959	183.622	827.558	283.207
Atribuível aos acionistas não controladores						8.577	25.073	34.387	61.902
Resultado por ação atribuível aos acionistas									
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	35								
ON		1,56434	0,38611	1,74012	0,59550	1,56434	0,38611	1,74012	0,59550

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Resultado líquido do período	743.959	183.622	827.558	283.207	752.536	208.695	861.945	345.109
Outros Resultados Abrangentes								
Ativos financeiros disponíveis para venda		(857)		(4.093)		(857)		(4.093)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	21.333	(16.116)	23.270	(19.064)	21.333	(16.116)	23.270	(19.064)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		292		1.392		292		1.392
Resultado abrangente do período	765.292	166.941	850.828	261.442	773.869	192.014	885.215	323.344
Atribuível aos acionistas controladores					765.292	166.941	850.828	261.442
Atribuível aos acionistas não controladores					8.577	25.073	34.387	61.902

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	946.074	384.692	1.115.865	493.881
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
PIS e COFINS diferidos			12.236	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			39.138	28.554
Valor justo do ativo financeiro indenizável			(27.887)	(6.311)
Títulos a receber - AVP			(350)	(263)
Depreciações e amortizações	4.527	3.447	197.859	171.510
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		195	22.041	3.284
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos			19.932	18.001
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	(16.925)		(8.791)	762
Ativos e passivos financeiros setoriais			(432.879)	
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre			4.553	3.470
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	75.540	45.133	262.111	208.818
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			22.383	14.331
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			22.623	27.700
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	10	3.292	40.975	26.180
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			800	(903)
Ajuste a valor presente	(926)	(906)	(233)	7.954
Participações societárias	(175.305)	(50.508)	109.710	35.054
Ganhos com investimentos	(884.697)	(406.160)	(884.697)	(406.160)
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária			37.823	26.122
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(5.414)	(4.799)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(62)	(17.639)
Outros	(5)		1.495	(2.494)
	<u>(51.707)</u>	<u>(20.815)</u>	<u>549.231</u>	<u>627.052</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias			(262.785)	(152.024)
Ativos financeiros setoriais			335.477	
Impostos e contribuições sociais compensáveis	22.159	7.008	45.130	13.238
Estoques			(23.626)	(6.395)
Cauções e depósitos vinculados	(512)	(1.805)	23.357	(5.988)
Rendas a receber			(790)	(801)
Títulos a Receber			(489)	2.388
Outros ativos operacionais	114	(497)	37.952	(51.066)
	<u>21.761</u>	<u>4.706</u>	<u>154.226</u>	<u>(200.648)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(1.815)	(7.455)	(104.477)	137.730
Outros tributos e contribuições sociais	(28.287)	(20.289)	(8.562)	(87.561)
Benefícios pós-emprego			(34.003)	(21.093)
Encargos regulamentares e setoriais			161.978	(25.851)
Provisões	(1.719)	(2.419)	(34.329)	(27.208)
Ressarcimento por Indisponibilidade - Adomp			(21.861)	
Uso do bem público			(12.350)	(10.335)
Outros passivos operacionais	86.059	(13.061)	136.573	(25.708)
	<u>54.238</u>	<u>(43.224)</u>	<u>82.969</u>	<u>(60.026)</u>
Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	<u>24.292</u>	<u>(59.333)</u>	<u>786.426</u>	<u>366.378</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos			(104.120)	(126.512)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	<u>24.292</u>	<u>(59.333)</u>	<u>682.306</u>	<u>239.866</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) de investimento	(300.000)	420.645	(300.418)	420.575
Dividendos recebidos	91.423	124.999		
Títulos recebidos	6.094			
Aumento de capital em subsidiárias	(142.500)		(142.500)	(9.189)
Adições ao Imobilizado e Intangível	(2.713)	(2.888)	(135.612)	(167.015)
Alienação de bens e direitos			1.903	2.845
Empréstimos a receber	(101)	(19.233)	(101)	(7.754)
Caixa e equivalentes de caixa incorporados	3		6.274	
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimento	<u>(347.794)</u>	<u>523.523</u>	<u>(570.454)</u>	<u>239.462</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Cauções e depósitos vinculados			(37)	(296)
Títulos recebidos			8.752	
Aumento (redução) de capital		(22.670)		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6)		(46.094)	(3.641)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.034.615	298.633	1.676.199	1.001.287
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(288.556)	(534.490)	(652.274)	(737.688)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	(79.156)		(290.346)	(100.998)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	<u>666.897</u>	<u>(258.527)</u>	<u>696.200</u>	<u>158.664</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>343.395</u>	<u>205.663</u>	<u>808.052</u>	<u>637.992</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	370.477	449.774	1.635.023	1.562.138
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	27.082	244.111	826.971	924.146
	<u>343.395</u>	<u>205.663</u>	<u>808.052</u>	<u>637.992</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.182.716	142.932	1.500.066	(6.614)	(245.883)	-	4.573.217	1.679.956	6.253.173
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(803)					(803)	803	-
Dividendo adicional aprovado - AGO 29/04/2014			(250.775)				(250.775)	(60.781)	(311.556)
Distribuição de Reserva de Lucros - AGO de 29/04/2014			(30.046)				(30.046)		(30.046)
Lucro líquido do período						283.207	283.207	61.902	345.109
Saldos em 30 de junho de 2014	3.182.716	142.129	1.219.245	(6.614)	(267.648)	283.207	4.553.035	1.681.880	6.234.915
Outros resultados abrangentes					(4.093)		(4.093)		(4.093)
Ativos financeiros disponíveis para venda					(19.064)		(19.064)		(19.064)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					1.392		1.392		1.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos									
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.182.716	141.327	1.766.171	(6.614)	(192.587)	-	4.891.013	1.675.790	6.566.803
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(802)					(802)	802	-
Dividendos distribuídos a não controladores						827.558	-	(13.651)	(13.651)
Lucro líquido do período							827.558	34.387	861.945
Saldos em 30 de junho de 2015	3.182.716	140.525	1.766.171	(6.614)	(169.317)	827.558	5.741.039	1.697.328	7.438.367
Outros resultados abrangentes					23.270		23.270		23.270
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					(169.317)		(169.317)		(169.317)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Geração do valor adicionado	892.774	409.269	8.544.262	6.076.831
Receita operacional	1.304	610	7.518.833	5.240.454
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	4.060	(2.292)	(35.248)	(30.846)
Receita relativa à construção de ativos próprios	2.713	2.888	24.992	268.809
Receita de Construção			118.920	139.873
Outras receitas	884.697	408.063	916.765	458.541
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(41.458)	(27.462)	(4.156.910)	(3.893.634)
Custos da energia comprada			(3.353.117)	(3.017.677)
Encargos de uso da rede elétrica			(254.041)	(186.523)
Materiais	(496)	(1.475)	(24.603)	(97.541)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica			(63.920)	
Serviços de terceiros	(26.765)	(19.304)	(215.149)	(321.991)
Custo com construção da infraestrutura			(118.920)	(139.435)
Outros custos operacionais	(14.197)	(6.683)	(127.160)	(130.467)
Valor adicionado bruto	851.316	381.807	4.387.352	2.183.197
Retenções				
Depreciações e amortizações	(4.527)	(3.447)	(201.998)	(175.827)
Valor adicionado líquido produzido	846.789	378.360	4.185.354	2.007.370
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	37.666	27.527	185.607	160.709
Resultado da equivalência patrimonial	175.305	50.508	(109.710)	(35.054)
Valor adicionado total a distribuir	1.059.760	456.395	4.261.251	2.133.025
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	14.647	11.068	125.322	117.388
Benefícios	2.006	2.248	29.522	34.776
FGTS	1.034	1.228	12.258	12.449
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	121.048	100.510	1.629.674	466.855
Estaduais	333	626	1.191.948	798.922
Municipais	636	609	4.653	6.135
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	86.357	53.438	394.724	341.508
Aluguéis	6.141	3.461	11.205	9.883
Remuneração de capital próprio				
Participações dos não controladores			33.756	57.754
Partes beneficiárias			631	4.148
	232.202	173.188	3.433.693	1.849.818
Lucros retidos	827.558	283.207	827.558	283.207
	1.059.760	456.395	4.261.251	2.133.025

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia, Controladora ou EDP - Energias do Brasil), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			30/06/2015		31/12/2014	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Escelsa)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Geração						
Energest S.A. (Energest)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	Controlada	integral		51,00		51,00
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	Controlada	integral		100,00		100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	Controlada	integral		100,00		100,00
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86		55,86	
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
ECE Participações S.A. (ECE Participações)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela CEJA		50,00		50,00
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral		40,78		40,78
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00		60,00	
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Terra Verde Bioenergia Participações S.A. (Terra Verde)	Controlada	integral			100,00	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Controlada	integral	100,00		50,00	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334		33,334	
EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis) (*)	Coligada	por equivalência patrimonial	29,05		45,00	
Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenael) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Elebrás Projetos S.A. (Elebrás) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Feijão I) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. (Feijão II) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. (Feijão III) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. (Feijão IV) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Central Eólica Aventura I S.A. (Aventura I) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Central Eólica Jaú S.A. (Jaú) (**)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		14,84		45,00
Comercialização						
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Outras						
Enercouth S.A. (Enercouth)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (EDP GRID)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Comercializadora de equipamentos y materiales Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções		50,00		50,00

(*) Em 27 de abril de 2015, a EDP Renováveis Brasil, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou aumento de capital dos atuais R\$237.756 para R\$370.275, sendo o aumento de R\$132.519 totalmente subscrito pelo acionista EDP Renováveis. A Companhia renunciou seu direito de subscrição de ações em favor da EDP Renováveis gerando assim uma redução de participação acionária de 15,95%, passando a Companhia a deter 29,05% da participação acionária na EDP Renováveis Brasil.

(**) Em 19 de maio de 2015 foi concluído o acordo com a EDP Renováveis Brasil e a CWEI Brasil para a venda de 49% nos parques eólicos em operação e em desenvolvimento no Brasil envolvendo as coligadas CENAEL, Elebrás, Baixa do Feijão I, II, III e IV, Aventura I e Jaú. Assim, a Companhia passou a deter participação indireta 14,84% em comparação ao 45% detidos anteriormente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2 Concessões, Autorizações e Registros

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permissões de geração e de distribuição de energia:

Em operação

							Concessão / Autorização / Registro			
Empresas Distribuição	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Início	Término	Prorrogação	Indenização
EDP Bandeirante		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP Escelsa		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Energest	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	138,50	14/07/1995	16/07/2025	20 anos	(i)
Energest	PCH's Viçosa e São João	Produtor Independente	Autorização	ES	29,50	16,15	19/05/1999	19/05/2029	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Energest	UHE Suíça/ PCH's Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES / MG	72,03	37,02	14/07/1995	16/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Pantanal	PCH Paraíso	Produtor Independente	Autorização	MS	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Pantanal	UHE Assis Chateaubriand	Produtor Independente	Concessão	MS	29,50	20,90	04/12/1997	04/12/2027	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Santa Fé	PCH Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Costa Rica	PCH Costa Rica	Produtor Independente	Autorização	MS	16,00	11,06	05/11/2001	05/11/2031	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
ECE Participações	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044	20 anos	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	645,30	01/07/2008	01/07/2043	-	-
Cenaeel	UEE Horizonte	Produtor Independente	Registro	SC	4,80	1,01	29/05/2013	01/07/2043	-	-
Cenaeel	UEE Água Doce	Produtor Independente	Autorização	SC	9,00	2,35	01/07/2008	Indefinida	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	-
Elebrás	UEE Elebrás Cidreira I	Produtor Independente	Autorização	RS	70,00	24,14	05/09/2002	05/09/2032	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	-

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Em fase de construção

Empresas	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Concessão / Autorização / Registro		Prorrogação	Indenização
							Início	Término		
Geração										
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Baixa do Feijão I	UEE Baixa do Feijão I	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	14,80	14/08/2012	14/08/2047		
Baixa do Feijão II	UEE Baixa do Feijão II	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	14,40	14/08/2012	14/08/2047	-	-
Baixa do Feijão III	UEE Baixa do Feijão III	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	14,30	14/08/2012	14/08/2047	-	-
Baixa do Feijão IV	UEE Baixa do Feijão IV	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	13,70	14/08/2012	14/08/2047	-	-
Jaú	UEE Aroeira/ UEE Umbuzeiros/ UEE Jericó	Produtor Independente	Autorização	RN	90,00	35,60	23/09/2014	02/10/2049	-	-
Aventura I	UEE Aventura I	Produtor Independente	Autorização	RN	26,00	10,50	21/10/2014	21/10/2049	-	-
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	700,00	421,70	10/04/2014	10/04/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

(i) No advento do termo final da Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

(ii) No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados às UHEs passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações contábeis intermediárias em 29 de julho de 2015.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2014.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 2 de março de 2015. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número NE em 31/12/2014	Título da Nota explicativa	Justificativa
2.1	Características das concessões (Distribuição)	(a)
2.2	Características das concessões (Geração)	(a)
2.3	ICPC 01	(a)
3.7	Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)	(a)
9	Títulos a receber	(b)
22.2	Energia livre	(b)
27	Uso do Bem Público - UBP	(b)
29.4	Participações de não controladores	(b)
34.1	SUDAM / SUDENE	(b)
40	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica à divulgada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014.

(b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

3.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

3.3 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às informações contábeis intermediárias nos próximos períodos, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.7); Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 7.4); Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota 8); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 18); Receita de fornecimento não faturado (Nota 30); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 10); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 36.1.3); Provisões para contingências (Nota 26.1); Provisões necessárias para custos relacionados à licenças ambientais (Nota 26.2); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 24); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.6); e Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 19 e 20).

3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, todas operando no Brasil, é o Real e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- 3.5

Informações contábeis intermediárias Consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 16).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

 - Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
 - Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
 - Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados;
 - As combinações de negócios referente a permuta das ações da Investco e Lajeado, foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição;
 - A combinação de negócios referente a aquisição dos 50% das ações adicionais da Porto do Pecém, foi considerada desde 15 de maio de 2015. Por se tratar de combinação de negócios em estágios, reconhecemos todos os ativos recebidos e passivos assumidos, mensurando-os a valor justo. A Companhia reconheceu no resultado do período um ganho devido a apuração de compra vantajosa gerado na transação de aquisição;
 - Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante, assegurando o poder de controle das atividades da Investco, bem como, da sua consolidação integral nas informações contábeis intermediárias;
 - Acordos de controle compartilhado: Em 30 de junho de 2015, a Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos, Pecém TM, Pecém OM, Mabe, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. Em 31 de dezembro de 2014, além dos empreendimentos citados, a Companhia também detinha 50% do direito a voto no empreendimento Porto do Pecém, o qual passou a deter o controle a partir de 15 de maio de 2015 (Nota 5.8). A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes.

Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e outra parte dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas informações contábeis intermediárias.
- 3.6

Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada período, exceto para a rubrica Consumidores e concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 7). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia e suas controladas identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos imobilizados, intangíveis, investimentos ou propriedades para investimentos, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e suas controladas procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências não identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente.
- 4

Reapresentações dos períodos anteriores

A partir de 1º de janeiro de 2015, passou a vigorar o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 605/14. Algumas alterações foram introduzidas neste novo manual, motivo pelo qual a Companhia está reapresentando os montantes anteriormente divulgados para melhor comparabilidade.

A rubrica de Partes relacionadas foi extinta sendo seus valores reclassificados no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrado abaixo:

4.1 Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2014			31/12/2014		
	Divulgado	Reapresenta- ção para melhor apresentação	Saldo ajustado	Divulgado	Reapresenta- ção para melhor apresentação	Saldo ajustado
ATIVO						
Circulante						
Partes relacionadas	7.777	(7.777)	-	7.705	(7.705)	-
Empréstimos a receber	-	72	72	-	-	-
Outros créditos	617	7.705	8.322	164.914	7.705	172.619
Total do Ativo Circulante	586.837	-	586.837	3.123.619	-	3.123.619
Não circulante						
Partes relacionadas	277.632	(277.632)	-	203.667	(203.667)	-
Empréstimos a receber	-	273.152	273.152	-	200.149	200.149
Outros créditos	14.175	4.480	18.655	26.413	3.518	29.931
Total do Ativo Não Circulante	5.581.746	-	5.581.746	10.048.180	-	10.048.180
PASSIVO						
Circulante						
Partes relacionadas	25.436	(25.436)	-	25.436	(25.436)	-
Outras contas a pagar	4.362	25.436	29.798	71.015	25.436	96.451
Total do Passivo Circulante	880.009	-	880.009	3.556.358	-	3.556.358
Não Circulante						
Partes relacionadas	2	(2)	-	-	-	-
Outras contas a pagar	676	2	678	10.693	-	10.693
Total do Passivo Não Circulante	397.561	-	397.561	3.048.638	-	3.048.638

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora			Consolidado		
	2014 Reapresen- tação para melhor			2014 Reapresen- tação para melhor		
	Publicado	apresentação	Reapresen- tado	Publicado	apresentação	Reapresen- tado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
(Aumento) diminuição de ativos operacionais						
Outros ativos operacionais	(497)	-	(497)	(50.992)	(74)	(51.066)
	4.706	-	4.706	(200.574)	(74)	(200.648)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais						
Outros passivos operacionais	(3.779)	(9.282)	(13.061)	(16.368)	(9.340)	(25.708)
	(33.942)	(9.282)	(43.224)	(50.686)	(9.340)	(60.026)
Caixa aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	(50.051)	(9.282)	(59.333)	375.792	(9.414)	366.378
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	(50.051)	(9.282)	(59.333)	249.280	(9.414)	239.866
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Empréstimos a receber	-	(19.233)	(19.233)	-	(7.754)	(7.754)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento	542.756	(19.233)	523.523	247.216	(7.754)	239.462
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Partes relacionadas	(28.515)	28.515	-	(17.168)	17.168	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(287.042)	28.515	(258.527)	141.496	17.168	158.664

5 Eventos significativos no período

5.1 Regulamentações do Setor de Energia - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

5.1.1 Bandeiras tarifárias

A partir de 1º de janeiro de 2015, conforme determinado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547 de 16 de abril de 2013, entrou em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias. Este mecanismo sinaliza aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica, sendo dividido em 3 bandeiras: verde, amarela e vermelha. A cada mês, as condições de operação do sistema são reavaliadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, que define a melhor estratégia de geração de energia para atendimento da demanda. A partir dessa avaliação, define-se as térmicas que deverão ser acionadas. Se o custo variável da térmica mais cara for menor que R\$200/MWh, então a bandeira é verde. Se estiver entre R\$200/MWh e R\$388,48/MWh, a bandeira é amarela. E se for maior que R\$388,48/MWh, a bandeira será vermelha.

A bandeira verde indica que o custo para geração de energia está mais baixo, não sendo aplicada nenhuma modificação nas tarifas de energia. Já as bandeiras amarela e vermelha representam o aumento de custo da geração de energia, sendo aplicado um adicional ao valor da tarifa de energia. Para o período de 1º de janeiro de 2015 até 1º de março de 2015, para a bandeira amarela houve um acréscimo proporcional ao consumo de R\$1,50 por 100 kWh e para a bandeira vermelha houve um acréscimo proporcional ao consumo de R\$3,00 por 100 kWh. A partir de 2 de março de 2015, por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.859 de 27 de fevereiro de 2015, os valores das bandeiras foram alterados, sendo que, para a bandeira amarela há um acréscimo proporcional ao consumo de R\$ 2,50 por 100 kWh e para a bandeira vermelha há um acréscimo proporcional ao consumo de R\$ 5,50 por 100 kWh.

Em 4 de fevereiro de 2015 foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, por meio do Decreto nº 8.401. Os agentes de distribuição devem destinar os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias para essa Conta, gerida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Esses recursos são alocados para a cobertura de custos não previstos nas tarifas das diversas distribuidoras do país, decorrentes dos sobrecustos referentes a Segurança Energética do Encargo de Serviço do Sistema - ESS, despacho térmico, risco hidrológico, cotas de Itaipu, exposição ao mercado de curto prazo e excedente da Conta de Energia de Reserva - CONER. A ANEEL homologa mensalmente os valores a repassar ou a ressarcir de cada distribuidora e os eventuais custos não cobertos pela receita serão considerados no processo tarifário subsequente. No período de 6 meses findo em 30 de junho de 2015, o montante de ressarcimento é de R\$258.688 a crédito da rubrica Ressarcimento CDE / CCEE / CONER/ CCRBT (Nota 31) e R\$7.448 a débito no Resultado financeiro na rubrica de Atualização sobre os ativos/ passivos financeiros setoriais (Nota 33).

5.1.2 Revisão Tarifária Extraordinária - RTE

Em 27 de fevereiro de 2015, por meio da Resolução Homologatória nº 1.859, a ANEEL acatou o pedido de RTE das distribuidoras de energia. A RTE foi necessária face ao descasamento temporário entre custos e receitas contemplados nas tarifas e os custos e receitas efetivamente realizados devido a uma série de eventos ocorridos, tais como: Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo – MCP, risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física – CCGF, Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética, o aumento dos custos de compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipu, do resultado do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste e aumento da Quota da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Mesmo com o acréscimo das Bandeiras Tarifárias, caso não fosse realizada uma RTE, as distribuidoras não conseguiriam financiar esse déficit corrente, o que poderia levar a uma inadimplência generalizada no setor elétrico, cujos efeitos se estenderiam para diversos setores da economia.

Para a EDP Bandeirante o índice aprovado foi de 32,18%, sendo 24,89% relativo à revisão econômica e 7,29% referente aos componentes financeiros do processo tarifário anterior. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio percebido pelos consumidores é de 25,12%, sendo 34,99% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 17,83% para os consumidores atendidos em baixa tensão. A vigência da RTE é de 2 de março de 2015 até o próximo reajuste tarifário que, no caso da EDP Bandeirante será em 22 de outubro de 2015.

Para a EDP Escelsa o índice aprovado foi de 33,27%, sendo 26,34% relativo à revisão econômica e 6,93% referente aos componentes financeiros do processo tarifário anterior. Em relação à tarifa praticada, o efeito médio percebido pelos consumidores é de 26,83%, sendo 31,43% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 23,62% para os consumidores atendidos em baixa tensão. A vigência da RTE é de 2 de março de 2015 até o próximo reajuste tarifário que, no caso da EDP Escelsa será em 6 de agosto de 2015.

5.1.3 Ressarcimento Conta-ACR

A ANEEL, por meio do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015, homologou para as distribuidoras o montante de R\$168.642, sendo R\$2.710 de atualização monetária, referente a recursos da Conta-ACR, para cobrir as competências de Novembro e Dezembro de 2014, que excederam a cobertura tarifária relativa à: (i) à exposição contratual involuntária; (ii) ao despacho termoeletrico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade; e (iii) ao risco hidrológico. Este montante foi compensado no valor repassado à CCEE em 31 de março de 2015 (Nota 8).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.2 ANEEL aprova pleito da Porto do Pecém para cálculo do ressarcimento de energia

Em 10 de fevereiro de 2015 a ANEEL por meio do Despacho nº 302/15, proferiu decisão favorável ao pedido de reconsideração do cálculo de ressarcimento por indisponibilidade decorrente da energia não gerada pela Porto do Pecém. O cálculo considerava o Fator de Indisponibilidade - FID com base na capacidade instalada de 720 MW e, com a decisão, o FID foi recalculado a partir da potência de 700 MW, consignada nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR. O recálculo é retroativo desde a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora (UG01) em dezembro de 2012 e da segunda unidade geradora (UG02) em maio de 2013 e gerou um impacto positivo de R\$ 11.074 no resultado do período.

5.3 ANEEL aprova pleito da Porto do Pecém para cálculo do consumo interno

Em 17 de março de 2015, foi publicado o Despacho nº 686, no qual a ANEEL proferiu decisão favorável a pedido de reconsideração do cálculo do consumo interno da Porto do Pecém. O período de cálculo tinha como base inicial setembro de 2012, mês que se iniciaram os testes UG1. Com a decisão, o recálculo retroativo expurgou os meses de teste da usina (setembro, outubro e novembro de 2012) e passou a considerar o período desde a entrada em operação comercial da UG01 em dezembro de 2012 e da UG02 em maio de 2013. O fator de perdas internas (consumo interno) de longo prazo para abatimento da garantia física passou de 3,60% para 2,74% (referência 2014) e de 4,82% para 4,21% (referência 2015), gerando um impacto positivo de R\$ 27.152 no resultado do período.

5.4 ANEEL/MME reconhece aumento da garantia física da Porto do Pecém

Em 24 de março de 2015, por meio da Portaria nº 119, o MME publicou o acréscimo de 14,3 MWm de garantia física de energia da UTE Pecém I, totalizando 645,3 MWm para a potência instalada de 720,274 MW, atendendo assim, em sua íntegra, o pedido formulado pela Porto do Pecém.

5.5 Captações de recursos

Durante o período, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, realizaram algumas captações de recursos. A tabela abaixo resume as captações ocorridas no período:

Empresa	Fonte	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
EDP - Energias do Brasil	Notas promissórias	mar/15	fev/16	750.000	CDI + 1,6% a.a.	Liquidação de debêntures e investimentos em projetos
Cachoeira Caldeirão (*)	Debêntures	fev/15	jun/30	156.500	IPCA + 7,2743% a.a.	Pagamento de Notas Promissórias e o financiamento da construção da UHE
EDP Bandeirante	BNDES FINEM	mar/15 e abr/15	dez/24	197.559	IPCA + TR + 3,05% a.a. / TJLP + 3,05% a.a. e Pré 6% a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP Escelsa	BNDES FINEM	mar/15 e abr/15	dez/24	194.025	IPCA + TR + 3,05% a.a. / TJLP + 3,05% a.a. e Pré 6% a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP - Energias do Brasil	Cédula de Crédito Bancário	mai/15	mai/18	300.000	118,7% do CDI	Investimento em projetos da Emissora
EDP Bandeirante	Cédula de Câmbio	mai/15	mai/19	150.000	85% do CDI + 1,19% a.a.	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro
EDP Escelsa	Cédula de Câmbio	mai/15	mai/19	100.000	85% do CDI + 1,19% a.a.	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro
ECE Participações (*)	BNDES	mai/15	mai/31	12.455	TJLP + 1,86% a.a.	Implementação do projeto de construção da UHE Jari
São Manoel (*)	BNDES	jun/15	jun/16	265.000	TJLP + 2,4% a.a. e Selic + 1,7% a.a.	Investimento para a construção da UHE São Manoel
				<u>2.125.539</u>		

(*) Controlada em conjunto - não consolidada nestas informações contábeis intermediárias

5.6 Assinatura do acordo de compra e venda das ações da EDP Renováveis Brasil

Em 27 de abril de 2015 a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que, após o Memorando de Entendimento firmado em 27 de novembro de 2014, assinou um acordo de compra e venda de ações com a EDP Renováveis S.A (EDPR) para alienar os 45% da sua participação do capital total e votante na EDP Renováveis Brasil.

O montante a ser recebido pela transação é de até R\$190.000, sendo R\$176.000 na sua conclusão, prevista para o segundo semestre de 2015, e até R\$14.000 em pagamentos de *earn-out*.

Conforme o acordo de compra e venda, em 30 de junho de 2015 a Companhia recebeu da EDPR R\$88.000, correspondente a 50% do valor da transação, a título de adiantamento. O saldo remanescente será recebido na conclusão da transação.

A conclusão da transação está sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo e Defesa Econômica - CADE, além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a eficácia da transferência do capital social acima mencionado, previsto para ocorrer até o final do ano.

5.7 Alterações na metodologia aplicável ao processo de Revisão Tarifária

Em 28 de abril de 2015, a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Normativa nº 660, alterações na metodologia aplicável aos processos de Revisão Tarifária Periódica das distribuidoras de energia elétrica. Válidas para os processos realizados a partir de 06 de maio de 2015, envolveram mudanças nos temas: (i) Procedimentos gerais; (ii) Custos operacionais; (iii) Fator X; (iv) Perdas não técnicas; (v) Receitas irrecuperáveis; e (vi) Outras receitas. Das alterações destacam-se:

- Extinção do conceito de ciclo tarifário passando a ser utilizadas as metodologias e parâmetros vigentes por ocasião do processamento da revisão tarifária. A atualização dos parâmetros ocorrerá em períodos de 2 a 4 anos, enquanto que as metodologias em períodos de 4 a 8 anos;

- A taxa de remuneração do capital (WACC) passou de 7,5% a.a., para 8,09% a.a. (após os impostos). Os pontos de aprimoramento na atualização do foram: (i) uniformização das séries; (ii) utilização do risco de crédito médio das empresas no capital de terceiros; e (iii) recálculo do custo de capital a cada 3 anos, com revisão da metodologia a cada 6 anos;

- Inclusão de remuneração para o risco associado à operação de investimentos realizados com recursos de terceiros, ou seja, as "Obrigações Especiais".

As distribuidoras estão avaliando os eventuais impactos decorrentes destas alterações que ocorrerão a partir da próxima revisão tarifária na EDP Bandeirante em outubro de 2015 e na EDP Escelsa em agosto de 2016.

5.8 Conclusão da aquisição das ações remanescentes da Porto do Pecém

Em 15 de maio de 2015, a Companhia, por meio de Fato Relevante, comunicou que, nesta data, foi concluída a aquisição dos 50,0% do capital total e votante de Porto do Pecém detido pela Eneva, uma vez tendo sido atendidas todas as condições precedentes desta transação.

A Companhia realizou o pagamento no valor de R\$300.000 pela referida transação, passando a deter 100% do capital total e votante de Porto do Pecém, além do controle de suas operações. Conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas a Companhia, a partir de 15 de maio de 2015, passou a consolidar as informações financeiras da Porto do Pecém em suas informações contábeis intermediárias consolidadas (Nota 16.1).

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.9 Aquisição da APS Soluções em Energia

Em 29 de junho de 2015, a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que assinou, por meio de sua controlada EDP GRID, um Acordo de Compra e Venda de Ações com os ex-sócios da APS Soluções em Energia S.A. (APS), com objetivo de adquirir 100% desta sociedade. A EDP GRID é a controlada da Companhia que atua na prestação de serviços em obras de infraestrutura, projetos de eficiência energética, geração fotovoltaica distribuída e disseminação do conceito das redes elétricas inteligentes. A APS é uma das principais empresas brasileiras de eficiência energética com 23 anos de mercado. O preço de aquisição é de R\$27.196 que serão pagos ao longo de cinco anos, podendo haver pagamentos adicionais (*earnouts*) em função do cumprimento de metas de performance definidas no Acordo de Compra e Venda. A conclusão da transação está prevista para ocorrer até o final do ano e está sujeita à obtenção de anuência dos credores da APS e à aprovação pelo Conselho Administrativo e Defesa Econômica - CADE, além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a eficácia da transferência do capital social acima mencionado. A transação está alinhada com a estratégia da Companhia de investir em serviços de energia de valor agregado por meio de EDP GRID e reafirma o compromisso da Companhia de investir em negócios sustentáveis.

5.10 Reestruturação societária – Energest

Em 26 de junho de 2015, a controlada Energest, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução de capital de seu capital social no valor mínimo de R\$190.507 e máximo de R\$200.177, sem cancelamento de ações e sem alteração na participação dos acionistas, mediante restituição à Companhia, única acionista da Energest. A restituição dar-se-á por meio da entrega da totalidade da participação societária detida pela Energest na Pantanal, na Santa Fé e Costa Rica para a Companhia, sendo: (i) 23.390.368 quotas de emissão da Pantanal, com valor nominal de R\$1,00 cada; (ii) 86.370.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Santa Fé; e (iii) 7.302.274 quotas de emissão da Costa Rica, com valor nominal de R\$1,00 cada. A conclusão da reestruturação societária está sujeita à aprovação da ANEEL, dos Debenturistas da Energest, além de outras medidas de natureza societária. Quando da conclusão da reestruturação será realizada uma nova Assembleia Geral na Energest a fim de homologar o valor da redução do capital social.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	6.793	11.862	590.556	478.941
Aplicações financeiras - renda fixa	363.684	15.220	1.044.467	348.030
Total	370.477	27.082	1.635.023	826.971

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros da Controladora referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e operações compromissadas lastreadas em Debêntures remunerados à taxas que variam entre 85,00% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa média de aplicação do Grupo EDP - Energias do Brasil, que referem-se a CDBs e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, variam entre 85,00% e 101,50% do CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.

7 Consumidores e concessionárias

Nota	Consolidado						
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD (Nota 7.7)	Saldo líquido em 30/06/2015	Saldo líquido em 31/12/2014
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	191.187	187.332	37.382	415.901	(37.382)	378.519	250.657
Industrial	75.939	40.205	39.403	155.547	(34.594)	120.953	86.794
Comércio, Serviços e Outras Atividades	106.083	47.147	17.161	170.391	(11.222)	159.169	119.002
Rural	27.288	18.214	4.651	50.153	(500)	49.653	29.726
Poder Público							
Federal	9.260	1.849	75	11.184	(34)	11.150	7.904
Estadual	9.628	562	439	10.629	(201)	10.428	7.612
Municipal	20.146	5.166	730	26.042	(230)	25.812	17.748
Iluminação Pública	24.087	8.459	1.166	33.712	(81)	33.631	20.246
Serviço Público	25.297	1.600	5.436	32.333	(27)	32.306	24.663
Clientes livres	109.111	1.143	3	110.257		110.257	120.608
Fornecimento não faturado	355.899			355.899		355.899	277.944
Parcelamentos de débitos	96.175	12.714	48.524	157.413	(88.820)	68.593	47.854
(-) Ajuste a valor presente	(729)			(729)		(729)	(1.192)
Outros créditos	28.585		816	29.401		29.401	29.420
	1.077.956	324.391	155.786	1.558.133	(173.091)	1.385.042	1.038.986
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	290.787	3.566	890	295.243	(893)	294.350	211.583
Energia de curto prazo	27.210			27.210		27.210	38.519
Encargos de uso da rede elétrica	3.965		109	4.074	(142)	3.932	4.450
Outros créditos	56.357		1.108	57.465	(696)	56.769	58.623
	378.319	3.566	2.107	383.992	(1.731)	382.261	313.175
Total Circulante	1.456.275	327.957	157.893	1.942.125	(174.822)	1.767.303	1.352.161
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	4.308			4.308	(2.538)	1.770	1.707
Comércio, Serviços e Outras Atividades	707			707	(689)	18	18
Serviço público				-		-	1.556
Parcelamentos de débitos	60.864	1	18	60.883	(6.454)	54.429	68.526
(-) Ajuste a valor presente	(7.492)			(7.492)		(7.492)	(9.650)
	58.387	1	18	58.406	(9.681)	48.725	62.157
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica				-		-	221.618
Outros créditos	3.121			3.121	(119)	3.002	984
	3.121	-	-	3.121	(119)	3.002	222.602
Total Não Circulante	61.508	1	18	61.527	(9.800)	51.727	284.759

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os saldos a receber de Consumidores e Concessionárias são registrados pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das companhias.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

A exposição das controladas aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.

7.1 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 30 de junho de 2015 correspondia, em ambas as distribuidoras, a 11,36% a.a. (11,36% em 31 de dezembro de 2014), afetando positivamente o resultado das distribuidoras no período em R\$2.621 (positivamente em R\$4.129 em 2014).

7.2 Outros créditos - Consumidores

Do montante em 30 de junho de 2015 de R\$29.401 (R\$29.420 em 31 de dezembro de 2014), R\$27.415 (R\$27.415 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao saldo de Encargos de capacidade emergencial - ECE e Encargo de aquisição de energia elétrica emergencial - EAEEE que estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, há um passivo reconhecido no valor de R\$31.660 (R\$31.696 em 31 de dezembro de 2014) (Nota 25).

7.3 Concessionárias – Suprimento de energia elétrica

Do saldo circulante e não circulante de R\$294.350 (R\$433.201 em 31 de dezembro de 2014), destacava-se o valor em 31 de dezembro de 2014 de R\$243.058 que a EDP Comercializadora possui com o empreendimento controlado em conjunto Porto do Pecém referente às operações de venda de suprimento de energia elétrica. Devido a aquisição de Porto do Pecém que ocorreu no dia 15 de maio de 2015 (Nota 5.8) pela Companhia, os valores que a EDP Comercializadora possui com a Porto do Pecém, foram eliminados no processo de consolidação do grupo EDP.

7.4 Concessionárias – Energia de curto prazo

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

7.5 Outros créditos - Concessionárias

Do montante Circulante e Não circulante em 30 de junho de 2015 de R\$59.771 (R\$59.607 em 31 de dezembro de 2014), R\$58.242 (R\$58.080 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao saldo que a EDP Bandeirante e EDP Escelsa têm a receber das geradoras referentes a ressarcimentos por insuficiência de geração, por indisponibilidade, por geração inferior ao Despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS e por geração inferior a inflexibilidade, substancialmente de competência de dezembro de 2013 a junho de 2015.

7.6 Circulante

A variação positiva entre o período é resultante, substancialmente, do aumento das tarifas de energia elétrica nas Distribuidoras provocado pela Revisão Tarifária Extraordinária - RTE e pela aplicação da Bandeira Tarifária vermelha, conforme descrito na nota 5.1.

7.7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

	Consolidado					Saldo em 30/06/2015
	Saldo em 31/12/2014	Provisão	Reversão			
			Recebimento	Parcelamen- to	Perdas/Estor- nos	
Consumidores						
Residencial	(82.692)	(52.148)	14.822	9.016	22.348	(88.654)
Industrial	(49.647)	(7.390)	505	841	1.795	(53.896)
Comércio, Serviços e Outras Atividades	(19.722)	(14.799)	468	2.555	1.255	(30.243)
Rural	(2.760)	(2.966)	5	1.467	116	(4.138)
Poder Público	(2.778)	(639)	41	303	11	(3.062)
Iluminação Pública	(48)	(3.004)	42	294		(2.716)
Serviço Público	(224)	(238)		396	3	(63)
Outros	(96)	96				-
	(157.967)	(81.088)	15.883	14.872	25.528	(182.772)
Concessionárias	(1.607)	(441)	186		12	(1.850)
Total	(159.574)	(81.529)	16.069	14.872	25.540	(184.622)
Circulante	(150.698)					(174.822)
Não circulante	(8.876)					(9.800)
Total	(159.574)					(184.622)

Conforme requerido pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias e, quando necessário, é constituída uma PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa constituem o cálculo da PCLD alinhado, também, à Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito está divulgada na nota 36.2.3.

7.7.1 Critérios PCLD - Faturamento

Para os faturamentos, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa adotam os seguintes critérios:

- i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
- ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
- iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

7.7.2 Critérios PCLD - Parcelamento

Para os parcelamentos de débitos, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa adotam os seguintes critérios:

- i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
- ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
- iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzida dos valores cobertos por meio de apresentação de Nota de Empenho.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando i

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

[illegible]

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa nos casos em que os custos orçados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados são superiores aos custos efetivamente incorridos. São segregados entre ativo e passivo de acordo com a expectativa de homologação nas tarifas pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são homologados anualmente pela ANEEL e incorporados à tarifa de energia por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Bandeirante, ocorrem em 23 de outubro e, na EDP Escelsa, em 7 de agosto.

Os valores em amortização foram homologados pela ANEEL e serão cobrados nas tarifas até o dia 22 de outubro de 2015 para a EDP Bandeirante e até o dia 6 de agosto de 2015 para EDP Escelsa. Os valores em constituição referem-se à diferença entre os custos incorridos e os constantes na tarifa até a data do fechamento do mês de referência, a serem homologados nos próximos processos tarifários.

Os valores que compõem os ativos financeiros setoriais são:

• **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da “Parcela A” – CVA:** É composta pelos custos de aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, os custos incorridos são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

• **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: (i) Sobrecontratação/Exposição de energia ao mercado de curto prazo; (ii) Neutralidade dos encargos setoriais; e (iii) Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre submercados.

Dentre os principais montantes apresentados, destacam-se:

(i) Compra de Energia: para os processos tarifários de 2014 foram utilizadas previsões de Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que não se concretizaram ao longo de 2014 e 2015 frente ao cenário energético do país, inclusive com modificação de metodologia e alteração do preço teto do PLD. Como a expectativa de preços médios foi baseada nos custos esperados com este PLD, o preço médio de compra de energia verificado em 2014 e 2015 está sendo superior ao preço médio de cobertura homologado nos processos de 2014. Porém, com a criação da Conta Centralizadora de Recursos das Bandeiras Tarifárias - CCRBT, parte desta diferença está sendo coberta;

(ii) ESS: com a alta do PLD verificada em 2014, constatou-se uma queda nos valores de pagamento do encargo. Contudo, com a alteração do preço teto do PLD para R\$ 388,48/MWh, observou-se uma elevação nos valores deste encargo. Em contrapartida, por intermédio da Resolução Normativa nº 613/14, a ANEEL estabeleceu o repasse do excedente da Conta de Energia de Reserva – CONER para cobrir o déficit das distribuidoras ocasionando, consequentemente, um valor a devolver na tarifa;

(iii) Sobrecontratação/exposição de energia: considerando a elevação da carga nos primeiros meses do ano de 2014, a opção de determinados geradores de não aderirem ao regime de Cotas de Garantia Física renovando suas concessões e da frustração de leilões de energia ao longo dos anos de 2013 e 2014, as Distribuidoras estavam numa posição de exposição involuntária, com a necessidade de comprar no Mercado de Curto Prazo – MCP a energia deficitária a um elevado PLD. Para 2015, com o reequilíbrio da demanda de energia face aos contratos firmados de compra de energia, a EDP Bandeirante está sobrecontratada, ocasionando, assim, uma devolução nas tarifas, a serem reajustadas em 2016, do montante de venda no MCP da energia excedente que supera o custo da energia contratada. Para a EDP Escelsa, o impacto está sendo menor, uma vez que a Companhia está menos exposta, o PLD teto está menor e parte dos custos extras estão sendo cobertos pela CCRBT;

(iv) CDE e Devolução Tarifária: no início de 2015, foram homologadas as RTEs das distribuidoras do Brasil. Tal medida foi necessária para cobrir, principalmente, a alta de quase 2.000% no encargo da CDE nas quotas a partir de março de 2015. Para simplificar o processo, a ANEEL atualizou somente as tarifas de aplicação, não alterando as tarifas econômicas, responsáveis pela cobertura tarifária de energia, encargos e transporte. Desta forma, a receita adicional com a RTE será considerada como um passivo a ser devolvido no próximo processo tarifário.

Conforme descrito na nota 5.1.3, em março de 2015, a ANEEL homologou recursos da Conta-ACR, para cobrir as competências de Novembro e Dezembro de 2014, compensado no valor repassado à CCEE em 31 de março de 2015. Consequentemente houve a amortização destes Ativos financeiros setoriais.

9 Impostos e contribuições sociais

Nota	Controladora								
	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantament os / Pagamentos	Compen- sação tributos federais	Reclassifica- ção	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2015
Ativos - Compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social	9.1	95.021	11	3.883		(28.197)	43	450	71.211
PIS e COFINS		249	389	(214)				(77)	347
IRRF sobre aplicações financeiras		6.504	1.562						8.066
IRRF sobre juros s/ capital próprio		15.369							15.369
Outros		185	34				(43)		176
Total		117.328	1.996	(214)	3.883	-	(28.197)	373	95.169
Circulante		117.328							95.169
Total		117.328							95.169
Passivo - a recolher									
Imposto de renda e contribuição social		-			(450)			450	-
PIS e COFINS		8.784	77			(8.784)		(77)	-
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		223	428		(463)		1.370		1.558
IRRF sobre juros s/ capital próprio		19.413				(19.413)			-
Parcelamentos	9.4	45.629	12	1.675	(2.118)				45.198
Encargos com pessoal		6.906	4.416		(4.477)				6.845
Outros		1.370					(1.370)		-
Total		82.325	4.933	-	1.675	(7.508)	(28.197)	373	53.601
Circulante		40.816							12.682
Não circulante		41.509							40.919
Total		82.325							53.601

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Consolidado									
		Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação tributos federais	Aquisição de empresas	Reclassificação	Transferência	Saldo em 30/06/2015
Ativos - Compensáveis											
Imposto de renda e contribuição social		147.256	1.675	(3)	5.036	83.504	(62.911)		2.118	(53.641)	123.034
ICMS	9.2	82.484	21.389	(148)				399		(16.796)	87.328
PIS e COFINS		14.038	370.675	(533)	346		(222)	4.739	(2)	(369.078)	19.963
IRRF sobre aplicações financeiras		24.281	10.238		32		(19)	2.359	(148)	(1.096)	35.647
IRRF sobre juros s/ capital próprio		20.110									20.110
Outros		17.704	2.093	(50)	12		(171)	1.300	(2.111)		18.777
Total		305.873	406.070	(734)	5.426	83.504	(63.323)	8.797	(143)	(440.611)	304.859
Circulante		235.154									226.441
Não circulante		70.719									78.418
Total		305.873									304.859
Passivo - a recolher											
Imposto de renda e contribuição social		19.779	81.589	(303)		(20.548)	(19)			(54.737)	25.761
ICMS	9.3	160.197	1.225.426	(74)		(1.167.906)			1.861	(16.796)	202.708
PIS e COFINS		46.130	711.395	(1.051)	101	(298.886)	(43.720)	10.070		(369.078)	54.961
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.501	13.707	(138)		(14.532)		1	3.833	2	5.374
IRRF sobre juros s/ capital próprio		45.944				(26.530)	(19.413)				1
Parcelamentos	9.4	82.114	12		3.011	(5.770)					79.367
Encargos com pessoal		15.939	46.397	(2)		(47.259)			(574)		14.501
Outros		3.015	19.092			(13.703)	(171)	347	(5.120)	(2)	3.458
Total		375.619	2.097.618	(1.568)	3.112	(1.595.134)	(63.323)	10.418	-	(440.611)	386.131
Circulante		304.173									314.134
Não circulante		71.446									71.997
Total		375.619									386.131

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

9.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita principalmente com Imposto de renda retido na fonte sobre os JSCP declarados.

9.2 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2015 de R\$87.328 (R\$82.484 em 31 de dezembro de 2014), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo em 30 de junho de 2015 de R\$86.766 (R\$82.229 em 31 de dezembro de 2014), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$71.528 (R\$75.279 em 31 de dezembro de 2014) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados a razão de 1/48 avos por mês.

9.3 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 30 de junho de 2015 de R\$202.708 (R\$160.197 em 31 de dezembro de 2014), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo de R\$195.739 (R\$151.107 em 31 de dezembro de 2014), referente ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

9.4 Parcelamentos

Em 2009 a Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia assim como suas controladas EDP Escelsa e Lajeado procederam à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Controladora

Do valor total da dívida em 30 de junho de 2015 de R\$45.198 (R\$45.629 em 31 de dezembro de 2014), restam 112 parcelas de R\$356 atualizáveis mensalmente pela SELIC e R\$5.264 possuem depósitos judiciais no mesmo montante, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Consolidado

Em setembro de 2006, a controlada Lajeado aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de débitos de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa.

Em 2009, foi formalizada junto à RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a controlada procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Do valor total consolidado da dívida em 30 de junho de 2015 de R\$79.367, que inclui a Companhia e as controladas Lajeado e EDP Escelsa, R\$34.999 foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$44.368 restantes possuem depósitos judiciais de R\$73.623, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

10 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado					
		Passivo		Ativo		Passivo			
		Não Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
PIS e COFINS	10.1					53.267	32.114	10.437	19.354
Imposto de renda e contribuição social	10.2	188.104	69.151	627.200	347.770			353.582	235.638
		188.104	69.151	627.200	347.770	53.267	32.114	364.019	254.992

10.1 PIS e COFINS - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

O montante refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre receita relativa aos ativos financeiros setoriais.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2 Imposto de renda e contribuição social
O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Em cada empresa, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo CPC 32.

10.2.1 Composição e base de cálculo

Controladora							
		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho					
		Passivo Não Circulante					
		30/06/2015	31/12/2014	2015	2014		
Natureza dos créditos		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL		
Diferenças Temporárias							
Compra vantajosa		120.096		(120.096)			
Mais valia - CPC 15 (R1)		68.008		(68.008)			
Total diferenças temporárias		188.104	-	(188.104)		-	
Diferenças Temporárias - RTT							
Mais Valia - CPC 15 (R1)			69.151	69.151	(69.722)		
Total diferenças temporárias - RTT		-	69.151	69.151	(69.722)		
Total							
		188.104	69.151	(118.953)	(69.722)		

Consolidado							
		Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	2015	2014
Natureza dos créditos	Nota	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	10.2.1.1	452.101	57.081			(10.233)	25.146
Base Negativa da Contribuição Social	10.2.1.1	20.451	24.135			(3.684)	9.052
		472.552	81.216	-	-	(13.917)	34.198
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		59.902	52.083			7.819	3.388
Benefício pós-emprego		46.370	43.312	(345)	(326)	3.077	5.402
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		81.758	77.929	(1.959)	(1.714)	4.039	4.123
Ativos financeiros setoriais		(215.981)	(187.024)			(28.957)	
Consumidores - ajuste a valor presente		2.465				2.465	
Compra vantajosa				120.096		(120.096)	
Mais valia - CPC 15 (R1)		(223.812)		267.288		(68.008)	
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)		1.343		(48.477)		4.036	
Uso do bem público - CPC 25		45.524		(8.685)		4.850	
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)		(48.127)				(48.127)	
Instrumentos financeiros - CPC 39		24.573		25.550		2.758	
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes		86.652		114			
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp		88.551					
Outras		35.632	207			(1.463)	1.802
Total diferenças temporárias		(15.150)	(13.493)	353.582	(2.040)	(237.607)	14.715
Benefícios pós-emprego - PSAP							
	10.2.1.2	(6.134)	6.678	-	-	(12.812)	(3.208)
Crédito fiscal do ágio incorporado	10.2.1.3	175.932	183.692	-	-	(7.760)	(8.035)
Diferenças Temporárias - RTT							
	10.2.1.4						
Consumidores - ajuste a valor presente			3.686			(3.686)	(1.403)
Gastos Pré-operacionais							1.783
Mais Valia - CPC 15 (R1)					268.431	69.151	(69.722)
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)					(45.780)		2.706
Uso do bem público - CPC 25					(8.110)		2.044
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)			41.249	(38.646)		38.646	(2.153)
Instrumentos financeiros - CPC 39			5.176		23.022	(5.176)	5.998
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)			78.716		115		
Outras			(504)			504	(565)
Total diferenças temporárias - RTT		-	89.677	-	237.678	99.439	(61.312)
Total							
		627.200	347.770	353.582	235.638	(172.657)	(23.642)

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos Consolidado no montante de R\$161.486, foi registrada em contrapartida a débito no resultado no período em R\$172.657 e a crédito do passivo no valor de R\$334.143.

10.2.1.1 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

10.2.1.2 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP Bandeirante, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no período de 2017.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10.2.1.3 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP Bandeirante: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP Bandeirante;

(ii) na controlada EDP Escelsa: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Escelsa; e

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.976 para a controlada EDP Bandeirante até o ano de 2027, de R\$1.874 para a controlada EDP Escelsa até o ano de 2025 e de R\$4.744 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

10.2.1.4 Diferenças Temporárias - RTT

Com o advento da Lei nº 12.973/14, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.

10.2.2 Resultados tributáveis futuros

A Administração das controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Lajeado, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeixe e Porto do Pecém elaboraram, em 31 de dezembro de 2014, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Para as controladas, com exceção de Porto do Pecém, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 20 de fevereiro de 2015. Com base no estudo, as controladas estimam recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes períodos:

2015	2016	2017	2018	2019	2020 a 2022	A partir de 2023	Total
(4.183)	69.680	95.304	50.920	67.007	180.704	167.768	627.200

Créditos tributários diferidos não reconhecidos

A Companhia e sua controlada Porto do Pecém possuem créditos fiscais relativos a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não constituídos no montante de R\$51.626 e R\$31.697, respectivamente, que não foram constituídos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Estes créditos poderão ser objeto de reconhecimento contábil no futuro, de acordo com as revisões anuais das projeções de geração de lucros tributáveis e os requerimentos da norma contábil envolvida.

De acordo com a legislação tributária vigente, não há prazo de prescrição para utilização dos créditos fiscais diferidos.

11 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 29, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, estão apresentadas como segue:

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento				Duração		Ativo		Passivo		Recitas (Despesas)	
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	2015	2014	2015	2014
Outros créditos e Outras contas a pagar												
Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos												
EDP Bandeirante			164	208						921	2.016	
Energtest			41	57						262	619	
EDP Comercializadora			39	51						226	566	
Pantanal			11	14						58	222	
Investco			23	29						128	334	
Lajeado			16	21						93	234	
Santa Fé			10	13						50	116	
EDP Escelsa			138	177						780	1.722	
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura												
EDP Bandeirante				288							1.506	
Energtest				133							704	
EDP Comercializadora				56							309	
Enercouth			3	5							15	
ECE Participações				20							106	
Instituto EDP				15							77	
Pantanal				3							15	
Investco				23							125	
Lajeado				4							19	
CEJA				3							15	
EDP Escelsa				70					2		358	
Cachoeira Caldeirão				2							15	
Contrato de serviços de consultoria												
Cnaael			64	167							543	
Elebrás			641	1.660						734	67	
EDP Renováveis			154	184								
Contrato de prestação de serviços												
EDP Portugal	6.947	6.946										
São Manoel	1.328	759			27.275	25.436			2	3.821	9.703	
Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos												
EDPR Espanha			1.277	1.277								
Adiantamento de alienação de investimento												
EDPR Espanha (Nota 5.6)					88.000							
Empréstimos a receber												
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI												
Energtest		72										
EDP Comercializadora			77.361	73.003							4.357	762
Pecém OM			934	876							1	
Porto do Pecém			197.871	186.186							11.686	8.734
Mahe			14.012	13.087							881	650
ECE Participações											30	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC												
Resende				3.428								
Terra Verde				281								
Enercouth			27.500	200								
Cachoeira Caldeirão			27.500	3.909								
	8.275	7.777	320.259	281.541	115.275	25.436			2	3.821	9.703	16.925
												10.176

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Recetas (Despesas)	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Operacionais	Financeiras
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	30/06/2015
Consumidores e concessionárias						
Suprimento de energia elétrica						
Porto do Pecém	21.440		221.618			93.470
Ressecamento por insuficiência de geração						
Porto do Pecém	17.273					5.062
	38.713	-	221.618	-	-	98.532
Outros créditos e Outras contas a pagar						
Contrato de prestação de serviços						
Feijão I	235		336		261	
Feijão II	235		336		261	
Feijão III	235		336		261	
Feijão IV	235		336		261	
Jau	1.266				1.424	
Contrato de serviços de consultoria						
Cenaesol		64	167			
Elétrabás		641	1.660		543	
EDP Renováveis		154	184		67	
Contrato de prestação de serviços						
EDP Portugal	6.947		27.275	25.436		
São Manoel	1.328					
Pecém TM				591		
Pecém OM				818		
Termo de confissão de dívida (Despacho ANEEL nº 382/11)						14
Instituto EDP						
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura						
EDP Renováveis		18			6	
ECE Participações		20			106	
Instituto EDP		15			77	
CEJA		3			15	
Cachoeira Caldeirão		2			15	
Compartilhamento de gastos com pessoal						
Cachoeira Caldeirão		137				
São Manoel		35				
Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos						
EDPR Espanha	1.277	1.277				
Adiantamento de alienação de investimento						
EDPR Espanha (Nota 5.6)						
	10.481	9.049	2.154	3.518	88.000	843
					115.275	3.202
					25.436	1.409
Empréstimos a receber						
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI						
Pecém OM		934	876			1
Porto do Pecém			186.186			8.343
Controlada (*)						881
Mabe		14.012	13.087			650
Controlada em conjunto						9.225
	-	-	200.149	-	-	9.384
Fornecedores						
Suprimento de energia elétrica						
Porto do Pecém			7.038	7.278		(13.509)
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC						
Controlada (*)						
		27.500				
	-	27.500	-	-	(30.806)	-
	10.481	47.762	44.600	425.285	122.313	85.866
						9.225
						9.384

(*) A Porto do Pecém passou a ser controlada pela Companhia a partir de 15 de maio de 2015 (Nota 5.8).

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) **Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos:** A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da EDP - Energias do Brasil, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) **Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** Têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Estes contratos tinham a vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011. Para as empresas na modalidade de concessionárias de serviço público (EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest), eventuais alterações nos percentuais de rateio são submetidas à anuência prévia da ANEEL. Para as demais modalidades de outorga, não há esta exigência.

Em Janeiro de 2015 a EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o novo “Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura” nas localidades: Sede em São Paulo – SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina – ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé Energia, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco; (iii) Filial Energest – MS, tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal. O pedido ainda encontra-se sob análise da ANEEL.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os avais recebidos do acionista estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 37.2).

- 11.1
- Controladora direta e final
- A controladora direta da Companhia é a Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.
- 11.2
- Remuneração dos administradores
- 11.2.1
- Remuneração total do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia referente ao período findo em 30 de junho (em R\$)

	Controladora							
	2015				2014			
	Conselho de Adminis- tração (*)	Proporção (%)	Diretoria Estatutária (**)	Proporção (%)	Total	Proporção (%)	Total	Proporção (%)
Número de membros								
Remuneração Fixa (em R\$)	883.704	71%	1.721.168	53%	2.604.871	58%	2.409.900	65%
Salário ou pró-labore	731.238		1.342.371		2.073.609		1.826.353	
Benefícios diretos e indiretos (i)	6.218		70.573		76.791		84.953	
Encargos sociais	146.248		308.224		454.471		498.594	
Remuneração Variável (em R\$)	360.000	29%	1.551.799	47%	1.911.799	42%	1.271.218	35%
Bônus	300.000		1.293.166		1.593.166		998.600	
Encargos sociais	60.000		258.633		318.633		272.618	
Valor Total da Remuneração	1.243.704	100%	3.272.967	100%	4.516.670	100%	3.681.118	100%

(*) Das 8 posições do Conselho de Administração, apenas 4 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$1.050.000,00, para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2015.

(**) Das 6 posições da Diretoria Estatutária, todos os membros são remunerados, sendo que o Diretor Presidente acumula o cargo de Diretor de Relações com Investidores. A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$6.090.000,00, para o período de abril de 2015 até março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2015.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Seguro de Vida e Vale Refeição/Alimentação.

- 11.2.2
- Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração e Diretoria referente ao período findo em 30 de junho de 2015 (em R\$)

2015	Controladora	
	Conselho de Adminis- tração	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	6
Valor da maior remuneração individual	720.000	2.070.000
Valor da menor remuneração individual	72.510	80.084
Valor médio da remuneração individual	310.926	545.494

- 12
- Estoques
- Os estoques de Matéria prima incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques de Material de almoxarifado refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços.

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados nas rubricas de Imobilizado e Intangível. Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

	30/06/2015	31/12/2014
Matéria Prima - Carvão	66.615	
Material de almoxarifado	31.612	15.108
Resíduos e sucatas	10.054	8.028
Outros	4.701	
Total	112.982	23.136

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais	26			10.213	9.841			199.893	195.286
Cauções e depósitos vinculados		3.576	3.436			120.584	12.277	7.112	36.924
		3.576	3.436	10.213	9.841	120.584	12.277	207.005	232.210

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados apresentados no circulante e não circulante do consolidado refere-se, substancialmente, à parte das aplicações financeiras das controladas Enerpeixe e Porto do Pecém no montante de R\$109.497 (R\$35.333 em 31 de dezembro de 2014 referente somente a Enerpeixe).

Para a Enerpeixe, R\$33.464 (R\$35.333 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a conta de reserva, em cumprimento ao contrato de financiamento firmado em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos constituída como parte da garantia desse contrato. Para a Porto do Pecém, R\$59.592 refere-se ao montante recebido de parte do sinistro relativo à reposição de um gerador avariado (Nota 15.5) o qual encontra-se no aguardo de liberação para utilização por parte do BNDES devido a cláusulas contratuais, e R\$16.441 refere-se à conta de reserva que contempla os depósitos mensais de 1/6 do pagamento da parcela de financiamento a vencer junto ao BID, sendo estes valores utilizados nos meses de maio e novembro de cada ano (mês de vencimento das parcelas).

14 Ativos e Passivos Não Circulantes mantidos para venda

O montante em 30 de junho de 2015 de R\$107.054 (R\$107.054 em 31 de dezembro de 2014) refere-se ao investimento detido pela Companhia na EDP Renováveis Brasil. Para mais informações vide nota 5.6.

Por se referirem à ativos cuja a alienação é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificar como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado.

15 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos		237	176			41.099	3.336		
Descontos tarifários	15.3					138.957	133.782		
Modicidade tarifária - baixa renda	15.4							8.056	8.056
Dispêndios a reembolsar		2	2			1.958	1.956		
Benefícios pós-emprego								719	717
Bens destinados à alienação		1.112				4.312	3.340		
Serviços em curso						2.500	2.066		
Serviços prestados a terceiros						14.806	12.912	5.867	2.387
Créditos de sinistros	16.1 (c)					56.000			
Convênios de arrecadação						2.840	2.565		
Partes relacionadas	11	8.275	7.705	2.581	4.480	10.481	9.049	2.154	3.518
Despesas pagas antecipadamente		114	64			5.215	289		
Outros	15.1	438	439	14.240	14.175	8.501	3.613	15.315	15.253
Total		10.178	8.386	16.821	18.655	286.669	172.908	32.111	29.931
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos						2.792	3.363		
Contribuição de iluminação pública	15.6					23.990	17.787		
Credores diversos - consumidores e concessionárias						24.142	20.770	393	
Folha de pagamento		826	845			4.627	5.499		
Modicidade tarifária - baixa renda	15.4					617	481	9.809	10.017
Cessão de créditos de ICMS						4.525	1.237		
Arrecadação de terceiros a repassar						4.721	5.397		
Partes relacionadas	11	115.275	25.436		2	115.275	25.436	1.409	
Obrigações estimadas com pessoal	15.2	7.425	11.164			63.290	75.102		
Reserva para reversão e amortização	15.7							17.248	17.248
Adiantamento de sinistros	15.5					59.592			
Outros		3.468	3.517	677	676	15.951	16.481	677	676
Total		126.994	40.962	677	678	319.522	171.553	29.536	27.941

Controladora e Consolidado

15.1 Outros créditos

Referem-se, substancialmente, a valores a receber da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., no montante de R\$12.188 (R\$11.905 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia apresenta passivo contingente, no valor de R\$36.377 (R\$38.936 em 31 de dezembro de 2014) conforme apresentado na nota 26.1.1.4.

15.2 Obrigações estimadas com pessoal

Referem-se aos montantes de provisão de férias, 13º salário e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.3 Consolidado Descontos tarifários

Refere-se a descontos aplicados nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação editada pela ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento.

Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, os despachos de reajustes tarifários também estabelecem o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originárias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, aportados pela Eletrobrás, conforme Lei nº 10.438/02.

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 1.809/14 e nº 1.768/14, anuiu o valor a ser repassado pela Eletrobrás para a EDP Bandeirante e EDP Escelsa, respectivamente. Em 27 de fevereiro de 2015 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, homologou os novos valores a serem repassados, estando pendentes de recebimento pela Eletrobrás para a EDP Bandeirante os repasses das competências de agosto à novembro de 2014, junho de 2015 e montantes parciais das competências de março de 2015 à maio de 2015 e para a EDP Escelsa os repasses das competências de agosto à novembro de 2014, junho de 2015 e montantes parciais das competências de março de 2015 à maio de 2015.

Ambas as distribuidoras promoveram ação ordinária contra a Eletrobrás, com pedido de antecipação de tutela em trâmite perante à 3ª Vara Cível de Brasília, visando o recebimento dos valores devidos pela Eletrobrás, por meio do mecanismo da subvenção econômica e, subsidiariamente, a suspensão/compensação entre os créditos a receber da Eletrobrás com as obrigações mensais a recolher da Companhia referente a CDE (Nota 25.1). Os valores pendentes de pagamento pela Eletrobrás, até a data do protocolo da ação, era de R\$94.760.

A ação foi proposta em 18 de dezembro de 2014 e, em 9 de janeiro de 2015, o pedido de liminar foi parcialmente deferido, autorizando somente a compensação entre créditos e débitos a partir da data do ajuizamento da ação. Com a liminar, as distribuidoras passaram a compensar mensalmente os débitos e créditos da CDE.

Em 8 de abril de 2015 o Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF negou provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela Eletrobrás. Mediante a situação atual, a liminar obtida permanece vigente.

Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Adição	Ressarcimento Eletrobrás	Compensação Eletrobrás	Diferença de descontos a homologar
Subsídio Baixa Renda	7.951	24.016	(5.977)	(42)	25.948
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	26.526	20.557	(5.176)	(21.704)	1.494
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	2.575	1.966	(553)	(2.026)	505
Subsídio Rural	59.536	51.040	(11.759)	(51.882)	14.518
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/2006	12.523	13.935	(3.847)	(12.315)	(2.259)
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/2011	15.091	13.793	(2.809)	(13.926)	(42)
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	9.580	6.507	(2.029)	(6.848)	38
	133.782	131.814	(32.150)	(108.743)	14.254
					138.957

15.4 Modicidade tarifária – baixa renda

Atendendo ao Termo de Notificação nº 1.091/05, pelo qual a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção de critérios de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando de bifásicas para monofásicas com efeito retroativo ao ano de 2002, a EDP Bandeirante, nos períodos de 2008 e 2010, efetuou a revisão dos faturamentos na condição de residencial Baixa Renda, referente a valores a devolver aos consumidores faturados originalmente sem o respectivo desconto da tarifa social.

A restituição aos consumidores passou a ser efetuada a partir do faturamento de março de 2009, tendo sido restituído até 30 de junho de 2015 o montante de R\$19.330 (R\$19.258 em 31 de dezembro de 2014). O saldo a restituir aos consumidores em 30 de junho de 2015, de unidades consumidoras ativas e inativas, é de R\$10.426 (R\$10.498 em 31 de dezembro de 2014).

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, para os casos de unidades consumidoras inativas devem existir medidas da EDP Bandeirante com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da EDP Bandeirante em reaver esses ressarcimentos aos consumidores, a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas.

Desta forma a EDP Bandeirante possui um saldo a receber em 30 de junho de 2015 de R\$8.056 (R\$8.056 em 31 de dezembro de 2014), que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem efetuadas bem como validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

15.5 Adiantamento de sinistros

Refere-se ao recebimento de parte do sinistro da controlada Porto do Pecém relativo à reposição de um gerador avariado.

15.6 Contribuição de iluminação pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, arrecadada pelas distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

15.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela EDP Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Coligadas e Controladas em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

• Combinação de negócios

Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. No momento da aquisição a Companhia adquirente deverá reconhecer e mensurar os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores à valor justo, que resultará no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou em uma ganho proveniente de compra vantajosa diretamente alocado ao resultado do período. Os custos gerados pela aquisição dos ativos deverão ser alocados diretamente ao resultado na medida que são incorridos.

16.1 Combinação de negócios - Porto do Pecém

Em 09 de dezembro de 2014 a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que assinou o Acordo de Compra de Ações com a Eneva S.A. (Eneva), com o objetivo de adquirir 50,0% do capital total e votante da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) detido pela Eneva S.A. (Eneva).

Conforme mencionado na nota 5.8, em 15 de maio de 2015, a Companhia informou que foi concluída a aquisição dos 50,0% do capital total e votante de Porto do Pecém detido pela Eneva pelo montante de R\$300.000, passando a Companhia a deter 100,0% do capital total e votante da Porto do Pecém.

A negociação da aquisição da participação acionária ocorreu em decorrência do pedido de recuperação judicial da Eneva.

Com a conclusão da transação, a Companhia reforça seu posicionamento estratégico como um gerador hidrotérmico.

Desde a aquisição de controle, a Porto do Pecém contribuiu para o consolidado com receitas de R\$154.591 e lucro líquido de R\$28.545. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a Porto do Pecém teria contribuído para o consolidado com receitas de R\$608.512 e prejuízo de R\$113.788 referente aos 6 meses.

A determinação do valor justo na combinação de negócios foi feita com base em uma avaliação de avaliador independente contratado pela Companhia. A Administração da Companhia concluiu as análises dos efeitos do valor justo da Porto do Pecém juntamente com o avaliador até a aprovação destas informações contábeis intermediárias. Conforme estabelecido no item 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, a Companhia dispõe de prazo de 1 ano para eventuais ajustes dos montantes envolvidos na combinação de negócios a partir da data de aquisição.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição, em 15 de maio de 2015, é apresentado a seguir:

		Valor contábil	Valor justo	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		6.274		6.274
Concessionárias		194.975		194.975
Estoques		111.041	(44.192)	66.849
Tributos diferidos		550.953	(223.812)	327.141
Outros Créditos		209.461	56.000	265.461
Imobilizado		3.358.535	560.275	3.918.810
Intangível		2.632	107.933	110.565
		<u>4.433.871</u>	<u>456.204</u>	<u>4.890.075</u>
Passivos				
Fornecedores		253.227		253.227
Ressarcimento por indisponibilidade		378.048		378.048
Empréstimos e financiamentos		2.352.742		2.352.742
Provisões		5.107	21.745	26.852
Outras Obrigações		268.957		268.957
		<u>3.258.081</u>	<u>21.745</u>	<u>3.279.826</u>
Total do acervo líquido		<u>1.175.790</u>	<u>434.459</u>	<u>1.610.249</u>
Participação societária detida antes da aquisição	(a)	485.249	179.302	664.551
Aquisição da participação remanescente	(b)	690.541	255.157	945.698
Composição do acervo líquido adquirido		<u>1.175.790</u>	<u>434.459</u>	<u>1.610.249</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ganho na combinação de negócios (Compra Vantajosa)		
Ganho na diluição da participação	(a)	97.014
Ganho na compra vantajosa	(b) (c)	945.698
Caixa pago na aquisição de participação remanescente	(b)	(300.000)
Ganho do valor justo na participação anteriormente detida	(c)	179.302
Subtotal		922.014
Ajustes decorrentes antes da aquisição do controle	(d)	(37.317)
Total, antes dos efeitos fiscais		884.697
Fluxo de caixa da aquisição		
Caixa líquido adquirido com a controlada		6.274
Caixa pago		(300.000)
Fluxo de saída de caixa líquido		(293.726)

(a) Ganho na diluição da participação

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Porto do Pecém realizada em 15 de maio de 2015, somente a Eneva integralizou um aumento de capital social no montante de R\$399.321 provenientes da conversão de créditos relativos a contratos de mútuo de R\$188.282, fornecimento de carvão de R\$180.509 e contratos de energia de R\$30.530. A Companhia, por sua vez, não efetuou o aumento de capital, resultando em uma diluição na participação dos 50,0% anteriormente detidos para 41,27%.

(b) Ganho na compra vantajosa

Após a integralização de capital social pela Eneva, o patrimônio líquido da Porto do Pecém atingiu o montante de R\$1.175.790. Com isso, a Companhia adquiriu uma participação remanescente de 58,73% da Eneva, equivalente à R\$690.541, mediante ao pagamento de R\$300.000 efetuado em 15 de maio de 2015.

(c) Ganho decorrente da avaliação do valor justo

O laudo de avaliação apontou o valor justo da Porto do Pecém no montante de R\$434.459, dos quais R\$179.302 refere-se a participação anteriormente detida e R\$255.157 da participação adquirida, proveniente dos seguintes ajustes:

- Outros créditos: Na rubrica "Outros créditos" foi considerado no cálculo do valor justo a inclusão do montante de R\$56.000 referente a expectativa de recebimento de parte do seguro relativo à reposição de um gerador avariado o qual se espera que o ressarcimento do mesmo ocorra até dezembro de 2015. Em contrapartida, foi considerado na rubrica "Estoques" a redução de R\$44.192 referente à baixa do referido gerador avariado.
- Imobilizado e Intangível: Após análise do avaliador independente, foi identificado que o fluxo de caixa descontado gerado pelo Imobilizado e Intangível ao longo de sua vida útil superam o seu valor contábil, gerando os ajustes no montante de R\$560.275 e R\$107.933, respectivamente.
- Provisões: Na determinação do valor justo, também foi considerada uma contingência possível no montante de R\$21.745 resultante de processo judicial promovido por prestador de serviços na construção da usina que questiona suposto descumprimento contratual. Atualmente a ação se encontra na fase pericial, que será necessária para identificar e materializar as falhas na prestações de serviço e seus reflexos financeiros. Assim, o adicional acrescido na determinação do valor justo refere-se ao valor estimado pela Administração como risco provável de desembolso.
- Tributos diferidos: Efeito de Imposto de renda e Contribuição Social (25% e 9% respectivamente) sobre os ajustes de valor justo anteriormente mencionados no montante de R\$223.812.

(d) Ajustes decorrentes antes da aquisição do controle

Com base no item 42 do CPC 15 (R1) foram reconhecidos no resultado do período ganhos e perdas resultantes da participação anteriormente detida pela Companhia na Porto do Pecém, sendo elas: (i) Baixa do direito de concessão no montante de R\$3.302; (ii) Baixa de Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes reconhecidos no Patrimônio líquido no valor de R\$34.015.

16.2 Movimentação dos investimentos no período

	Controladora								% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Provisão para Perdas	Aquisição de empresas	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2015	
Investimentos										
EDP Bandeirante	1.068.756		100.297	(64.551)	(15.272)				1.089.230	100,00
EDP Escelsa	907.006		66.624	(56.161)	(132)				917.337	100,00
Lajeado	340.246		4.346						344.592	55,86
Lajeado (Mais Valia)	121.798		(1.344)		(802)				119.652	55,86
Enercouth								48	48	100,00
Enerpeixe	833.789		37.320						871.109	60,00
Energest	584.670		23.551	(45.000)	(5)				563.216	100,00
EDP Comercializadora	88.900		23.568						112.468	100,00
CEJA (Nota 17.1)	259.554		(17.005)						242.549	50,00
CEJA (Mais valia) (Nota 17.1)	201.682		(3.361)						198.321	50,00
Cachoeira Caldeirão	177.574	90.000	(4.351)						263.223	50,00
Cachoeira Caldeirão (Mais valia)	1.702		(1)						1.701	50,00
Porto do Pecém	469.300		(55.367)		4.665		787.555		1.206.153	100,00
Porto do Pecém (mais Valia)		434.459	(2.607)						431.852	100,00
Pecém TM	1.288		(257)	(171)					860	50,00
Pecém OM	175		80						255	50,00
Resende	17.797	3.428	(6)						21.219	100,00
EDP Grid	9.258		4.742						14.000	100,00
Mabe Brasil			(180)			23			-	50,00
São Manoel		25.000	(247)					157	(1.390)	33,334
	5.083.495	552.887	175.802	(165.883)	(11.546)	23	787.555	(1.185)	6.421.148	33,334
	Saldo em 31/12/2014	Amortiza- ções	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Provisão para Perdas	Aquisição de empresas	Baixas	Saldo em 30/06/2015	
Direito de Concessão										
EDP Bandeirante	20.044	(729)							19.315	
Enerpeixe	2.534	(58)							2.476	
Lajeado Energia	63.692	(1.770)							61.922	
Porto do Pecém	3.346	(44)						(3.302)	-	
Pantanal	6.716	(263)							6.453	
	96.332	(2.864)	-	-	-	-	-	(3.302)	90.166	
Goodwill										
Lajeado e Investco	42.293								42.293	
	42.293	-	-	-	-	-	-	-	42.293	
	5.222.120	550.023	175.802	(165.883)	(11.546)	23	787.555	(4.487)	6.553.607	

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Equivalência Patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Incorpora- ção	Aquisição de empresas	Outros movimentos	Saldo em 30/06/2015
EDP Energias do Brasil									
Porto do Pecém	469.300		(83.910)		2.845		97.014	(485.249)	-
Pecém TM	1.288		(257)	(171)					860
Pecém OM	175		80						255
CEJA	259.554		(17.005)						242.549
CEJA (Mais Valia)	201.682		(3.361)						198.321
Cachoeira Caldeirão	177.574	90.000	(4.351)						263.223
Cachoeira Caldeirão (Mais valia)	1.702		(1)						1.701
Mabe Brasil	-		(180)			23		157	-
São Manoel	-	25.000	(725)					(912)	23.363
									-
EDP Comercializadora									-
BBCE	400								400
									-
Total	1.111.675	115.000	(109.710)	(171)	2.845	23	97.014	(486.004)	730.672

16.2.1 Direito de concessão/ Goodwill

Conforme o ICPC 09 os Direitos de concessão e *Goodwill* são classificados como investimentos, na controladora. Para fins de consolidação, ambos são classificados como Intangível.

16.3 Movimentação da Provisão para passivo a descoberto

Nota	Controladora					% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas	Transferência	Saldo em 30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014
Passivo a Descoberto								
São Manoel	912		478		(1.390)	-	33,334	33,334
Enercouth	133	(200)	19		48	-	100,00	100,00
Mabe Brasil	-			20	157	177	50,00	50,00
Terra Verde	278			(278)		-	100,00	100,00
Total	1.323	(200)	497	(258)	(1.185)	177		

16.3.1 Terra Verde

A Terra Verde teve sua liquidação aprovada pela Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em 3 de dezembro de 2014, sendo o acervo líquido da mesma, no montante de R\$3, incorporado pela EDP - Energias do Brasil em janeiro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.4 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Recitas		Resultado líquido do período	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
	Ordinárias / Quotas	Ordinárias / Quotas	Capital social integralizado	Capital social voluntate	Capital social integralizado	Capital voluntate	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
EDP Bandeirante	39.091.735	39.091.735	100,00	100,00	100,00	100,00	3.336.096	2.769.806	2.246.866	1.701.050	1.089.230	1.068.756	1.861.847	1.00.297
EDP Escelsa	5.876	5.876	100,00	100,00	100,00	100,00	3.053.165	2.839.121	213.923	1.932.115	917.337	907.006	1.414.934	66.624
Energest	1.000.572	1.000.572	100,00	100,00	100,00	100,00	818.888	826.931	252.672	236.321	563.216	594.970	157.448	23.551
Lajeado	113.680	113.680	55,86	100,00	55,86	100,00	1.667.255	1.655.308	685.397	683.131	971.658	966.177	249.412	6.311
CEJA	12.897	12.897	50,00	50,00	50,00	50,00	655.399	950.300	368.300	411.191	485.039	519.109	235.317	6.311
Enerpeixe	499.951	499.951	60,00	60,00	60,00	60,00	1.812.212	1.848.199	360.364	468.550	1.451.648	1.389.649	62.199	66.650
Cachoeira Calderão	271.993	271.993	50,00	50,00	50,00	50,00	1.159.744	1.021.077	633.296	665.927	526.448	355.150	23.568	62.199
EDP Comercializadora	26.217	26.217	100,00	100,00	100,00	100,00	579.239	593.808	466.771	504.908	112.468	88.900	23.568	39.062
EDP Grid	23	23	100,00	100,00	100,00	100,00	14.709	9.990	710	732	13.999	9.258	2.027	4.741
Porto do Pecém	2.286.193	943.436	100,00	50,00	100,00	50,00	4.425.485	4.595.625	3.219.332	3.657.026	1.206.153	938.599	608.512	(113.788)
Pecém TM	600	600	50,00	50,00	50,00	50,00	4.066	3.127	2.376	550	1.720	2.577	3.640	513
Pecém OM	763	763	50,00	50,00	50,00	50,00	4.052	4.389	3.541	511	352	3.405	159	1.468
São Manoel (I)	25.000	25.000	33,334	33,334	33,334	33,334	1.079.556	703.427	1.009.467	706.165	70.089	(2.738)	2.499	(2.173)
Terra Verde (II)			100,00	100,00	100,00	100,00	3	3		281		(278)		(649)
Mabe Brasil	260.285	260.285	50,00	50,00	50,00	50,00	112.242	90.592	112.557	90.545	(315)	47	21.826	(362)
Resende	21.513	18.085	100,00	100,00	100,00	100,00	21.219	21.225	3.428	3.428	17.791	17.797	(6)	(5)

(I) O total de ações em 31 de dezembro de 2014 é de 334 ações.
(II) O total de ações em 31 de dezembro de 2014 é de 100 ações.

16.5 Participação dos não controladores

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 é de R\$1.697.328, dos quais R\$10.691 corresponde à Costa Rica, R\$478.632 corresponde à Investco, R\$627.266 corresponde à Lajeado e R\$580.739 corresponde à Enerpeixe.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	Costa Rica			Investco			Enerpeixe			Energest			Porto do Pecém		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.480		71.546	101.552	26.467	208.045			1.389.649	1.313.447	540.314	1.175.790	1.160.482		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(62)	(1.226)	(920)	51.713	49.505				(45.000)	(65.147)	(101.011)				
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.316)	(92.296)	(117.185)	(19.767)	(236.564)				23.551	113.170	28.545		(236.250)		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.102	(21.976)	(16.553)	131.259	58.413	20.886			(5)	1.276	1.818	1.818	14.568		

16.6 Reconciliação das informações financeiras dos investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	EDP Bandeirante		EDP Escelsa		Lajeado		Enerpeixe		Energest		Porto do Pecém	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Patrimônio líquido - Saldo inicial	1.068.756	1.104.256	907.006	687.191	966.177	1.032.623	1.389.649	1.313.447	584.670	540.314	1.175.790	1.160.482
Distribuição de dividendos aos acionistas	(64.551)	(242.932)	(56.161)	(42.053)		(100.587)		(65.147)		(45.000)		
Lucro líquido (prejuízo) do período	100.297	240.256	66.624	181.575	5.680	34.016	62.199	141.349	23.551	113.170	28.545	(236.250)
Outros resultados abrangentes	(15.272)	(32.824)	(132)	80.293	1	125			(5)			
Reversão de dividendos										30.921		14.568
Patrimônio líquido - Saldo final	1.089.230	1.068.756	917.337	907.006	971.858	966.177	1.451.848	1.389.649	563.216	584.670	1.206.153	938.600
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86240%	55,86%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	100,00%	50,00%
Partes Beneficiárias	1.089.230	1.068.756	917.337	907.006	542.903	539.730	871.109	833.789	563.216	584.670	1.206.153	469.300
Benefício Fiscal					(252.150)	(252.150)						
Resultados Acumulados					56.420	56.420						
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.089.230	1.068.756	917.337	907.006	344.592	340.246	871.109	833.789	563.216	584.670	1.206.153	469.300
Participação dos não controladores	-	-	-	-	627.266	625.931	580.739	555.860	-	-	-	-

(*) Em 31 de dezembro de 2014 a Porto do Pecém era um empreendimento controlado em conjunto.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as informações financeiras resumidas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes estão apresentadas a seguir. A avaliação do investimento destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as IFRSs.

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto.

17.1 CEJA

A CEJA detém 100% da participação societária na ECE Participações que é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari.

Na Demonstração de Resultado consolidado da Companhia foram considerados os resultados acumulados da CEJA até junho de 2014, data da efetiva perda do controle.

17.1.1 Informações contábeis intermediárias

Balanco Patrimonial

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	30/06/2015	31/12/2014		30/06/2015	31/12/2014
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	54.186	169.280	Fornecedores	25.451	19.565
Outros ativos circulantes	44.694	93.463	Debêntures	11.275	52.379
	98.880	262.743	Outros passivos circulantes	65.273	100.313
				101.999	172.257
Não circulante			Não circulante		
Impostos e contribuições sociais	12.151	19.151	Tributos diferidos	201.782	205.065
Outros ativos não circulantes	37.267	30.313	Debêntures	348.920	348.688
	49.418	49.464	Empréstimos e financiamentos	741.388	727.226
			Outros passivos não circulantes	20.381	17.993
				1.312.471	1.298.972
Imobilizado	1.157.752	1.073.073			
Intangível	593.519	605.058	Patrimônio Líquido	485.099	519.109
Total do ativo	1.899.569	1.990.338	Total do passivo e patrimônio líquido	1.899.569	1.990.338

Demonstração do Resultado

	Consolidado			
	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Receitas	49.356	-	100.774	-
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(21.767)	-	(61.763)	-
Depreciação e amortização	(12.573)	(7)	(25.599)	(14)
Despesas e Receitas operacionais	(2.481)	(1.773)	(5.228)	(3.796)
Resultado financeiro	(26.748)	(9.626)	(49.427)	(18.312)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	661	225	7.233	554
Resultado líquido do período	(13.552)	(11.181)	(34.010)	(21.568)

17.1.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

Risco de perda provável

A ECE Participações, controlada integral da CEJA, possui demandas judiciais de natureza trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável em 30 de junho de 2015 no valor de R\$27. Não há demandas judiciais de natureza cível e fiscal com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados nas informações contábeis intermediárias.

Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2015 no valor de R\$1.833 (R\$122 em 31 de dezembro de 2014).

17.1.3 Compromissos contratuais e Garantias

Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2015, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CEJA), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controladas e estão atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção do empreendimento. As obrigações de compra incluem, principalmente, a contratação de prestação de serviços para a construção da UHE Jari.

	Consolidado				
	30/06/2015				31/12/2014
	Julho/2015 a Junho/2016	Julho/2016 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	A partir de Julho/2020	Total
Responsabilidades com locações operacionais	249	27			276
Materiais e serviços	20.167	4.999	569	1.452	27.187
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	110.937	149.948	75.241	123.456	459.582
	131.353	154.974	75.810	124.908	487.045
					499.368

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 30 de junho de 2015, ou seja, não descontados.

	Consolidado				
	30/06/2015				31/12/2014
	Julho/2015 a Junho/2016	Julho/2016 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	A partir de Julho/2020	Total
Responsabilidades com locações operacionais	233	26			259
Materiais e serviços	18.851	4.801	559	1.555	25.766
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	109.509	168.741	98.099	228.703	605.052
	128.593	173.568	98.658	230.258	631.077
					653.921

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Garantias

Consolidado			
Tipo de garantia oferecida	Modalidade	30/06/2015	31/12/2014
Depósito Cauçionado	Empréstimos e financiamentos	27.520	24.719
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos	397.356	381.421
	Debêntures	180.637	201.189
Fiança Corporativa	Empréstimos e financiamentos	397.356	381.421
	Debêntures	180.637	201.189
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	473.276	473.276
Penhor de direitos	Empréstimos e financiamentos	794.711	762.843
Seguro garantia	Executante construtor	39.273	39.273
		2.490.766	2.465.331

18 Ativo financeiro indenizável

As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada três anos no laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória - BRR para a EDP Escelsa e quatro anos para EDP Bandeirante, conforme estabelecido no Contrato de concessão, atualizados pelo IGP-M até a data do balanço. Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão. Os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do período.

A movimentação do período é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2014	Transfe-rências do ativo	Valor Justo	Baixas	Valor líquido em 30/06/2015
Ativo financeiro indenizável	940.160	(5.093)	27.887	(6.580)	956.374
Total	940.160	(5.093)	27.887	(6.580)	956.374
Não circulante	940.160				956.374
	940.160				956.374

As transferências do ativo intangível negativas de R\$5.093, estão justificadas pelas seguintes situações: (i) Imobilizações de obras de subestação, linhas e redes de distribuição e equipamentos gerais que corresponderam a aumento de R\$72.029; (ii) Imobilizações de obrigações especiais que corresponderam a uma redução de R\$77.122.

No caso das obrigações especiais, seguindo os dispositivos legais do Manual de Contabilidade da ANEEL, a EDP Bandeirante efetuou transferência dos valores de Receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos em subconta específica das Obrigações Especiais do "Em curso" para "Em serviço" em abril de 2015, em decorrência dos procedimentos do 4º Ciclo de Revisão Tarifária. Desta forma, a parcela que excede o prazo final da concessão, foi transferida a crédito para o Ativo financeiro indenizável.

19 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retratados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas posteriormente pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

No final das Concessões e Autorizações, o saldo remanescente dos ativos vinculados serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão ou na Autorização, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por parecer de seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

19.1 Composição do Imobilizado

	Controladora							
	30/06/2015				31/12/2014			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Terrenos								
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,25	9	(6)	3	6,25	8	(5)	3
Máquinas e equipamentos	12,58	16.117	(3.092)	13.025	12,56	16.113	(1.825)	14.288
Veículos	14,29	1.191	(644)	547	14,29	1.190	(580)	610
Móveis e utensílios	6,25	3.187	(1.138)	2.049	6,25	3.187	(1.047)	2.140
Total do Imobilizado em serviço		20.504	(4.880)	15.624		20.498	(3.457)	17.041
Imobilizado em curso								
Administração		7.600		7.600		6.073		6.073
Total do Imobilizado em curso		7.600	-	7.600		6.073	-	6.073
Total Imobilizado		28.104	(4.880)	23.224		26.571	(3.457)	23.114

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Consolidado							
	30/06/2015				31/12/2014			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		164.580		164.580		164.580		164.580
Reservatórios, barragens e adutoras	1,02	2.031.849	(434.250)	1.597.599	1,84	2.023.096	(413.407)	1.609.689
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,49	989.899	(224.510)	765.389	2,52	771.900	(197.670)	574.230
Máquinas e equipamentos	4,40	5.719.263	(838.383)	4.880.880	3,30	1.759.544	(456.997)	1.302.547
Veículos	17,66	13.464	(6.491)	6.973	13,78	4.176	(2.959)	1.217
Móveis e utensílios	2,07	2.513	(1.568)	945	5,37	2.514	(1.507)	1.007
		<u>8.921.568</u>	<u>(1.505.202)</u>	<u>7.416.366</u>		<u>4.725.810</u>	<u>(1.072.540)</u>	<u>3.653.270</u>
Sistema de Transmissão de Conexão	19.1.1							
Terrenos		1		1		1		1
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,29	8.425	(4.391)	4.034	3,33	8.424	(4.250)	4.174
Máquinas e equipamentos	2,52	111.571	(33.150)	78.421	3,35	86.832	(29.629)	57.203
		<u>119.997</u>	<u>(37.541)</u>	<u>82.456</u>		<u>95.257</u>	<u>(33.879)</u>	<u>61.378</u>
Administração								
Terrenos		3.638		3.638		3.638		3.638
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,17	236	(65)	171	5,17	235	(59)	176
Máquinas e equipamentos	12,91	30.533	(7.102)	23.431	12,44	19.098	(2.994)	16.104
Veículos	14,29	2.423	(1.541)	882	14,29	2.686	(1.606)	1.080
Móveis e utensílios	5,64	4.601	(2.024)	2.577	6,50	4.602	(1.876)	2.726
		<u>41.431</u>	<u>(10.732)</u>	<u>30.699</u>		<u>30.259</u>	<u>(6.535)</u>	<u>23.724</u>
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		85		85		85		85
Móveis e utensílios					6,67	361	(296)	65
		<u>85</u>		<u>85</u>		<u>446</u>	<u>(296)</u>	<u>150</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>9.083.081</u>	<u>(1.553.475)</u>	<u>7.529.606</u>		<u>4.851.772</u>	<u>(1.113.250)</u>	<u>3.738.522</u>
Imobilizado em curso								
Geração		251.630		251.630		195.053		195.053
Administração		9.147		9.147		7.660		7.660
Total do Imobilizado em curso		<u>260.777</u>	<u>-</u>	<u>260.777</u>		<u>202.713</u>	<u>-</u>	<u>202.713</u>
Total Imobilizado		<u>9.343.858</u>	<u>(1.553.475)</u>	<u>7.790.383</u>		<u>5.054.485</u>	<u>(1.113.250)</u>	<u>3.941.235</u>

19.1.1 Sistema de Transmissão de Conexão - Futura licitação de linhas de transmissão da controlada Investco

Do montante em 30 de junho de 2015 de R\$82.456 (R\$61.378 em 31 de dezembro de 2014), R\$48.521 (R\$49.893 em 31 de dezembro de 2014) é referente à controlada Investco e compõe o Sistema de Transmissão de Conexão, relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Investco até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Investco acerca da realização do Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas à atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão, todavia, não houve propostas para os respectivos ativos.

Em 9 de abril de 2015 foi aberta a Audiência Pública nº 018/2015 com vistas a obter subsídios e informações adicionais ao Edital do Leilão nº 01/2015-ANEEL, destinado a promover a contratação de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo, dentre elas, as instalações da Investco (LOTE I). Em 14 de julho de 2015 foi aprovado o Edital do Leilão cujo certame está previsto para ocorrer em 26 de agosto de 2015.

Após a respectiva licitação, os referidos ativos deverão ser transferidos ao novo concessionário, sem ônus ao mesmo, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Sendo assim, a Investco não identificou indícios de redução ao valor recuperável do imobilizado a serem feitos em suas informações contábeis intermediárias findas em 30 de junho de 2015.

19.2 Mutação do Imobilizado

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido em 30/06/2015
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3				3
Máquinas e equipamentos	14.287		4	(1.266)	13.025
Veículos	610			(63)	547
Móveis e utensílios	2.141			(92)	2.049
Total do Imobilizado em serviço	<u>17.041</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>(1.421)</u>	<u>15.624</u>
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	6.073	1.531	(4)		7.600
Total do Imobilizado em curso	<u>6.073</u>	<u>1.531</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>7.600</u>
Total do Imobilizado	<u>23.114</u>	<u>1.531</u>	<u>-</u>	<u>(1.421)</u>	<u>23.224</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						Valor líquido em 30/06/2015
	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	cia para imobilizado em serviço	Deprecia-ção	Baixas	Aquisição de empresas	Reclassifi-cação
Imobilizado em serviço							
Terrenos	168.305						168.305
Reservatórios, barragens e adutoras	1.614.993		8.975	(20.840)	(227)		1.602.901
Edificações, obras civis e benfeitorias	578.582			(9.377)		200.391	769.596
Máquinas e equipamentos	1.370.524	2.500	44.223	(56.116)	(423)	3.616.720	4.977.428
Veículos	2.315			(473)	(62)	6.075	7.855
Móveis e utensílios	3.803			(221)	(2)		3.521
Total do Imobilizado em serviço	3.738.522	2.500	53.198	(87.027)	(714)	3.823.186	7.529.606
Imobilizado em curso							
Terrenos	24.328	(418)					23.910
Reservatórios, barragens e adutoras	12.630	3.410	(3.661)		(1.745)		10.634
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.411	696				1.149	3.256
Máquinas e equipamentos	107.820	11.766	(49.537)		(137)	40.242	118.770
Adiantamento a fornecedores	7.182	1.670				41.505	50.357
A ratear	21.952	113			(2.333)		13.258
Outros	27.390	1.981			1	12.728	40.592
Total do Imobilizado em curso	202.713	19.218	(53.198)	-	(4.214)	95.624	260.777
Total do Imobilizado	3.941.235	21.718	-	(87.027)	(4.928)	3.918.810	7.790.383

Para o período findo em 30 de junho de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 30 de junho de 2015, a Administração da Companhia e suas controladas julgam que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

20 **Intangível**

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.

As servidões permanentes estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, com exceção da controlada Porto do Pecém, que amortiza suas servidões permanentes pelo prazo de autorização, ou seja, até julho de 2043.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

	Controladora						
	30/06/2015			31/12/2014			
	Taxa média de amortiza-ção %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortiza-ção %	Custo histórico	Amortiza-ção acumulada
Intangível em serviço							
Administração							
Software	19,98	4.427	(3.116)	1.311	19,98	4.428	(2.875)
Total do Intangível em serviço		4.427	(3.116)	1.311		4.428	(2.875)
Intangível em curso							
Administração		3.544	-	3.544		2.362	-
Total do Intangível em curso		3.544	-	3.544		2.362	-
Total do Intangível		7.971	(3.116)	4.855		6.790	(2.875)

	Consolidado							
	Nota	30/06/2015			Taxa média de amortiza-ção %	31/12/2014		
		Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortiza-ção acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Distribuição								
Direito de concessão - Infraestrutura	20.1	4,06	4.230.717	(2.509.543)	1.721.174	4,03	4.219.958	(2.438.567)
Direito de concessão - Outros	20.2	7,64	38.143	(18.828)	19.315	7,64	38.143	(18.099)
			4.268.860	(2.528.371)	1.740.489		4.258.101	(2.456.666)
Geração								
Software		17,52	3.328	(2.572)	756	20,00	2.091	(1.927)
Servidão permanente		18,18	4.280	(782)	3.498		509	509
Direito de concessão - Licenças ambientais	19,79	7,250	(4.132)	3.118	19,65	4.274	(3.572)	702
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	20,3	4,12	180.784	(55.962)	124.822	4,13	180.786	(52.233)
Direito de concessão - Outros	20,2	3,30	1.032.430	(341.791)	690.639	3,46	929.165	(324.804)
			1.228.072	(405.239)	822.833		1.116.825	(382.536)
Sistema de Transmissão de Conexão								
Servidão permanente			373	373			373	373
			373	-	373		373	-
Administração								
Software	19,96	12,233	(9.182)	3.051	19,96	12.200	(8.576)	3.624
			12.233	(9.182)	3.051		12.200	(8.576)
Total do Intangível em serviço			5.509.538	(2.942.792)	2.566.746		5.387.499	(2.847.778)
Intangível em curso								
Distribuição			89.994	89.994			10.820	10.820
Geração			38.236	38.236			55.966	55.966
Administração			5.302	5.302			4.118	4.118
Total do Intangível em curso			133.532	-	133.532		70.904	-
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora	20,4	5,06	940.511	(423.063)	517.448	5,06	940.511	(400.245)
(-) Provisão para manutenção de dividendos		5,06	(940.511)	423.063	(517.448)	5,06	(940.511)	400.245
			-	-	-		-	-
Goodwill	20,5							
Lajeado Energia e Investco			42.293	42.293			42.293	42.293
			42.293	-	42.293		42.293	-
Total do Intangível			5.685.363	(2.942.792)	2.742.571		5.500.696	(2.847.778)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Controladora									
	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Amortiza-ção	Valor líquido em 30/06/2015						
Intangível em serviço										
Software	1.553		(242)	1.311						
Total do intangível em serviço	1.553	-	(242)	1.311						
Intangível em curso										
Outros Intangíveis em curso	2.362	1.182		3.544						
Total do intangível em curso	2.362	1.182	-	3.544						
Total do Intangível	3.915	1.182	(242)	4.855						
Consolidado										
	Valor líquido em 31/12/2014	Ingressos	Juros capitaliza-dos	Transferên-cia para intangível em serviço	Transfe-rências para ativo financeiro indenizável	Amortização	Baixas	Aquisição de empresas	Reclassifi-cação para imobilizado	Valor líquido em 30/06/2015
Intangível em serviço										
Software	3.790			33		(696)	1	679		3.807
Servidão permanente	882					(41)		3.030		3.871
Direito de concessão - Licenças ambientais	702			2.976		(560)				3.118
Direito de concessão - Infraestrutura	1.781.391			39.664	5.379	(90.919)	(14.400)		59	1.721.174
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	128.551					(3.729)				124.822
Direito de concessão - Outros	624.405					(18.005)	(3.301)	106.855		709.954
Total do intangível em serviço	2.539.721	-	-	42.673	5.379	(113.950)	(17.700)	110.564	59	2.566.746
Intangível em curso										
Desenvolvimento de projetos	38.458	77					(17.340)		(633)	20.562
Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente (Nota 30.1)	(151.748)	(32.419)		136.584						(47.583)
Outros Intangíveis em curso	184.194	155.698	1.220	(179.257)	(286)		(1.016)			160.553
Total do intangível em curso	70.904	123.356	1.220	(42.673)	(286)	-	(18.356)	-	(633)	133.532
Goodwill	42.293									42.293
Total do Intangível	2.652.918	123.356	1.220		5.093	(113.950)	(36.056)	110.564	(574)	2.742.571

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de Intangível.

O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de impairment. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeixe, Lajeado, Investco e Porto do Pecém;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *equity value* ;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão, exceto EDP Comercializadora;
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M 5,15% a.a. e IPCA 5,56% a.a..

Em 31 de dezembro de 2014 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No período não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

20.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP Bandeirante e EDP Escelsa de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) (Nota 18). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

20.2 Direito de Concessão - Outros

	Consolidado		
	30/06/2015		
	Custo	Amortização	Total
EDP Bandeirante	38.143	(18.827)	19.316
Lajeado	122.533	(60.611)	61.922
Enerpeixe	3.837	(1.361)	2.476
Porto do Pecém	106.855	(473)	106.382
Pantanal	11.941	(5.489)	6.452
Investco	787.264	(273.858)	513.406
Total	1.070.573	(360.619)	709.954

Os direitos de concessão são mensurados pela diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, menos as despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.3 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao pagamento do direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado das UHE's e PCH's das controladas Investco, Enerpeixe, Energest e Pantanal. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o UBP, a valor presente, e amortizados até o final do contrato de concessão, para as controladas Enerpeixe e Investco, e pelo prazo de 5 anos a partir da mudança do regime de exploração, para as controladas Pantanal e Energest, com término em dezembro de 2018 e julho de 2019, respectivamente.

	Consolidado	
	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 30/06/2015
		Amortiza-ção
Investco	11.661	(324)
Enerpeixe	108.808	(2.482)
Pantanal	2.564	(321)
Energest	5.518	(602)
	128.551	(3.729)

20.4 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros e pelo prazo de concessão das companhias.

20.5 Goodwill - Lajeado e Investco

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O *goodwill*, gerado na combinação de negócios em setembro de 2008 no montante de R\$42.293, surgiu quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Enersul pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A. nas participadas Lajeado e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A. na Lajeado e Tocantins Energia S.A.

20.6 Desenvolvimento de projetos

Do montante de R\$17.340 referente a baixas, R\$12.450 refere-se a gastos com estudos, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins.

O projeto da UHE – Tupirantins consiste na construção de uma usina à jusante da UHE Lajeado, com potência de 620 MW, área de inundação de 370 Km² e um custo estimado de R\$1,4 bilhões. O processo ambiental da UHE está parado no IBAMA, principalmente em função das dificuldades de negociação com as comunidades indígenas da região norte do Tocantins, além de resultar na remoção de 3.000 famílias.

Trata-se de empreendimento cuja área de inundação se sobrepõe à reserva indígena, o que faz com que sua construção dependa de ato do Congresso Nacional. O cenário atual aponta para grandes dificuldades na viabilização de usinas hidrelétricas que conflitam com reservas indígenas. Pode-se identificar nos recentes estudos da UHE São Luiz do Tapajós que a presença de habitações indígenas, ainda que sem uma reserva legalmente constituída, vem impedindo o licenciamento ambiental.

Tal cenário, agravado pelo decurso de tempo do projeto, contribuiu para reduzir de forma significativa a atratividade do projeto e, portanto, em 30 de junho de 2015, a Administração da Investco concluiu pela provisão de redução ao valor recuperável do projeto, de acordo com os requisitos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, visto que não há expectativa para sua realização decorrente de implantação ou venda do projeto, pois não houve até o momento indicativo dos órgãos ambientais no sentido de sua aprovação. Quando houver a aprovação ambiental do projeto a Administração da Investco reavaliará a expectativa de sua implementação ou venda e a respectiva reversão da provisão.

21 Fornecedores

Nota	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica			784.846	713.593		3.065
Energia livre			81.261	76.708		
Encargos de uso da rede elétrica			61.262	55.518		
Operações CCEE	21.1		121.865	141.917		
Materiais e serviços	12.195	14.010	213.133	110.967		
Total	12.195	14.010	1.262.367	1.098.703		3.065

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

21.1 Aplicação do Generation Scaling Factor - GSF

Do montante a ser liquidado junto à CCEE de R\$121.865, R\$92.760 são relativos a aplicação do GSF das competências de maio e junho de 2015. O GSF é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas.

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, propuseram em 18 de junho de 2015 ação judicial visando prevenir e reparar danos que, desde janeiro de 2014 as Geradoras vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas relativas ao funcionamento do setor elétrico, circunstância essa revelada nos atuais e inéditos valores do GSF.

Conforme descrito na Nota 39.1 foi concedida liminar afastando os efeitos do GSF determinando que a CCEE se abstenha de proceder o ajuste no Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto. Atualmente aguarda-se recurso da ANEEL.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22 Debêntures

22.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fidejussório	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora					
											30/06/2015		31/12/2014			
											Encargos	Principal	Encargos	Principal	Circulante	Total
Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	50.000	10	500.000	2ª emissão em 11/04/2013	11/04/2013 a 11/04/2016	Investimentos gerais pela Companhia	CDI + 0,55%	Juros semestral e amortização em duas parcelas iguais em abril/15 e abril/16		6.888	250.000	12.546	250.000	250.000	512.546
(i) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil			(500)					Amortização mensal			(81)	(81)		(161)	(161)
Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	300	1.000	300.000	3ª emissão em 12/02/2014	12/02/2014 a 12/08/2015	Refinanciamento parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia	CDI + 0,72%	Principal e juros em parcela única no final		1.546	261.444	30.728	300.000	300.000	330.728
(i) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil								Amortização mensal			(144)	(144)	(576)		(576)
Total											8.434	511.219	43.274	549.424	249.839	842.537
Agente Fidejussório	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Consolidado					
											30/06/2015		31/12/2014			
											Encargos	Principal	Encargos	Principal	Circulante	Total
Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Escelsa	17.680	10	176.800	3ª emissão em 27/08/2014	27/08/2014 a 27/08/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 1,50%	Principal semestral a partir de 27/08/2018 e juros semestral		8.135	176.800	7.634		176.800	184.434
(i) Custos de emissão	EDP Escelsa								Amortização mensal			(481)	(481)		(550)	(550)
Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Bandeirante	300	1.000	300.000	5ª emissão em 30/04/2014	30/04/2014 a 30/04/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39%	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral		6.863	300.000	6.248		300.000	306.248
(i) Custos de emissão	EDP Bandeirante								Amortização mensal			(1.711)	(1.711)		(2.012)	(2.012)
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	EDP Bandeirante	39.000	10	390.000	4ª emissão em 01/07/2010	01/07/2010 a 01/07/2016	Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro.	CDI + 1,50%	Principal anual e juros semestral		15.511	156.000	19.753	156.000	156.000	331.753
(i) Custos de emissão	Energist	120.000	1	120.000	1ª emissão em 23/04/2012	23/04/2012 a 23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,88%	Principal anual a partir de abril/2016 e juros semestral		2.977	60.000	2.688		120.000	122.688
(i) Custos de emissão	Energist			(635)					Amortização mensal			(129)	(59)	(259)		(259)
Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	50.000	10	500.000	2ª emissão em 11/04/2013	11/04/2013 a 11/04/2016	Investimentos gerais pela Companhia	CDI + 0,55%	Juros semestral e amortização em duas parcelas iguais em abril/15 e abril/16.		6.888	250.000	12.546	250.000	250.000	512.546
(i) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil			(500)					Amortização mensal			(81)	(81)		(161)	(161)
Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	300	1.000	300.000	3ª emissão em 12/02/2014	12/02/2014 a 12/08/2015	Refinanciamento parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia	CDI + 0,72%	Principal e juros em parcela única no final		1.546	261.444	30.728	300.000	300.000	330.728
(i) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil								Amortização mensal			(144)	(144)	(576)		(576)
Pentágono S.A., Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	45.000	10	450.000	1ª emissão em 25/11/2013	25/11/2013 a 25/11/2019	Pagamento aos acionistas a título de reembolso das ações decorrente da redução do patrimônio líquido em 08/05/2013	CDI + 1,20%	Principal anual e juros semestral	Flança Corporativa da EDP Energias do Brasil	6.219	450.000	5.401		450.000	455.401
(i) Custos de emissão	Lajeado Energia								Amortização mensal			(2.093)	(2.093)		(2.400)	(2.400)
Total											48.139	726.929	84.988	705.136	1.447.364	2.237.510

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2 Mutação das debêntures no período

	Controladora				
	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação
Circulante					
Principal	550.000	(288.556)		250.000	511.444
Juros	43.274	(79.156)	44.316		8.434
Custo de transação	(576)			(161)	(225)
	<u>592.698</u>	<u>(367.712)</u>	<u>44.316</u>	<u>249.839</u>	<u>512</u>
					<u>519.653</u>
Não circulante					
Principal	250.000			(250.000)	-
Custo de transação	(161)			161	-
	<u>249.839</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(249.839)</u>	<u>-</u>
	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial
Circulante					
Principal	706.000	(366.556)		388.000	727.444
Juros	84.998	(165.528)	128.669		48.139
Custo de transação	(844)			(1.082)	(515)
	<u>790.154</u>	<u>(532.084)</u>	<u>128.669</u>	<u>386.918</u>	<u>1.411</u>
					<u>775.068</u>
Não circulante					
Principal	1.452.800			(388.000)	1.064.800
Custo de transação	(5.436)			1.082	(4.354)
	<u>1.447.364</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(386.918)</u>	<u>-</u>
					<u>1.060.446</u>

22.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2015	269.734	387.333
2016	249.919	387.735
	<u>519.653</u>	<u>775.068</u>
Não Circulante		
2016		77.095
2017		327.911
2018		304.539
2019		280.344
2020		70.557
	<u>-</u>	<u>1.060.446</u>
Total	<u>519.653</u>	<u>1.835.514</u>

As emissões de Debêntures feitas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão nos contratos vigentes estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) Descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) Descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (a) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (b) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (c) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;

(iv) Aplicável para EDP Bandeirante: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano para a 4ª Emissão de Debêntures e 31 de dezembro de cada ano para a 5ª Emissão de Debêntures.

Em Assembleia Geral de Debenturista da 4ª Emissão, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovada a alteração da definição de EBITDA para o cálculo dos índices financeiros presentes nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia. O EBITDA ajustado significará "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(v) Aplicável para EDP Escelsa: descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(vi) Aplicável para Lajeado e Energest: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;

(vii) Pedido de auto-falência;

(viii) Liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(ix) Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(x) Aplicável para Lajeado: perda da concessão, desde que tal perda não ultrapasse 10% de sua receita líquida, e desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações para as demais emissões;

(xi) Notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000 na Energest, e a R\$75.000 na Companhia como garantidora e na Lajeado, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações;

(xii) Aplicável à EDP Bandeirante e à EDP Escelsa: vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da companhia na Escritura de Emissão; e

(xiii) Aplicável para a Lajeado: extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% em relação ao seu faturamento total.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia e as controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest, encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

PÁGINA: 76 de 110

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342	3343	3344	3345	3346	3347	3348	3349	3350	3351	3352	3353	3354	3355	3356	3357	3358	3359	3360	3361	3362	3363	3364	3365	3366	3367	3368	3369	3370	3371	3372	3373	3374	3375	3376	3377	3378	3379	3380	3381	3382	3383	3384	3385	3386	3387	3388	3389	3390	3391	3392	339
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Moeda estrangeira														
	Porto do Prestem	USD 227.000	10/07/2009	USD 319.700	10/07/2009 a 15/05/2026	Índice de cobertura da dívida maior ou igual a 1,10 e índice passivo por patrimônio líquido máximo de 0,75-0,25; Pecém I.	Libor 6M + 3% a.a. Principal e juros semestrais a 3,50% a.a	3.701	70.250	816.107	a. Projeção de ações; b. depósitos caucionados; c. cessão de direitos e d. emissão de notas promissórias; e. hipoteca; e f. alienação de ativos.			
	Porto do Prestem	10/07/2009	10/07/2009		10/07/2009 a 15/05/2026			3.701	-	(3.109)	(13.097)	(16.206)	-	-
Derivativos														
Banco Citibank	Porto do Prestem	16/10/2007			16/10/2007 a 01/10/2024	Hedge frente ao financiamento do BID	Swap Libor 6M passivo ativo e 5,82% a.a.	MM	41.373	98.726	140.099	-	-	-
Banco HSBC	Porto do Prestem	15/06/2015			15/06/2015 a 15/05/2016	Hedge frente ao financiamento do BID	BRL/USD 1.852; BRL/USD 3.352; BRL/USD 3.1418	MM	(3.958)	(3.958)				-
Goldman Sachs	Porto do Prestem	13/11/2014			13/11/2014 a 16/12/2016	Hedge frente ao financiamento do BID	BRL/USD 3.3541; BRL/USD 2.6911	MM	(49.867)	(49.867)				-
Banco Citibank	Porto do Prestem	13/11/2014	-		13/11/2014 a 16/12/2016	Hedge frente ao financiamento do BID	BRL/USD 2.8395; BRL/USD 3.3529	MM	(20.155)	(20.155)				-
Total								82.414	19.458	1.314.171	(32.607)	66.119	28.272	571.240
												4.676.933	-	413.136

(f) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "X", CVA, sobrecontratação e neutralização dos encargos anormais".

(g) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "X", CVA, sobrecontratação e neutralização dos encargos anormais".

(E) O EBITDA Ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A", CVA, sobrecontratado e neutralidade dos encargos setoriais" e com outras rubricas não operacionais que tenham efeito no caixa.

(iii) Equivale a o resultado da interpolação linear das taxas internas de retorno observadas no mercado secundário das Notas do Tesouro Nacional Série B (NT-N-B).

[illegible]

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

As operações de *swap/hedge* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos no período

Controladora												
Circulante												
Circulante	Valor líquido em		Juros		Amortiza-ção	Valor líquido						
	31/12/2014	Ingressos	provisio- nados	Transfe- rências	do custo de transação	em 30/06/2015						
	-	750.000				750.000						
	-		30.924			30.924						
	-	(8.256)		(381)	2.912	(5.725)						
	-	741.744	30.924	(381)	2.912	775.199						
Controladora												
Não circulante												
Não circulante	Valor líquido em		Juros		Amortiza-ção	Valor líquido						
	31/12/2014	Ingressos	provisio- nados	Transfe- rências	do custo de transação	em 30/06/2015						
	-	300.000				300.000						
	-	(7.129)		381		(6.748)						
	-	292.871	-	381		293.252						
Consolidado												
Circulante												
Circulante	Valor líquido em		Juros	Juros		Ajuste a	Aquisição de	Amortiza-ção	Variação	Valor líquido		
	31/12/2014	Ingressos	Pagamentos	provisio- nados	integraliza- dos	Transfe- rências	valor de mercado	de empresas	do custo de transação	monetária e cambial	em 30/06/2015	
	Principal	579.126	750.000	(285.718)		9.488	115.987	(26.083)	170.647	11.642	1.325.089	
	Juros	98.296		(124.818)	107.168		1.582		186		82.414	
	Custo de Transação	(1.883)	(8.256)				(1.091)		(4.475)	5.329	(10.376)	
	675.539	741.744	(410.536)	107.168	9.488	116.478	(26.083)	166.358	5.329	11.642	1.397.127	
Consolidado												
Não circulante												
Não circulante	Valor líquido em		Juros	Juros		Ajuste a	Ajuste a	Aquisição de	Incorporação	Variação	Valor líquido	
	31/12/2014	Ingressos	provisio- nados	integraliza- dos	Transfe- rências	valor de mercado	valor presente	de empresas	de empresa	monetária e cambial	em 30/06/2015	
	Principal	417.143	941.584	3.342	(9.488)	(115.987)	5.390	951	2.206.398	(197.871)	22.511	3.273.973
	Juros	28.273		3.997		(1.582)		1.167			35	31.890
	Custo de Transação	(8)	(7.129)			1.091			(20.013)			(26.059)
	445.408	934.455	7.339	(9.488)	(116.478)	5.390	2.118	2.186.385	(197.871)	22.546	3.279.804	

23.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Controla-dora	Consolidado		
	Nacional	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante				
2015		407.222	(12.000)	395.222
2016	775.199	951.661	50.244	1.001.905
	775.199	1.358.883	38.244	1.397.127
Não circulante				
2016		107.340	51.260	158.600
2017		294.246	101.426	395.672
2018	293.252	884.403	103.292	987.695
2019		319.262	106.717	425.979
2020 até 2024		636.128	389.689	1.025.817
2025 até 2029		183.288	75.392	258.680
2030 até 2034		27.361		27.361
	293.252	2.452.028	827.776	3.279.804
Total	1.068.451	3.810.911	866.020	4.676.931

24 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas diretas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest e a controlada indireta Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 30 de junho de 2015.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do período em que os serviços são prestados.

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
BSPS - Reservas a amortizar			21.607	21.607	8.592	5.991
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA			899	898	887	988
Assistência médica e seguro de vida			20.095	20.092	338.945	329.595
Previdência privada	112	84	542	401		
	112	84	43.143	42.998	348.424	336.574

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

EDP Bandeirante

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1º de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da EDP Bandeirante, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede BPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano apuradas pela EnerPrev é da EDP Bandeirante;

A EDP Bandeirante possui um compromisso, decorrente de déficit atuarial calculado pela EnerPrev conforme diretrizes da Resolução CGPC nº26/2008, que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima. As premissas atuariais utilizadas pela EDP Bandeirante atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 26/2008.

(ii) Planos de Benefícios Misto – BD e CD

• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano apuradas pela EnerPrev é paritária entre a EDP Bandeirante e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à EDP Bandeirante.

EDP Escelsa

• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB na PREVIC. O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

Energest

A Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, por meio de dois planos de benefícios: Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, por meio de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

24.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazos, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditas pelos fluxos atuariais futuros.

24.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

EDP Bandeirante

	2015			2014		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(622.304)	594.706	(27.598)	(550.181)	550.181	-
Custo do serviço corrente	547		547	1.211		1.211
Custo dos juros	(37.032)	36.001	(1.031)	(64.133)	65.183	1.050
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(291)	(22.848)	(23.139)	(45.416)	(4.317)	(49.733)
Contribuições pagas pela Companhia		21.022	21.022		19.874	19.874
Contribuições pagas pelos empregados	(1.427)	1.427	-	(2.117)	2.117	-
Benefícios pagos pela Companhia	17.759	(17.759)	-	38.332	(38.332)	-
Saldo final reconhecido	(642.748)	612.549	(30.199)	(622.304)	594.706	(27.598)

As contribuições da EDP Bandeirante esperadas para este plano para o exercício de 2015 são de R\$21.607.

O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2015 é de R\$20.523 (perda atuarial de R\$5.251 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP Escelsa

	2015				2014			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento o do ativo	Ativo reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento o do ativo	Ativo reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(180.332)	296.353	(116.963)	717	(180.266)	284.873	(104.607)	1.638
Custo do serviço corrente	(34)			(34)	116			116
Custo dos juros	(10.717)	17.788	(7.103)	(32)	(20.767)	33.369	(12.356)	246
Ganhos/(perdas) atuariais	(1.169)	1.217		48	(2.238)	84		(2.154)
Contribuições pagas pela Companhia		18		18		850		850
Contribuições pagas pelos empregados	(8)	8		-	(70)	70		-
Benefícios pagos pelo plano	11.079	(11.079)		-	22.893	(22.893)		-
Mudança na recuperação do superávit				-				21
Saldo final reconhecido	(181.181)	304.305	(124.066)	717	(180.332)	296.353	(116.963)	717

As contribuições da EDP Escelsa esperadas para este plano para o exercício de 2015 são de R\$22.924.

O saldo de ganho atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2015 é de R\$1.390 (perda atuarial de R\$1.422 em 31 de dezembro de 2014).

24.1.3 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão da avaliação atuarial reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP Bandeirante		EDP Escelsa	
	2015	2014	2015	2014
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente		579		696
Custo dos juros		37.032		31.784
Rendimento esperado dos ativos		(36.001)		(32.592)
Contribuições esperadas dos empregados		(1.126)		(1.302)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	484	(1.414)	66	(181)
Remuneração do valor líquido do passado de benefício definido:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		22.848		4.820
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		291		101
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido				9.337
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	23.139	9.438	(48)	960
Total	23.623	8.024	18	779

24.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

EDP Escelsa e Energest

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA: Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados: Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da EDP Escelsa e Energest.

24.2.1 Avaliação atuarial

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2015 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

24.2.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	EDP Escelsa				Energest			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(344.118)	(344.118)	(440.625)	(440.625)	(6.834)	(6.834)	(7.775)	(7.775)
Custo do serviço corrente	(922)	(922)	(2.739)	(2.739)	(42)	(42)	(178)	(178)
Custo dos juros	(20.633)	(20.633)	(51.397)	(51.397)	(415)	(415)	(919)	(919)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(249)	(249)	123.776	123.776	(5)	(5)	1.933	1.933
Benefícios pagos pela Companhia	12.949	12.949	26.867	26.867	125	125	105	105
Saldo final reconhecido	(352.973)	(352.973)	(344.118)	(344.118)	(7.171)	(7.171)	(6.834)	(6.834)

As contribuições esperadas para estes benefícios durante o período de 2015 são de R\$20.721 na EDP Escelsa.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2.3 Despesas líquidas

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em outros resultados abrangente em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	EDP Escelsa		Energest	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	922	1.369	42	89
Custo dos juros	20.633	27.016	415	460
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	21.555	28.385	457	549
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido (Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	249	23.341	5	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	249	23.341	5	-
Total	21.804	51.726	462	549

Para estes planos o saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2015 para a EDP Escelsa é de R\$147.568 (R\$147.404 em 31 de dezembro de 2014).

24.3 EnerPrev – Planos de pensão do tipo Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do período de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra planos de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB e na PREVIC e a Companhia e suas controladas administram planos PGBL contratados, este por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e suas controladas. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições das patrocinadoras e do participante, conforme regulamento dos planos.

Na qualidade de patrocinadoras destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no período com R\$381 (R\$396 em 2014) e as controladas contribuíram no período com o montante de R\$1.539 (R\$1.393 em 2014).

Em 30 de junho de 2015 esses planos têm a adesão de 72^(*) colaboradores (66^(*) em 31 de dezembro de 2014) da Companhia e 991^(*) (963^(*) em 31 de dezembro de 2014) das suas controladas.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

25 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

Nota	Saldo em 31/12/2014	Consolidado						Saldo em 30/06/2015
		Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Ressarcimento CCRBT	Transferências	Aquisição de empresas	
Quota de reserva global de reversão - RGR	2.189	4.267		(5.533)				923
Conta de desenvolvimento energético - CDE	9.623	569.940		(445.271)				134.292
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	7.491	18.474		(20.287)				5.678
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	31.696			(36)				31.660
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	41.659	39.066	3.109	(31.547)			9.391	61.678
Bandeiras tarifárias		357.503		(43.881)	(258.688)	12.579		67.513
Outros encargos	1.056	6.326	438	(6.655)			208	1.373
Total	93.714	995.576	3.547	(553.210)	(258.688)	12.579	9.599	303.117
Circulante	86.695							289.374
Não circulante	7.019							13.743
Total	93.714							303.117

25.1 Conta de desenvolvimento energético - CDE

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.857 de 27 de fevereiro de 2015 homologou as quotas de CDE da EDP Bandeirante e EDP Escelsa a repassar à Eletrobrás para o exercício de 2015. Para as competências de janeiro e fevereiro, foram homologadas quotas mensais no valor de R\$16.388 e, para as competências a partir de março, foram homologadas quotas mensais no valor de R\$134.292.

O aumento expressivo na quota mensal teve como objetivo a recomposição do fundo da CDE face os repasses efetuados pelo mesmo às distribuidoras de energia no período de janeiro a dezembro de 2013 para a EDP Bandeirante e de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 para a EDP Escelsa, em função da conjuntura hidrológica desfavorável e de seus impactos no equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias.

Parte dos recursos para os pagamentos das quotas serão provenientes da RTE concedida à Companhia em 27 de fevereiro de 2015, aplicáveis às tarifas a partir de 02 de março de 2015 (Nota 5.1.2).

25.2 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pelas controladas, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 30 de junho de 2015 no montante de R\$61.678 (R\$41.659 em 31 de dezembro de 2014), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

25.3 Bandeiras tarifárias

Refere-se aos valores a repassar à CCRBT, gerida pela CCEE (Nota 5.1.1). O saldo é composto pela diferença entre os valores faturados líquidos de ICMS e valores estimados não faturados, a título de Bandeiras tarifárias, deduzidos de parte dos sobrecustos de energia e encargos.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 Provisões

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	26.1	10.391	10.771	33.732	35.061	20.465	20.152	218.347	188.633
Licenças Ambientais	26.2					14.313	2.520	4.131	6.940
Desmantelamento								7.663	
Total		10.391	10.771	33.732	35.061	34.778	22.672	230.141	195.573

26.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das informações contábeis intermediárias. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

26.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora								
	Passivo					Ativo			
	Baixas					Depósito Judicial			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014	
Trabalhistas	6.221				412	6.633	5	5	
Cíveis	674	2.040	(1.719)	(21)	138	1.112	122	122	
Outros	38.937	373		(4.596)	1.664	36.378			
Total	45.832	2.413	(1.719)	(4.617)	2.214	44.123	127	127	
Circulante	10.771					10.391			
Não circulante	35.061					33.732	127	127	
Total	45.832					44.123	127	127	
Consolidado									
	Passivo					Ativo			
	Baixas					Depósito Judicial			
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Aquisição de empresas	Saldo em 30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhistas	70.949	10.678	(5.811)	(6.703)	2.465	106	71.684	26.327	25.950
Cíveis	71.351	12.943	(12.203)	(1.396)	9.860		80.555	21.760	27.841
Fiscais	4.518		577	(577)	4		4.522	44	44
Outros	61.967	4.714	(3.278)	(5.551)	2.454	21.745	82.051		
Total	208.785	28.335	(20.715)	(14.227)	14.783	21.851	238.812	48.131	53.835
Circulante	20.152						20.465		
Não circulante	188.633						218.347	48.131	53.835
Total	208.785						238.812	48.131	53.835

26.1.1.1 Trabalhistas

EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, Investco, EDP GRID, Porto do Pecém e EDP - Energias do Brasil

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

26.1.1.2 Cíveis

EDP Bandeirante

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 30 de junho de 2015 é de R\$34.762 (R\$33.020 em 31 de dezembro de 2014), destacando-se:

- Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP Bandeirante cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP Bandeirante apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça - STJ discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 30 de junho de 2015 é de R\$21.753 (R\$19.859 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Escelsa

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 30 de junho de 2015 é de R\$2.505 (R\$2.103 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Investco

A Investco possui provisionado o montante de R\$7.631 (R\$7.008 em 31 de dezembro de 2014) que refere-se:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2015 é de R\$3.339 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2014).

(ii) Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2015 é de R\$4.292 (R\$3.795 em 31 de dezembro de 2014). O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 19).

26.1.1.3

Fiscais

EDP Bandeirante

A EDP Bandeirante possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia cujo o saldo em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$4.285.

Há também discussão administrativa sobre exigência relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas. O saldo provisionado em 30 de junho de 2015 é de R\$229 (R\$225 em 31 de dezembro de 2014).

26.1.1.4

Outros

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

Na Companhia as ações classificadas como Outros referem-se aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco e da Lajeado, anteriormente pertencentes à Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul, era exercido pela Companhia. O saldo em 30 de junho de 2015 é de R\$36.377 (R\$38.936 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Bandeirante

Para a controlada EDP Bandeirante parte do saldo desta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização. Em 30 de junho de 2015 o saldo é de R\$9.524 (R\$8.981 em 31 de dezembro de 2014).

Em setembro de 2014 foi provisionado pela EDP Bandeirante o valor de R\$7.209 relativo à penalidades estabelecidas pela ANEEL, por meio dos autos de infração nºs AI- 002/2014-SFF, de 27 de agosto de 2014 e AI-012/2014, de 26 de agosto de 2014, referentes a Fiscalização do ativo imobilizado em serviço e Fiscalização da Base de Remuneração do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, respectivamente. Em 15 de setembro de 2014, a EDP Bandeirante protocolou Recurso Administrativo junto a Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira - SFF da ANEEL e, atualmente, aguarda o juízo de reconsideração por parte da SFF.

Porto do Pecém

A controlada Porto do Pecém possui ação no montante de R\$21.745, cuja descrição encontra-se mencionada na nota 16.1 item (c).

26.1.2

Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias consolidadas, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em		Ativo		Saldo em		Ativo	
	30/06/2015	31/12/2014	Depósito Judicial	30/06/2015	31/12/2014	Depósito Judicial	30/06/2015	31/12/2014
Trabalhistas	1.490	1.363	418	411	78.584	68.841	6.463	6.322
Cíveis	9.671	275	218	214	538.074	445.802	9.584	3.519
Fiscais	38.964	31.433	2.441	2.352	907.455	838.502	18.075	16.996
Outros	3.035	6.758			25.500	19.366		
Total	53.160	39.829	3.077	2.977	1.549.613	1.372.511	34.122	26.837

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

26.1.2.1

Trabalhistas

EDP Escelsa

Refere-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração. O valor estimado em 30 de junho de 2015 é de R\$47.018 (R\$46.846 em 31 de dezembro de 2014).

26.1.2.2

Cíveis

Energest, Pantanal, Lajeado, Investco, Enerpeixe, Santa Fé e Costa Rica

As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em tramite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a presente data.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e as controladas aguardam intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Com base nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos das controladas classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 30 de junho de 2015 é de R\$20.520 (R\$18.139 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Bandeirante

• Processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à EDP Bandeirante julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a EDP Bandeirante interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da EDP Bandeirante ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a EDP Bandeirante e a White Martins interporam recursos perante o Superior Tribunal de Justiça. Em 02 de junho de 2015 foram julgados os recursos interpostos pelas partes. A decisão de 3ª Instância foi favorável à EDP Bandeirante. A White Martins ainda tem direito de interpor recurso contra esta decisão. O valor estimado em 30 de junho de 2015 é de R\$118.167 (R\$107.878 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Investco

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 26.1.1.2 - Indenizações e Desapropriações, no montante em 30 de junho de 2015 de R\$102.744 (R\$93.220 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Escelsa e EDP Bandeirante

• Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". O valor estimado em 30 de junho de 2015 da EDP Escelsa é de R\$34.853 (R\$30.807 em 31 de dezembro de 2014) e da EDP Bandeirante é de R\$78.320 (R\$69.228 em 31 de dezembro de 2014).

• Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as distribuidoras, por meio da ABRADÉE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. O valor estimado em 30 de junho de 2015 da EDP Escelsa é de R\$20.777 (R\$18.365 em 31 de dezembro de 2014) e da EDP Bandeirante é de R\$11.050 (R\$9.767 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Escelsa, EDP Bandeirante, Santa Fé, Pantanal, Lajeado, Investco, Costa Rica, Energest e Enerpeixe

• Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Em 18 de março de 2015 o recurso proposto pela SAESA foi rejeitado pela corte especial do STJ. O valor estimado consolidado em 30 de junho de 2015 é de R\$22.538 (R\$19.922 em 31 de dezembro de 2014).

26.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

A Companhia possui discussões administrativas relativas a não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 30 de junho de 2015 o valor de R\$18.789 (R\$18.297 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Bandeirante

• Discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP Bandeirante no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 30 de junho de 2015 de R\$125.971 (R\$122.767 em 31 de dezembro de 2014). A EDP Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo conforme critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09.

• Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, no valor atualizado até 30 de junho de 2015 de R\$23.609 (R\$23.230 em 31 de dezembro de 2014). A EDP Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Discussão judicial decorrente de Execução Fiscal que engloba débitos resultantes de reescrituração de ICMS relativos aos períodos de 2008, 2009 e 2013, que envolve o montante atualizado em 30 de junho de 2015 de R\$245 (R\$26.071 em 31 de dezembro de 2014). A Procuradoria da Fazenda Estadual cancelou a cobrança indevida de alguns débitos, o que resultou na redução do valor da contingência.

• Discussão administrativa no montante atualizado aproximado até 30 de junho de 2015 de R\$183.793 (R\$179.672 em 31 de dezembro de 2014), referentes às compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE).

• Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 30 de junho de 2015 é de R\$69.432 (R\$68.501 em 31 de dezembro de 2014). Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso nos Tribunais Superiores.

• Autuações de Prefeitura que exige o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica bem como taxas de fiscalização de obras em logradouros públicos. O valor da contingência em 30 de junho de 2015 é de R\$52.059 (R\$49.139 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Escelsa

• A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Escelsa; e (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 30 de junho de 2015 importam em R\$7.526 (R\$7.391 em 31 de dezembro de 2014) e atualmente aguardam decisão administrativa.

• Diversas prefeituras: A EDP Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 30 de junho de 2015 totalizam o montante de R\$17.236 (R\$16.796 em 31 de dezembro de 2014) e aguardam decisão em primeira instância.

• Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), que somam em 30 de junho de 2015 o valor de R\$112.958 (R\$110.415 em 31 de dezembro de 2014).

EDP Comercializadora

• Discussão judicial à exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 30 de junho de 2015 é de R\$16.859 (R\$16.688 em 31 de dezembro de 2014) e encontra-se garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento.

• Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos períodos de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 30 de junho de 2015 é de R\$14.556 (R\$14.182 em 31 de dezembro de 2014).

Lajeado

• Discussão administrativa referente a autuação em 2014 da Receita Federal do Brasil, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 30 de junho de 2015 é de R\$80.010 (R\$78.409 em 31 de dezembro de 2014).

Enerpeixe

• Processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009, foi notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o Capital Próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. O valor atualizado em 30 de junho de 2015 é de R\$16.544 (R\$16.327 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Porto do Pecém

• Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100 no montante de R\$67.672 ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Porto do Pecém submeteu o documento a avaliação dos consultores jurídicos externos que, em uma avaliação inicial, julgaram o risco de perda como possível.

26.1.2.4

Outros

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

Na Companhia, os valores referem-se a contingência descrita na nota 26.1.1.4.

Porto do Pecém

• Auto de Infração nº 703599, lavrado pelo IBAMA, sob a alegação de que houve suposta infração do artigo nº 61 do Decreto nº 6.514/08, item II da Resolução CONAMA nº 01 de 08 de março de 1990, qual seja, causar poluição sonora por meio do sistema de transporte de esteira de carvão em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana. O valor do auto apurado pela fiscalização em 30 de junho de 2015 é de R\$15.050.

26.1.3

Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais em 30 de junho de 2015 na Controladora é de R\$1.745 (R\$6.737 em 31 de dezembro de 2014) nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, EDP GRID e Investco é de R\$37.008 (R\$43.153 em 31 de dezembro de 2014).

Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, a EDP Bandeirante possui ação cujo o fato gerador do principal está a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo. Dada a materialidade do saldo, procedemos à divulgação da ação fiscal abaixo.

26.1.3.1

Fiscais

A EDP Bandeirante, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nº 55.421/10 e 55.867/10, que versam sobre a incidência de ICMS sobre perdas técnicas de energia (furto, desvio, fraude, entre outros). Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Fazenda Estadual interpôs recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 30 de junho de 2015 é de R\$267.170 (R\$223.771 em 31 de dezembro de 2014).

26.2

Licenças Ambientais

O montante em 30 de junho de 2015 de R\$18.444 (R\$9.460 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs e PCHs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

As controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Santa Fé, Pantanal, Energest, Investco, Enerpeixe e Porto do Pecém, estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares.

Os desembolsos de natureza ambiental durante o período de 2015 foram de R\$6.467 (R\$9.637 em 2014). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado e Intangível o valor de R\$4.204, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida no resultado do período, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R\$2.263, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

27

Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp

O saldo Circulante e Não circulante de R\$343.915 é relativo à controlada Porto do Pecém e refere-se à provisão para ressarcimento dos períodos de indisponibilidade da usina enquanto estava despachada pelo ONS. A provisão é reconhecida pelo montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel dos últimos 60 meses incorridos.

28

Patrimônio Líquido

28.1

Capital social

O Capital social da Companhia em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.182.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.415.612 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os Reservas de capital.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A composição do capital social em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Acionista	30/06/2015		31/12/2014		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1)	168.185.223	35,31	168.185.223	35,31	Sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc.Unipessoal Ltda. (1)	74.786.742	15,70	74.786.742	15,70	Sim
Conselheiros e Diretores	48	0,00	48	0,00	
Ações em tesouraria (2)	840.675	0,18	840.675	0,18	
Outros (3)	232.602.924	48,81	232.602.924	48,81	
Total	476.415.612	100,00	476.415.612	100,00	

- (1) Empresa de controle estrangeiro.
(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.
(3) Há 232.602.924 ações em circulação.

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	242.971.965	51,01	242.971.965	51,01
Quantidade de ações tesouraria	840.675	0,18	840.675	0,18
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	48		48	
Total de ações que não estão em circulação	243.812.688		243.812.688	
Total de ações	476.415.612		476.415.612	
Total de ações em circulação	232.602.924	48,81	232.602.924	48,81

28.2 Destinação do lucro
Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo nas informações contábeis intermediárias da Companhia ao final do período, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.
A Companhia tem por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.
Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com distribuição de: (i) dividendos no valor de R\$63.277; (ii) JSCP no valor de R\$133.300; e (iii) Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$509.750. Os dividendos e JSCP já haviam sido contabilizados em 31 de dezembro de 2014 e serão pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias.

28.3

Reservas

	Nota	30/06/2015	31/12/2014
Reservas de capital			
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Resultado na alienação de ações em tesouraria		60.247	60.247
Outras reservas de capital		44.927	45.729
		140.525	141.327
Reservas de lucros			
Legal		231.020	231.020
Retenção de lucros		1.535.151	1.025.401
Lucros retidos à deliberar	28.2		509.750
		1.766.171	1.766.171
Outros resultados abrangentes			
	28.3.1		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego		(171.135)	(155.726)
Hedge de fluxos de caixa		1.818	(36.861)
		(169.317)	(192.587)
Total		1.737.379	1.714.911

28.3.1 Outros resultados abrangentes
A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2015
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(192.587)	23.270	(169.317)
	(192.587)	23.270	(169.317)

29

Dividendos – Ativos e Passivos

	Controladora				Consolidado		
	Ativo		Passivo		Ativo	Passivo	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014
EDP Bandeirante	64.552	58.199					
EDP Escelsa	98.214	42.053					
Energest	71.151	26.151					
EDP Comercializadora	82.719	82.719					
Enerpeixe		33.225					
Acionistas - Investco						2.672	12.338
Lajeado	78.162	78.162					
Pecém TM	172				172		
Acionistas - Energias do Brasil			180.662	180.668		180.662	180.668
Eletrobrás						85.336	84.706
Governo de Tocantins						6.060	6.060
Furnas Centrais Elétricas S.A.							22.150
Total	394.970	320.509	180.662	180.668	172	274.730	305.922

Os dividendos serão recebidos e pagos até 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30

Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) As receitas de operações com energia elétrica e de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente;

(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada;

(iii) O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente;

(iv) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante;

(v) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes a Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica orçados na tarifa vigente pela ANEEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente a incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita; e

(vi) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 15.3) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

Nota	Movimentação do período					
	Controladora		Consolidado			
	R\$		MWh (*)		R\$	
	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014
Fornecimento						
Residencial			1.415.952	1.425.954	956.362	553.572
Industrial			881.168	957.265	518.021	300.835
Comercial			919.361	900.588	593.348	326.111
Rural			222.533	204.179	88.685	42.816
Poder público			151.267	150.240	93.919	52.793
Iluminação pública			149.234	139.909	60.539	29.942
Serviço público			112.103	120.034	58.956	28.958
Consumo próprio			3.504	2.907		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(871.637)	(522.924)
Fornecimento não faturado					(62.178)	4.461
	-	-	3.855.122	3.901.076	1.436.015	816.564
Suprimento de Energia elétrica			2.803.555	2.070.609	336.019	175.313
Energia de curto prazo			560.602	57.034	227.164	23.359
Comercialização					533.116	582.831
	-	-	3.364.157	2.127.643	1.096.299	781.503
	-	-	7.219.279	6.028.719	2.532.314	1.598.067
Receitas com operações de energia elétrica						
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão						
TUSD - outros			2.368.571	2.419.794	355.754	187.562
TUSD - clientes cativos					871.637	522.924
TUSD - não faturado					(11.705)	(2.364)
Receitas sobre ativos financeiros setoriais						
CVA					657.438	
Itens financeiros - RTE					(362.058)	
Itens financeiros - Outros					(3.845)	
PIS/COFINS					432	
Receita de construção					64.270	70.293
Subvenções					76.283	68.391
Ressarcimento por insuficiência de geração						(13.343)
Arrendamentos e aluguéis					28.202	27.067
Outras receitas operacionais	1.019	348			63.882	37.885
Receita operacional bruta	1.019	348	9.587.850	8.448.513	4.272.604	2.496.482
(-) Deduções à receita operacional	(116)	(3)			(1.678.379)	(658.638)
Tributos sobre a receita	(116)	(3)			(1.027.537)	(601.918)
ICMS					(642.103)	(385.022)
PIS/COFINS	(79)	24			(385.158)	(216.687)
ISS	(37)	(27)			(276)	(209)
Encargos do consumidor	-	-			(650.842)	(56.720)
P&D e PEE					(20.549)	(13.395)
CDE					(402.872)	(28.874)
RGR					(2.134)	(2.419)
PROINFA - Consumidores Livres					(11.799)	(12.032)
Bandeiras tarifárias					(200.512)	
Outros encargos					(12.976)	
Receita	903	345	9.587.850	8.448.513	2.594.225	1.837.844

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Acumulado do período							
		Controladora		Consolidado					
		R\$		Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
		01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Nota									
Fornecimento									
Residencial				2.735.471	2.635.445	3.000.700	2.993.999	1.830.756	1.184.547
Industrial				24.499	24.218	1.738.726	1.857.594	917.252	593.869
Comercial				240.603	233.689	1.940.915	1.886.043	1.121.743	690.898
Rural				183.009	176.806	476.741	399.670	165.840	84.485
Poder público				18.690	19.406	304.056	302.512	170.145	107.027
Iluminação pública				2.254	3.182	294.065	277.902	106.930	60.183
Serviço público				2.745	2.627	231.936	248.141	107.670	60.653
Consumo próprio				380	230	7.479	6.999		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos								(1.641.704)	(1.101.563)
Fornecimento não faturado								46.442	16.091
		-	-	3.207.651	3.095.603	7.994.618	7.972.860	2.825.074	1.696.190
Suprimento de Energia elétrica									
Energia de curto prazo				4	5	5.229.705	4.440.236	546.644	383.721
Comercialização				2		767.162	108.058	311.185	54.542
		-	-	6	5	5.996.867	4.548.294	1.035.384	1.247.859
		-	-					1.893.213	1.686.122
Receitas com operações de energia elétrica									
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão		-	-	3.207.657	3.095.608	13.991.485	12.521.154	4.718.287	3.382.312
TUSD - outros				249	247	4.813.083	4.921.749	576.640	369.709
TUSD - clientes cativos								1.641.704	1.101.563
TUSD - não faturado								31.513	(513)
Receitas sobre ativos financeiros setoriais		8							
CVA								773.383	
Itens financeiros - RTE								(497.520)	
Itens financeiros - Outros								(31.492)	
PIS/COFINS								(8.878)	
Receita de construção		31						118.920	139.435
Subvenções		15.3						146.068	116.790
Ressarcimento por insuficiência de geração									91.616
Arrendamentos e aluguéis								56.041	54.353
Outras receitas operacionais				1.304	610			113.087	124.623
Receita operacional bruta									
(-) Deduções à receita operacional				1.304	610	3.207.906	3.095.855	18.804.568	17.442.903
Tributos sobre a receita				(116)	(27)			7.637.753	5.379.888
ICMS				(116)	(27)			(2.898.826)	(1.372.004)
PIS/COFINS								(1.879.656)	(1.264.345)
ISS								(1.189.350)	(793.902)
Encargos do consumidor								(689.729)	(470.002)
P&D e PEE		25		(79)				(577)	(441)
CDE		25		(37)	(27)			(1.019.170)	(107.659)
RGR				-	-			(39.066)	(29.484)
PROINFA - Consumidores Livres								(569.940)	(49.274)
Bandeiras tarifárias		25						(4.267)	(4.838)
Outros encargos								(23.597)	(24.063)
								(357.503)	
								(24.797)	
Receita		1.188	583	3.207.906	3.095.855	18.804.568	17.442.903	4.738.927	4.007.884

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

30.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, seriam contabilizados como Obrigações especiais, anteriormente registrado como Receita operacional. Por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias, 2015 no caso da EDP Bandeirante e 2016 para EDP Escelsa, o valor acumulado nessa subconta, até a data do laudo de avaliação os ativos, deverá ser transferido para a situação de em serviço em Obrigações Especiais, quando então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais. Em abril de 2015, a EDP Bandeirante transferiu o montante de R\$136.585, para a situação de "Em serviço" em Obrigações Especiais, passando a receber o tratamento usual da depreciação.

Não obstante a essa determinação, as controladas, por meio da ABRADÉE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADÉE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

Em 19 de junho de 2012, o TRF-1 concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11. A ANEEL interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão que deferiu a produção de prova pericial. No referido agravo, após decisão que negou seguimento ao recurso, a ANEEL interpôs agravo regimental, ainda pendente de julgamento.

Em primeira instância, foi proferido despacho em 21 de janeiro de 2015 suspendendo os autos até julgamento do agravo interposto pela ANEEL. Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é possível, no entanto, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa efetuaram no período o registro contábil no montante de R\$32.419 (R\$27.601 em 2014), a débito da rubrica de Receita de fornecimento em contrapartida à Obrigações Especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 como retificadora do Intangível e do Ativo financeiro indenizável. O saldo dessa obrigação em ambas as distribuidoras em 30 de junho de 2015 é de R\$184.167 (R\$151.748 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$47.583 no Intangível em Curso (Nota 20) e o saldo restante de R\$136.584 bifurcado entre Intangível em serviço e Ativo financeiro indenizável.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31 Gastos operacionais

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração dos gastos operacionais estão discriminados a seguir:

(i) a energia elétrica comprada para revenda é reconhecida em conformidade com o regime de competência;

(ii) os gastos gerenciáveis são reconhecidos com base na associação direta da receita e quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia e suas controladas apresentam os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	Movimentação do período				Acumulado do período			
	Controladora				Controladora			
	01/04/2015 à 30/06/2015			01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015			01/01/2014 à 30/06/2014
	Despesas operacionais				Despesas operacionais			
	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	9.992		9.992	8.539	20.571		20.571	17.707
Material	246		246	234	445		445	492
Serviços de terceiros	13.078		13.078	8.986	24.567		24.567	17.406
Depreciação	3.573		3.573	18	4.285		4.285	195
Amortização	(1.318)		(1.318)	1.718	242		242	3.252
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		(1.830)	(1.830)	341		(2.203)	(2.203)	1.087
Aluguéis e arrendamentos	2.863		2.863	1.467	5.751		5.751	3.117
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens			-	(34)			-	(49)
Outras	10.233	171	10.404	3.604	12.600	167	12.767	9.088
	38.667	(1.659)	37.008	24.873	68.461	(2.036)	66.425	52.295
Total	38.667	(1.659)	37.008	24.873	68.461	(2.036)	66.425	52.295
Movimentação do período								
Consolidado								
01/04/2015 à 30/06/2015								01/04/2014 à 30/06/2014
Custo do serviço				Despesas operacionais				
				Gerais e administrativas				
Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda estrangeira - Itaipu	243.493						243.493	118.871
Moeda nacional	1.499.193						1.499.193	1.462.255
Ressarcimento CDE / CCEE / CONER/CCRBT	(3.696)						(3.696)	(189.231)
Encargos de uso da rede elétrica	119.745						119.745	86.212
Taxa de fiscalização	9						9	2.572
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)							-	8.503
Custo da matéria prima consumida		63.920					63.920	
Outras	3.717		(14.614)				(10.897)	4.263
	1.862.461	63.920	(14.614)	-	-	-	1.911.767	1.493.445
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			63.204	61		35.376	98.641	94.853
Material			5.027	(118)		3.307	8.216	7.811
Serviços de terceiros			62.327	181		43.283	105.791	89.809
Depreciação			44.256			12.722	56.978	29.505
Amortização			43.162			8.976	52.138	57.372
PCLD / perdas líquidas					17.504		17.504	13.151
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			35			6.870	6.905	11.621
Aluguéis e arrendamentos			1.802			4.336	6.138	4.985
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							22.086	5.549
Valor justo do ativo financeiro indenizável							(12.578)	8.528
Custo com construção da infraestrutura				64.270			64.270	70.293
Outras			19.065			9.624	28.478	15.695
	-	-	238.878	64.394	17.504	117.624	454.567	409.172
Total	1.862.461	63.920	224.264	64.394	17.504	117.624	2.366.334	1.902.617

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Acumulado do período							
		Consolidado							
		2015							2014
		Custo do serviço			Despesas operacionais				
					Gerais e administrativas		Outras		
Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas			Total	Total
Não gerenciáveis									
Energia elétrica comprada para revenda									
Moeda estrangeira - Itaipu		467.735						467.735	241.823
Moeda nacional		2.836.942						2.836.942	3.102.050
Ressarcimento CDE / CCEE / CONER/CCRBT	5.1.1	(258.688)						(258.688)	(590.721)
Encargos de uso da rede elétrica		232.941						232.941	169.664
Taxa de fiscalização		19						19	5.149
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)								-	20.853
Custo da matéria prima consumida			63.920					63.920	
Outras		6.657	(14.614)					(7.957)	9.869
		3.285.606	63.920	(14.614)	-	-	-	3.334.912	2.958.687
Gerenciáveis									
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			122.112	154		71.406		193.672	183.507
Material			7.731	439		6.162		14.332	14.680
Serviços de terceiros			114.320	1.309		85.568		201.197	179.348
Depreciação			71.905			18.558		90.463	58.660
Amortização			85.653			20.667		106.320	112.850
PCLD / perdas líquidas					39.138			39.138	28.558
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			35				14.179	14.214	15.437
Aluguéis e arrendamentos			2.227			8.492		10.719	9.455
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							44.417	44.417	18.482
Valor justo do ativo financeiro indenizável							(27.887)	(27.887)	(6.311)
Custo com construção da infraestrutura	30			118.920				118.920	139.435
Outras			31.966			17.023	746	49.735	38.101
		-	435.949	120.822	39.138	227.876	31.455	855.240	792.202
Total		3.285.606	63.920	421.335	120.822	39.138	227.876	31.455	4.190.152
									3.750.889

32 Ganho na aquisição/alienação de investimento

O montante em 30 de junho de 2015 de R\$884.697 refere-se à ganho na combinação de negócio no qual a Companhia adquiriu o controle da subsidiária Porto do Pecém. Para mais informações vide nota 16.1.

Em relação a montante de 30 de junho de 2014, em 27 de junho de 2014 foram consumadas as negociações relativas à venda de 50% das participações detidas pela Companhia nos empreendimentos CEJA e Cachoeira Caldeirão para a CWEL Brasil. O valor total da operação foi de R\$420,6 milhões, gerando um ganho para a Companhia de R\$408,0 milhões, dos quais, R\$202,9 milhões referem-se à operação de venda das participações e R\$205,1 milhões referentes a mais valia dos investimentos remanescentes.

33 Resultado financeiro

		Movimentação do período			
Nota		Controladora		Consolidado	
		01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014
Receitas financeiras					
	Renda de aplicações financeiras e cauções	10.506	286	28.037	26.726
	Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida			29.880	20.846
	Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada				1.126
	Operações de swap e hedge			17.939	
	Atualização monetária depósitos judiciais	368	296	2.140	1.744
	Atualizações monetárias sobre provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros		(26)	(82)	26
	Atualização monetária contratos de mútuo	8.836	5.372	3.220	4.859
8	Atualização sobre os ativos/ passivos financeiros setoriais			11.721	
	Variações monetárias moeda nacional	(188)	(146)	(187)	1.889
	Variações monetárias moeda estrangeira	1.078		10.452	2.396
	Juros e multa sobre impostos	1.905	6.030	2.384	23.303
	Ajustes a valor presente	464	454	1.525	1.902
	Remuneração das ações preferenciais				(1)
	(-) Juros capitalizados				(10.091)
	Outras receitas financeiras	345	4.235	5.132	10.503
		23.314	16.501	112.161	85.228
Despesas financeiras					
	Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			7.179	
33.1	Juros e multa sobre impostos	(865)	(783)	(1.648)	(1.792)
	Encargos de dívidas	(52.112)	(21.680)	(144.739)	(124.006)
	Variações monetárias moeda nacional	(612)	(1.170)	(11.422)	(999)
	Variações monetárias moeda estrangeira	(1.199)		(31.151)	
	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(377)	(116)	(2.624)	(3.200)
	Operações de swap e hedge				(3.680)
	Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(266)	7	(6.753)	(4.958)
	SELIC - Energia Livre			(2.389)	(1.795)
	Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários		461		461
	Ajustes a valor presente			(844)	(6.181)
	Atualização monetária contratos de mútuo			213	43
	Atualização monetária uso do bem público			(10.781)	398
	Benefícios pós-emprego			(11.086)	(14.500)
	(-) Juros capitalizados			1.134	33.170
	Outras despesas financeiras	(691)	(99)	(10.702)	(7.013)
		(56.122)	(23.380)	(225.613)	(134.052)
Total		(32.808)	(6.879)	(113.452)	(48.824)

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Acumulado do período			
	Controladora		Consolidado	
	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e cauções	10.865	3.689	38.695	49.596
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida			57.690	43.088
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada				2.935
Operações de swap e hedge			17.939	
Atualização monetária depósitos judiciais	368	296	3.621	3.180
Atualizações monetárias sobre provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros				53
Atualização monetária contratos de mútuo	16.925	10.176	9.225	9.384
Atualização sobre os ativos/ passivos financeiros setoriais	8		27.841	
Variações monetárias moeda nacional		5	1	4.197
Variações monetárias moeda estrangeira	1.078		10.452	5.532
Juros e multa sobre impostos	3.883	8.094	5.426	27.896
Ajustes a valor presente	926	906	3.897	4.439
Remuneração das ações preferenciais	3.124	2.334		
(-) Juros capitalizados				(21.945)
Outras receitas financeiras	497	5.823	10.820	15.156
	<u>37.666</u>	<u>31.323</u>	<u>185.607</u>	<u>143.511</u>
Despesas financeiras				
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	33.1		(17.804)	
Juros e multa sobre impostos	(1.675)	(1.574)	(3.112)	(3.743)
Encargos de dívidas	(78.363)	(47.462)	(244.103)	(243.442)
Variações monetárias moeda nacional	(1.673)	(2.216)	(12.786)	(2.753)
Variações monetárias moeda estrangeira	(2.917)		(32.869)	
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(386)	(116)	(2.633)	(3.200)
Operações de swap e hedge				(6.922)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(550)	7	(13.119)	(8.584)
SELIC - Energia Livre			(4.553)	(3.470)
Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários		(1.849)		(1.849)
Ajustes a valor presente			(4.153)	(14.445)
Atualização monetária uso do bem público			(20.531)	(11.707)
Benefícios pós-emprego			(22.150)	(27.680)
(-) Juros capitalizados			1.220	61.925
Outras despesas financeiras	(793)	(228)	(16.911)	(13.712)
	<u>(86.357)</u>	<u>(53.438)</u>	<u>(393.504)</u>	<u>(279.582)</u>
Total	<u>(48.691)</u>	<u>(22.115)</u>	<u>(207.897)</u>	<u>(136.071)</u>

33.1 Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada

A variação apresentada na rubrica é proveniente, substancialmente, da variação cambial pela compra de energia de Itaipu que é comercializada em Dólar. No semestre de 2015 o Dólar apresentou a cotação média de R\$2,97, enquanto que no mesmo período de 2014, esta cotação média era de R\$2,30, resultando em uma desvalorização média de 22,7%.

34 Imposto de renda e contribuição social

Nas controladas Costa Rica, Santa Fé, Pantanal e EDP GRID, o imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente.

Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado conforme sistemática do lucro real com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Movimentação período				Acumulado período			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL	862.922	285.107	927.667	273.329	946.074	384.692	1.115.865	493.881
Alíquota	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(293.393)	(96.936)	(315.407)	(92.932)	(321.665)	(130.795)	(379.394)	(167.920)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(343)	(249)	(491)	(345)	(640)	(518)	(815)	(718)
Perdas indedutíveis			(4.230)	(47)			(4.241)	(145)
Resultados de equivalência patrimonial	16.027	(31.110)	(24.300)	(7.171)	59.604	17.172	(37.301)	(11.919)
Outras	(10)	31	(2.413)	210	(259)	(193)	(2.934)	(702)
Outros								
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	158.765	26.779	166.735	23.130	144.006	12.849	152.373	5.881
(Adição) Reversão de diferenças permanentes			(2.442)	(2.445)			(4.883)	(4.887)
Ajustes na DIPJ referente período social anterior	(9)		(2.700)	3.269	438		(1.874)	1.996
Ajuste lucro presumido			2.711	2.772			6.564	7.673
Incentivos fiscais								
SUDAM / SUDENE			7.273	8.757			17.788	21.640
Outras			133	168			797	329
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(118.963)</u>	<u>(101.485)</u>	<u>(175.131)</u>	<u>(64.634)</u>	<u>(118.516)</u>	<u>(101.485)</u>	<u>(253.920)</u>	<u>(148.772)</u>
Alíquota efetiva	13,79%	35,60%	18,88%	23,65%	12,53%	26,38%	22,76%	30,12%

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

35 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No período de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Movimentação do período				Acumulado do período			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/04/2015 à 30/06/2015	01/04/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014	01/01/2015 à 30/06/2015	01/01/2014 à 30/06/2014
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas	743.959	183.622	743.959	183.622	827.558	283.207	827.558	283.207
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) *	475.575	475.575	475.575	475.575	475.575	475.575	475.575	475.575
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,56434	0,38611	1,56434	0,38611	1,74012	0,59550	1,74012	0,59550

* O número de ações ordinárias não está contemplando as ações em tesouraria.

36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

36.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

36.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- **Instrumentos mantidos até o vencimento**
Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- **Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado**
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
- **Empréstimos e recebíveis**
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Instrumentos disponíveis para venda**
São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. O Ativo financeiro indenizável das controladas é classificado como disponível para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma a refletir a melhor estimativa do Valor Novo de Reposição - VNR, conforme descrito na nota 18, que equivale ao valor justo, calculado conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente. Os efeitos desta mensuração são reconhecidos diretamente no resultado do período, pelo método da taxa efetiva de juros.
- **Outros ao custo amortizado**
São designados para essa categoria os passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora							
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
	Nota	Categoria	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	6.793	11.862	6.793	11.862
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	363.684	15.220	363.684	15.220
Títulos a receber		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	659	2.970	659	2.970
Empréstimos a receber	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2		72		72
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	3.576	3.436	3.576	3.436
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	8.275	7.705	8.275	7.705
Não circulante							
Títulos a receber		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	22.307	22.040	22.307	22.040
Empréstimos a receber	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	290.178	273.152	290.178	273.152
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	2.581	4.480	2.581	4.480
				698.053	340.937	698.053	340.937
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	21	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	12.195	14.010	12.195	14.010
Debêntures	22	Outros ao custo amortizado	Nível 2	519.653	592.698	519.653	592.698
Empréstimos e financiamentos	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	785.167		775.199	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	115.275	25.436	115.275	25.436
Não circulante							
Debêntures	22	Outros ao custo amortizado	Nível 2		249.839		249.839
Empréstimos e financiamentos	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	322.119		293.252	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2		2		2
				1.754.409	881.985	1.715.574	881.985
Consolidado							
				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
	Nota	Categoria	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	590.556	478.941	590.556	478.941
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.044.467	348.030	1.044.467	348.030
Títulos a receber		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	106	5.606	106	5.606
Consumidores e concessionárias	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	1.767.303	1.352.161	1.767.303	1.352.161
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	120.584	12.277	120.584	12.277
Rendas a receber		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.188	4.974	5.188	4.974
Ativos financeiros setoriais	8	Disponível para venda	Nível 2	586.104	383.378	586.104	383.378
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	10.481	9.049	10.481	9.049
Não circulante							
Títulos a receber		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	6.066	5.037	6.066	5.037
Ativo financeiro indenizável	18	Disponível para venda	Nível 3	956.374	940.160	956.374	940.160
Consumidores e concessionárias	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	51.727	284.759	51.727	284.759
Empréstimos a receber	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	14.946	200.149	14.946	200.149
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	7.112	36.924	7.112	36.924
Ativos financeiros setoriais	8	Disponível para venda	Nível 2	176.840	218.164	176.840	218.164
Outros créditos - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	2.154	3.518	2.154	3.518
				5.340.008	4.283.127	5.340.008	4.283.127
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	21	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	1.262.367	1.098.703	1.262.367	1.098.703
Debêntures	22	Outros ao custo amortizado	Nível 2	775.068	790.154	775.068	790.154
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23						
Contratos de mútuo		Empréstimos e recebíveis	Nível 2		72		72
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		Outros ao custo amortizado	Nível 2	1.438.740	676.044	1.429.734	675.467
Derivativos		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	(32.607)		(32.607)	
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	26.853	25.835	26.853	25.835
Passivos financeiros setoriais	8	Disponível para venda	Nível 2				
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	27	Outros ao custo amortizado	Nível 2	210.053		210.053	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	115.275	25.303	115.275	25.303
Não circulante							
Fornecedores	21	Empréstimos e recebíveis	Nível 2		3.065		3.065
Debêntures	22	Outros ao custo amortizado	Nível 2	1.060.446	1.447.364	1.060.446	1.447.364
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	23						
Contratos de mútuo		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	335.375		335.375	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		Outros ao custo amortizado	Nível 2	2.864.180	436.056	2.845.703	445.408
Derivativos		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	98.726		98.726	
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	267.359	258.344	267.359	258.344
Passivos financeiros setoriais	8	Disponível para venda	Nível 2	64.000		64.000	
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	27	Outros ao custo amortizado	Nível 2	133.862		133.862	
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	1.409		1.409	
				8.621.106	4.760.940	8.593.623	4.769.711

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo. Para apuração do valor justo das rubricas Caixa e equivalentes de caixa, Debêntures e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira;

(ii) Títulos a receber: são constituídos por Contratos de Cessão de Crédito celebrados entre a controlada Lajeado e as empresas Tangará Energia S.A. e Rede Energia S.A.. Na controladora encontram-se registrados nesta rubrica as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da Investco. Ambos os saldos estão reconhecidos a valor presente descontados à taxas que são compatíveis com a natureza de cada operação;

(iii) Consumidores e concessionárias: o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro;

(iv) Empréstimos a receber, Outros créditos e Outras contas a pagar - Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro. Os contratos de mútuos são realizados sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado;

(v) Cauções e depósitos vinculados: são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 23;

(vi) Ativo financeiro indenizável: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor justo do direito na data da demonstração financeira e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, homologados pela ANEEL a cada 3 ou 4 anos em laudo de avaliação da BRR. As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão. Do montante total de R\$956.374, R\$527.834 referem-se aos valores homologados pela ANEEL no 3º ciclo de Revisão Tarifária Periódica e R\$428.540 refere-se aos investimentos incorridos e que serão base para 4º ciclo de Revisão Tarifária atualizados pelo IGP-M até a data do balanço;

(vii) Ativos financeiros setoriais: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados utilizando premissas observáveis para as distribuidoras do setor de energia elétrica nos períodos de reajustes e revisões tarifárias. Sua mensuração leva em consideração a diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa conforme apresentado na nota 8. Devido a assinatura do aditivo ao Contrato de concessão em dezembro de 2014, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa passou a ter o direito assegurado pelo Poder Concedente do recebimento dos valores homologados e em constituição. As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente;

(viii) Fornecedores: tem giro constante e é composto, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação;

(ix) Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto;

(x) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M ou IPCA incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente. Para as controladas Enerpeixe e Investco a taxa de desconto é de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão. Para a controlada indireta Pantanal, a taxa de desconto é de 7,6% que representa a taxa de remuneração de capital (WACC regulatório). Para a controlada Energest, a taxa de desconto é de 6,92% que representa a taxa de financiamento do empreendimento.

36.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e suas controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e de suas controladas:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas classificados como valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

36.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e de suas controladas, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures captados pela Companhia e suas controladas apresentados nas notas 22 e 23, possuem como contraparte a Eletrobrás, os bancos BNDES, Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Citibank, Banco Bradesco, Banco HSBC, BID e Goldman Sachs, e os agentes fiduciários Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, SLW Corretora de Valores e Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e suas controladas criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2015, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado ao CDI, TJLP, Dólar, IPCA e ao Libor - 6M.

Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Mesmo com a recente desvalorização do Real frente ao Dólar e ao Euro, a captação e manutenção de possíveis empréstimos atrelados a estas moedas, especificamente, para a Companhia e suas controladas, são considerados favoráveis, dadas as taxas de juros ofertadas no mercado externo. Adicionalmente a esse cenário, pondera-se o risco cambial à operações com moedas estrangeiras onde, em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição é um fator relevante na análise de viabilidade de uma operação.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

36.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia e suas controladas efetuam avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	31.123			31.123	7.781	15.562	(7.781)	(15.562)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	46.993			46.993	11.748	23.497	(11.748)	(23.497)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	78.116			78.116	19.529	39.059	(19.529)	(39.059)
Debêntures	CDI	(32.125)			(32.125)	(7.267)	(14.401)	7.408	14.953
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(48.835)	(88.003)		(136.838)	(33.021)	(65.623)	33.457	67.370
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(88.677)			(88.677)	(19.374)	(38.592)	19.536	39.240
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(169.637)	(88.003)		(257.640)	(59.662)	(118.616)	60.401	121.563
		(91.521)	(88.003)		(179.524)	(40.133)	(79.557)	40.872	82.504
		Consolidado							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	76.340	3.204		79.544	24.828	44.585	(14.771)	(34.619)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	86.241			86.241	21.561	43.122	(21.561)	(43.122)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	5.034	2.582		7.616	8.177	9.944	4.531	2.650
Instrumentos financeiros ativos	CDI	167.615	5.786		173.401	54.566	97.651	(31.801)	(75.091)
Debêntures	CDI	(205.544)	(322.406)	(839)	(528.789)	(115.782)	(229.830)	117.598	237.090
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(99.547)	(171.748)		(271.295)	(61.598)	(122.119)	62.730	126.650
Empréstimos e financiamentos - NP	CDI	(88.677)			(88.677)	(19.374)	(38.592)	19.536	39.240
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(393.768)	(494.154)	(839)	(888.761)	(196.754)	(390.541)	199.864	402.980
		(226.153)	(488.368)	(839)	(715.360)	(142.188)	(292.890)	168.063	327.889
		Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(120.069)	(350.905)	(177.519)	(648.493)	(88.367)	(202.525)	88.367	202.525
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(120.069)	(350.905)	(177.519)	(648.493)	(88.367)	(202.525)	88.367	202.525
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	1.089			1.089	1.353	1.615	821	550
Instrumentos financeiros derivativos	TJLP	1.089			1.089	1.353	1.615	821	550
		(118.980)	(350.905)	(177.519)	(647.404)	(87.014)	(200.910)	89.188	203.075
		Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
BID	Dólar								
Principal	Dólar	(69.808)	(368.738)	(308.743)	(747.289)	(186.822)	(373.644)	186.822	373.644
Encargos	Dólar	(28.640)	(172.960)	(69.083)	(270.683)	(67.671)	(135.342)	67.671	135.342
Instrumentos financeiros passivos	Dólar	(98.448)	(541.698)	(377.826)	(1.017.972)	(254.493)	(508.986)	254.493	508.986
Swap - Ponta Ativa - BID	Dólar	(24.928)	(53.759)	(15.151)	(93.838)	145.452	373.841	(170.340)	(351.733)
Instrumentos financeiros derivativos	Dólar	(24.928)	(53.759)	(15.151)	(93.838)	145.452	373.841	(170.340)	(351.733)
		(123.376)	(595.457)	(392.977)	(1.111.810)	(109.041)	(135.145)	84.153	157.253
		Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	IPCA	(18.498)	(49.178)	(10.198)	(77.874)	(12.342)	(24.685)	12.342	24.685
Instrumentos financeiros passivos	IPCA	(18.498)	(49.178)	(10.198)	(77.874)	(12.342)	(24.685)	12.342	24.685
		Controladora							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
BID	Libor - 6M								
Encargos	Libor - 6M	(28.506)	(157.641)	(77.294)	(263.441)	(30.096)	(60.192)	30.096	60.192
Instrumentos financeiros passivos	Libor - 6M	(28.506)	(157.641)	(77.294)	(263.441)	(30.096)	(60.192)	30.096	60.192
Swap - Resultado - BID	Libor - 6M	(35.982)	(53.759)	(15.151)	(104.892)	35.181	70.361	(35.181)	(87.951)
Instrumentos financeiros derivativos	Libor - 6M	(35.982)	(53.759)	(15.151)	(104.892)	35.181	70.361	(35.181)	(87.951)
		(64.488)	(211.400)	(92.445)	(368.333)	5.085	10.169	(5.085)	(27.759)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP, Libor e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de suas controladas (no caso do consolidado).

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 12,6% e 14,3% a.a.; TJLP entre 5,5% e 7,0% a.a.; IPCA entre 5,8% e 10,1% a.a.; e Libor 6M entre 0,5% e 4,0% a.a..

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 22 e 23.

A Administração da Companhia e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de suas controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), Consumidores e concessionárias (Nota 7), Ativo financeiro indenizável (Nota 18) e Ativos financeiros setoriais (Nota 8). A Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição. Os Ativos financeiros setoriais serão homologados pelo Poder Concedentes e recebidos por meio da tarifa nos próximos reajustes ou revisões tarifárias.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros vincendos não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 37.1.

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa para as distribuidoras e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

A energia vendida pela geradoras dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as geradoras utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 30 de junho de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	9.663	1.986	546		12.195
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			115.275		115.275
Debêntures		269.734	249.919		519.653
Empréstimos e financiamentos			775.199	293.252	1.068.451
	9.663	271.720	1.140.939	293.252	1.715.574

	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	975.160	96.209	190.998			1.262.367
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			115.275	1.409		116.684
Debêntures	78.000	296.358	400.710	1.060.446		1.835.514
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	284.180	88.153	1.057.401	1.953.370	1.227.708	4.610.812
Derivativos			(32.607)	84.249	14.477	66.119
Uso do bem público	2.059	6.193	18.601	96.446	170.913	294.212
Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	109.319	34.594	66.140	133.862		343.915
Passivos financeiros setoriais				64.000		64.000
	1.448.718	521.507	1.816.518	3.393.782	1.413.098	8.593.623

36.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e de suas controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures podem acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 22 e 23. Até 30 de junho de 2015 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia e de suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

Controladora

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 30 de junho de 2015 foi negativo em R\$655.805 (R\$293.172 negativo em 31 de dezembro de 2014). Esta posição é decorrente da emissão de notas promissórias no valor de R\$750.000 enquanto a Administração da Companhia analisa alternativas com objetivo de alongar o prazo médio da dívida da Companhia, mantendo a liquidez necessária para continuar a fazer os investimentos necessários nos projetos em construção. Nesse sentido, a Companhia também captou R\$300.000 com o Banco do Brasil para a aquisição dos 50% remanescentes da Porto do Pecém.

Consolidado

O capital circulante líquido Consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 30 de junho de 2015 foi negativo em R\$152.790 (R\$432.739 negativo em 31 de dezembro de 2014). Esta posição é decorrente, principalmente, dos CCLs negativos apresentados pela Companhia e pelas controladas Energest e Porto do Pecém. Por outro lado, a melhora no CCL ocorreu em função da melhora substancial nos CCLs das distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa por causa do reajuste tarifário extraordinário e cobertura das bandeiras tarifárias.

Além das medidas adotadas pela Companhia já descritas anteriormente, acreditamos que as controladas Energest e Porto do Pecém possuem liquidez satisfatória, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, dado que ambas recebem recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

36.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor as controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração das controladas.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos das controladas, pode-se levar em face a composição de 9,21% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 7.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam métodos tradicionais de cobrança por meio de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e suas controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

36.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Todas as operações com derivativos no consolidado referem-se à EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Porto do Pecém.

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados das controladas durante o período assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

						Nocional R\$/USD	Valor Justo	Efeitos no Resultado			
Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014		
Swap											
Ativo	EDP Escelsa	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	20/02/2018	Libor 6M + 1,275 % a.a. 93,40% do CDI				(1.883)		
Passivo								1.578			
						-	-	-	(3.461)		
Ativo	EDP Bandeirante	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	20/02/2018	Libor 6M + 1,275 % a.a. 93,40% do CDI				(1.883)		
Passivo								1.578			
						-	-	-	(3.461)		
Ativo	Pecém	Citibank	02/04/2012	01/10/2021	Var. USD + Libor	440.001	496.986				
Passivo					Var. USD + 5,79% a.a	434.160	429.875		(2.179)		
						5.841	67.111	2.179	-		
Ativo	Pecém	Citibank	02/04/2012	01/10/2024	Var. USD + Libor	367.534	432.442				
Passivo							362.628	359.455		9	
							4.906	72.987		(9)	-
Passivo	Pecém	Citibank	13/11/2014	16/11/2016	BRL/USD 2,8395 BRL/USD 3,3529		20.154	7.167			
						-	(20.154)	(7.167)	-		
Passivo	Pecém	HSBC	15/05/2015	16/05/2016	BRL/USD 3,3522 BRL/USD 3,3527 BRL/USD 3,1418		3.959	4.679			
						-	(3.959)	(4.679)	-		
Passivo	Pecém	Goldman Sachs	13/11/2014	16/11/2016	BRL/USD 3,3541 BRL/USD 2,6911		49.866	11.018			
						-	(49.866)	(11.018)	-		
Total							66.119	(20.694)	(6.922)		

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2.4.1 EDP Bandeirante e EDP Escelsa

As controladas tinham contratado um instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de um *hedge accounting* de valor justo com a finalidade de proteger o passivo reconhecido junto ao Banco de Investimento Europeu - BEI.
Em 15 de agosto de 2014, com o pagamento antecipado do empréstimo junto ao BEI das controladas, também foi liquidado antecipadamente o *swap* relativo à proteção do respectivo empréstimo.
O ganho bruto da liquidação do *swap* foi de R\$18.850, que representa R\$16.022 líquido de Imposto de Renda.

36.2.4.2 Porto do Pecém

Em 10 de julho de 2009, foram assinados com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES os contratos de financiamentos de longo prazo descritos na nota 23. Com vista ao financiamento do Capex no período anterior a 10 de julho de 2009, fez-se necessária a contratação de empréstimo-ponte junto ao Citibank, o qual foi quitado com os recursos provenientes de referidos contratos.
Considerando o fato de que grande parte do investimento é denominada em dólares norte-americanos e em euros, e que suas receitas futuras serão lastreadas em reais, houve a contratação de instrumentos derivativos para fins de proteção patrimonial. Em 1º de abril de 2009, a Porto do Pecém adotou metodologia de contabilização de *hedge* econômico tendo como item objeto de *hedge* a variação cambial dos financiamentos em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é uma *Non-Deliverable Forward* (NDF) com vencimento até maio de 2016, com valor nominal de USD261.847.
Em 30 de outubro de 2009, houve a liquidação do empréstimo-ponte. Nesta mesma data ocorreu a liberação de USD260 milhões referentes à primeira parcela do financiamento de longo prazo do BID, e calculou-se o AVP com base nos USD67 milhões ainda não desembolsados pelo BID (antes desta liberação, o AVP foi calculado com base nos USD169 milhões de exposição referentes à diferença entre o derivativo contratado de USD327 milhões e o empréstimo-ponte de USD158 milhões). Em 31 de agosto de 2010, houve a liberação de USD50 milhões referente a segunda parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o AVP com base nos USD17 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID. Em 4 de fevereiro de 2011, houve liberação de USD9 milhões referente a terceira parcela do financiamento de longo prazo do BID, passando assim a calcular o AVP com base nos USD7 milhões restantes, ainda não desembolsados pelo BID.
Em 1º de abril de 2011, a Porto do Pecém adotou metodologia de *hedge accounting* tendo como item objeto de *hedge* a taxa *libor* dos juros para o período de amortização referente o financiamento em dólares norte-americanos de longo prazo com o BID. O instrumento derivativo designado para essa relação é um termo *float/fixed* do fluxo de caixa da taxa de juros com vencimento entre outubro/2012 e outubro/2024, cujos valores nominais referem - se à expectativa de desembolso acumulado dos juros de longo prazo com o BID.
Por se tratar de *hedge accounting* classificado como de fluxo de caixa, as alterações geradas pela variação do MTM (*mark-to-market*), líquido dos juros provisionados, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial quando considerado efetivo. A diferença entre o valor justo e a taxa *libor* é a parcela inefetiva e, por consequência, é reconhecida no resultado.
Em 2013, conforme a política de *hedge* da Porto do Pecém, durante os testes de efetividade executados periodicamente verificou-se que, a partir de abril de 2013 para o *Swap Tranche B* e a partir de julho de 2013 para o *Swap Tranche A*, os *hedges* tornaram-se inefetivos devido ao comportamento das curvas futuras de mercado, sendo os efeitos destas operações registrados no resultado a partir das respectivas datas.
Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Porto do Pecém no período são:

	30/06/2015	
	Resultado	Patrimônio Líquido
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	(3.040)	(870)
Riscos de taxas de juros e moeda	20.979	(1.884)
Total	17.939	(2.754)

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

Vencimento	Swap Líquido
2015	43.474
2016	(28.307)
2017	(27.021)
Após 2018	(54.265)
Receber / (pagar)	(66.119)

36.2.5 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Nota	Consolidado	
		2015	2014
Total dos empréstimos e debêntures	22 e 23	6.512.445	3.358.465
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(1.635.023)	(826.971)
Dívida líquida		4.877.422	2.531.494
Total do Patrimônio Líquido		7.438.367	6.566.803
Total do capital		12.315.789	9.098.297
Índice de alavancagem financeira - %		39,60	27,82

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

37 Compromissos contratuais e Garantias

37.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2015 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	Controladora				
	30/06/2015				31/12/2014
	Julho/2015 a Junho/2016	Julho/2016 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	A partir de Julho/2020	Total
Responsabilidades com locações operacionais	16.060	13.772	139		29.971
Obrigações de compra					
Materiais e serviços	61.705	44.551	4.618	15	110.889
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	150.540	85.995	6.451		242.986
	228.305	144.318	11.208	15	383.846
					238.562
	Consolidado				
	30/06/2015				31/12/2014
	Julho/2015 a Junho/2016	Julho/2016 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	A partir de Julho/2020	Total
Responsabilidades com locações operacionais	41.588	33.064	5.377	4.402	84.431
Obrigações de compra					
Compra de Energia	3.668.169	5.954.220	5.521.969	19.525.330	34.669.688
Comercialização de energia	965.316	972.704	416.070	84.933	2.439.023
Encargos de conexão e Transporte de Energia	371.734	641.107	558.376	1.600.436	3.171.653
Materiais e serviços	1.071.067	520.463	42.037	37.192	1.670.759
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	547.566	640.204	270.275	154.199	1.612.244
	6.665.440	8.761.762	6.814.104	21.406.492	43.647.798
					40.355.472

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas até a data base de 30 de junho de 2015, ou seja, ou seja, não descontados.

	Controladora				
	30/06/2015				31/12/2014
	Julho/2015 a Junho/2016	Julho/2016 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	A partir de Julho/2020	Total
Responsabilidades com locações operacionais	14.828	13.641	144		28.613
Materiais e serviços	57.069	44.228	4.794	17	106.108
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	143.991	96.996	8.609		249.596
	215.888	154.865	13.547	17	384.317
					222.604
	Consolidado				
	30/06/2015				31/12/2014
	Julho/2015 a Junho/2016	Julho/2016 a Junho/2018	Julho/2018 a Junho/2020	A partir de Julho/2020	Total
Responsabilidades com locações operacionais	38.482	32.926	5.643	5.498	82.549
Obrigações de compra					
Compra de Energia	3.771.816	7.715.546	8.301.736	50.523.145	70.312.243
Comercialização de energia	921.044	970.676	443.285	97.689	2.432.694
Encargos de conexão e Transporte de Energia	371.521	757.052	749.257	2.737.464	4.615.294
Materiais e serviços	992.225	513.299	44.537	45.374	1.595.435
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	533.530	714.477	330.402	256.289	1.834.698
	6.628.618	10.703.976	9.874.860	53.665.459	80.872.913
					78.041.825

37.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Aval de acionista	Seguro de vida	42.500	42.708	297.903	302.990
	Ações judiciais	222	222	592	271
	Empréstimos e financiamentos	3.354	3.214	44.241	44.880
	Compra de energia			6.792	3.689
Depósito Cauçionado	Outros			359	358
	Ações judiciais	7.879	7.879	295.503	306.479
	Compra de energia			28.032	36.960
	Empréstimos e financiamentos	188.335		308.704	
Fiança Bancária	Outros	9.232	9.232	50.386	14.527
	Compra de energia			160.922	191.071
	Empréstimos e financiamentos			792.693	340.706
	Debêntures			456.219	455.401
Fiança Corporativa	Compra de energia			308.499	281.626
	Empréstimos e financiamentos			55.439	60.454
	Outros			36.689	38.499
	Empréstimos e financiamentos			2.637.514	266.811
Recebíveis	Outros			3.452	10.643
	Empréstimos e financiamentos			2.902.141	615.948
	Empréstimos e financiamentos			201.752	204.590
	Ações judiciais			101.230	3.987
Seguro garantia	Compra de energia			17.356	12.592
	Outros	502	503	512	2.003
		252.024	63.758	8.706.930	3.194.485

Notas Explicativas

Notas explicativas

Período findo em 30 de junho de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

38.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

38.1.1 Demonstração do Resultado

	2015						
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	3.276.781	884.032	1.061.729	1.188	6.989	(491.792)	4.738.927
Custo da produção e do serviço de energia elétrica							
Custo do serviço de energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(2.191.035)	(338.179)	(998.702)			481.927	(3.045.989)
Encargos de uso da rede elétrica	(188.854)	(47.204)	(6.556)			9.673	(232.941)
Outros custos do serviço de energia elétrica		(19)	(6.657)				(6.676)
	(2.379.889)	(385.402)	(1.011.915)	-	-	491.600	(3.285.606)
Custo da produção da energia elétrica							
Custo da matéria prima consumida		(63.920)					(63.920)
	-	(63.920)	-	-	-	-	(63.920)
Custo de operação							
Pessoal	(101.855)	(17.667)	(2.590)				(122.112)
Materiais e serviços de terceiros	(105.726)	(15.706)	(811)			192	(122.051)
Depreciações e amortizações	(82.529)	(75.008)	(21)				(157.558)
Outros custos de operação	(30.114)	11.439	(939)				(19.614)
	(320.224)	(96.942)	(4.361)	-	-	192	(421.335)
	(2.700.113)	(546.264)	(1.016.276)	-	-	491.792	(3.770.861)
Custo do serviço prestado a terceiros	(120.814)				(8)		(120.822)
Lucro bruto	455.854	337.768	45.453	1.188	6.981	-	847.244
Despesas e Receitas operacionais							
Despesas com vendas	(39.240)		(68)		170		(39.138)
Despesas gerais e administrativas	(93.528)	(25.698)	(3.782)	(63.934)	(1.709)		(188.651)
Depreciações e amortizações	(5.433)	(17.223)	(157)	(4.527)		(11.885)	(39.225)
Ganho na alienação de investimento				884.697			884.697
Outras Despesas e Receitas operacionais	(8.722)	(24.777)		2.036	8		(31.455)
	(146.923)	(67.698)	(4.007)	818.272	(1.531)	(11.885)	586.228
Resultado das participações societárias							
Equivalência patrimonial		(84.087)		175.305		(200.928)	(109.710)
	-	(84.087)	-	175.305	-	(200.928)	(109.710)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	308.931	185.983	41.446	994.765	5.450	(212.813)	1.323.762
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	112.325	47.479	3.135	37.666	137	(15.135)	185.607
Despesas financeiras	(171.189)	(142.324)	(8.767)	(86.357)	(2)	15.135	(393.504)
	(58.864)	(94.845)	(5.632)	(48.691)	135	-	(207.897)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	250.067	91.138	35.814	946.074	5.585	(212.813)	1.115.865
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.697)	(41.898)	(12.265)	437	(850)		(81.263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(56.449)	(1.314)	19	(118.953)		4.040	(172.657)
	(83.146)	(43.202)	(12.246)	(118.516)	(850)	4.040	(253.920)
Resultado líquido do período	166.921	47.936	23.568	827.558	4.735	(208.773)	861.945
Atribuível aos acionistas controladores	166.921	13.549	23.568	827.558	4.735	(208.773)	827.558
Atribuível aos acionistas não controladores		34.387					34.387

Notas Explicativas

Notas explicativas
Período findo em 30 de junho de 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2014					
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações
Receitas	2.459.065	727.063	1.259.717	583	2.027	(440.571)
Custo da produção e do serviço de energia elétrica						
Custo do serviço de energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(1.801.530)	(208.947)	(1.173.667)			430.992
Encargos de uso da rede elétrica	(133.807)	(38.653)	(6.627)			9.423
Outros custos do serviço de energia elétrica			(9.869)			(9.869)
	(1.935.337)	(247.600)	(1.190.163)	-	-	440.415
Custo de operação						
Pessoal	(93.760)	(12.805)	(2.363)			
Materiais e serviços de terceiros	(97.560)	(11.729)	(1.290)			156
Depreciações e amortizações	(86.838)	(51.927)	(28)			
Outros custos de operação	(24.832)	(1.260)	(893)			
	(302.990)	(77.721)	(4.574)	-	-	156
Custo do serviço prestado a terceiros	(2.238.327)	(325.321)	(1.194.737)	-	-	440.571
Lucro bruto	(142.616)	(242)	(55)			
Despesas e Receitas operacionais	78.122	401.500	64.925	583	2.027	-
Despesas com vendas	(31.888)	1.522	1.812			
Despesas gerais e administrativas	(89.433)	(32.709)	(4.256)	(47.716)	(962)	
Depreciações e amortizações	(4.562)	(16.512)	(237)	(3.447)		(7.959)
Ganho na alienação de investimento				408.011		
Outras Despesas e Receitas operacionais	(29.500)	(23.208)	15	(1.132)	10	
Resultado das participações societárias	(155.383)	(70.907)	(2.666)	355.716	(952)	(7.959)
Equivalência patrimonial		(37.972)		50.508		(47.591)
	-	(37.972)	-	50.508	-	(47.591)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	(77.261)	292.622	62.259	406.807	1.075	(55.550)
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	96.936	20.577	791	31.323		(6.116)
Despesas financeiras	(127.223)	(101.054)	(3.983)	(53.438)		6.116
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(30.287)	(80.477)	(3.192)	(22.115)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(107.548)	212.145	59.067	384.692	1.075	(55.550)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	820	(74.569)	(19.389)	(31.763)	(229)	
	35.969	8.021	(616)	(69.722)		2.706
	36.789	(66.548)	(20.005)	(101.485)	(229)	2.706
Resultado líquido do período	(70.759)	145.597	39.062	283.207	846	(52.844)
Atribuível aos acionistas controladores	(70.759)	83.695	39.062	283.207	846	(52.844)
Atribuível aos acionistas não controladores		61.902				

38.1.2 Balanço Patrimonial

	30/06/2015					
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações
Ativo circulante	2.960.984	1.054.108	348.004	982.083	11.559	(509.112)
Ativo não circulante	3.428.277	8.209.027	231.235	6.953.705	24.369	(5.391.948)
Passivo circulante	2.313.482	1.240.988	328.836	1.637.888	671	(521.449)
Passivo não circulante	2.069.212	3.512.783	137.935	556.861	3.467	(416.750)
Patrimônio Líquido e Não controladores	2.006.567	4.509.364	112.468	5.741.039	31.790	(4.962.861)

	31/12/2014					
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações
Ativo circulante	2.131.219	530.308	362.445	586.837	6.872	(494.062)
Ativo não circulante	3.477.708	4.353.891	231.363	5.581.746	24.343	(3.620.871)
Passivo circulante	2.113.047	624.880	431.798	880.009	686	(494.062)
Passivo não circulante	1.520.118	1.001.408	73.110	397.561	3.474	52.967
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.975.762	3.257.911	88.900	4.891.013	27.055	(3.673.838)

39 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No período a Companhia realizou a constituição de dividendos a receber no valor de R\$165.712. No consolidado, ocorreu a capitalização de juros de empréstimos e financiamentos ao imobilizado no valor de R\$1.220. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

39 Eventos Subsequentes

39.1 APINE obtém liminar que impede aplicação do Generation Scaling Factor - GSF às associadas

Em 1º de julho de 2015 a APINE assegurou uma liminar que impede a aplicação do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para o grupo de empresas associadas até o trânsito em julgado da ação mencionada na nota 21.1. A decisão proferida pela juíza federal da 20ª Vara Federal do Distrito Federal determinou multa diária de R\$50 à ANEEL caso a decisão não seja cumprida.

Esta liminar é válida para as liquidações a partir desta data caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto.

A decisão tem o condão de estancar os danos sofridos em razão dos atuais baixos valores do GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

39.2 Venda de participação acionária – Pantanal

Em 15 de julho de 2015 a Companhia comunicou ao mercado que, na presente data, assinou um contrato de compra e venda de quotas com a Cachoeira Escura Energética S.A. para vender 51,1 MW de capacidade instalada referente a 100% do capital votante da Pantanal.

A Pantanal possui duas centrais hidrelétricas a UHE Assis Chateaubriand (Mimoso) e a PCH Paraíso I, com capacidade instalada de 29,5 MW e 21,6MW, respectivamente. Ambas estão localizadas no estado do Mato Grosso do Sul.

O valor da transação é de R\$390.000, sendo sua conclusão sujeita à aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da ANEEL, além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias, prevista para ocorrer até o primeiro trimestre de 2016.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia entenda Relevante

Câmara de Arbitragem

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Capital social

O Capital social da Companhia em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$3.182.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.415.612 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os Reservas de capital.

A composição do capital social em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Acionista	30/06/2015		31/12/2014		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1)	168.185.223	35,31	168.185.223	35,31	Sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc.Unipessoal Ltda. (1)	74.786.742	15,70	74.786.742	15,70	Sim
Conselheiros e Diretores	48	0,00	48	0,00	
Ações em tesouraria (2)	840.675	0,18	840.675	0,18	
Outros (3)	232.602.924	48,81	232.602.924	48,81	
Total	476.415.612	100,00	476.415.612	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

(3) Há 232.602.924 ações em circulação.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	30/06/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	242.971.965	51,01	242.971.965	51,01
Quantidade de ações participação recíproca				
Quantidade de ações tesouraria	840.675	0,18	840.675	0,18
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	48		48	
Total de ações que não estão em circulação	243.812.688		243.812.688	
Total de ações	476.415.612		476.415.612	
Total de ações em circulação	232.602.924	48,81	232.602.924	48,81

Destinação do lucro

Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo nas informações contábeis intermediárias da Companhia ao final do período, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do período estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

A Companhia tem por política, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propor o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 com distribuição de: (i) dividendos no valor de R\$63.277; (ii) JSCP no valor de R\$133.300; e (iii) Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$509.750. Os dividendos e JSCP serão pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias.

Reservas

	30/06/2015	31/12/2014
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.351	35.351
Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.247	60.247
Outras reservas de capital	44.927	45.729
	<u>140.525</u>	<u>141.327</u>
Reservas de lucros		
Legal	231.020	231.020
Retenção de lucros	1.025.401	1.025.401
Lucros retidos à deliberar	509.750	509.750
	<u>1.766.171</u>	<u>1.766.171</u>
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(171.135)	(155.726)
Hedge de fluxos de caixa	1.818	(36.861)
	<u>(169.317)</u>	<u>(192.587)</u>
Total	<u>1.737.379</u>	<u>1.714.911</u>

Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Equivalência patrimonial	Saldo em 30/06/2015
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(192.587)	23.270	(169.317)
	<u>(192.587)</u>	<u>23.270</u>	<u>(169.317)</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

EDP - Energias do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da EDP - Energias do Brasil S.A. contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2015

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai

Contador CRC 1SP165875/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015 não houve a instalação do Conselho Fiscal da Companhia.

=====

Parecer do Comitê de Auditoria

Nós, membros efetivos do Comitê de Auditoria, por unanimidade, emitimos parecer favorável à aprovação das contas da Diretoria e das Informações Contábeis Intermediárias da Companhia e de suas controladas referentes ao período findo em 30 de junho de 2015, considerando que retratam fielmente a situação econômica-financeira da Companhia e de suas empresas controladas.

São Paulo, 21 de julho de 2015.

FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA

Presidente do Comitê de Auditoria

NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES

Membro do Comitê de Auditoria

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2015.

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS

Diretor Presidente e Relações com Investidores

MICHEL NUNES ITKES

Diretor Vice-Presidente de Operações de Distribuição

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Vice-Presidente de Operações da Geração

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE

Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento de Negócios

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE

Diretor Vice-Presidente de Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS

Diretor Presidente e Relações com Investidores

MICHEL NUNES ITKES

Diretor Vice-Presidente de Operações de Distribuição

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

Diretor Vice-Presidente de Operações da Geração

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE

Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento de Negócios

HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE

Diretor Vice-Presidente de Finanças

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Ofício nº 021/2015/CVM/SRE/SEP - Retificação da Nota Explicativa 36.2.1.1 Análise de Sensibilidade, devido equívoco na transposição do campo específico da tabela envolvida utilizada como base de cálculo para o quadro da Nota Explicativa mencionada